

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**GERENCIAMENTO INTEGRADO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS
URBANOS: E OS CATADORES?
ASSOCIAÇÃO DE RECICLAGEM ECOLÓGICA DA VILA DOS
PAPELEIROS DE PORTO ALEGRE**

ELIANE SIMÕES DA SILVA

ORIENTADOR: PROF. DR. ROBERTO VERDUM

PORTO ALEGRE, NOVEMBRO DE 2007.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**GERENCIAMENTO INTEGRADO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS
URBANOS: E OS CATADORES?
ASSOCIAÇÃO DE RECICLAGEM ECOLÓGICA DA VILA DOS
PAPELEIROS DE PORTO ALEGRE**

ELIANE SIMÕES DA SILVA

Orientador: Prof. Dr. Roberto Verdum

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rualdo Menegat (Departamento de Paleontologia e Estratigrafia/IG/UFRGS)

Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich (POSGea/IG/UFRGS)

Prof. Dra. Dirce Maria Antunes Suertegaray (POSGea/IG/UFRGS)

**Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-graduação
em Geografia como requisito
para obtenção do título de
Mestre em Geografia.**

PORTO ALEGRE, NOVEMBRO DE 2007.

Silva, Eliane Simões da

Gerenciamento integrado dos resíduos sólidos urbanos: e os catadores? Associação de Reciclagem Ecológica da Vila dos Papeiros de Porto Alegre. / Eliane Simões da Silva - Porto Alegre : UFRGS/PPGEA, 2007.

[127 f.] il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS - BR, 2007.

1. Geografia. 2. Resíduo Sólido. 3. Catador. 4. Poder Público. 5. Espaço Urbano. 6. Porto Alegre. I. Título.

Catologação na Publicação
Biblioteca Geociências - UFRGS
Renata Cristina Grun CRB10/1113

Dedico este trabalho as minhas grandes paixões:
meus filhos, Vitor e Júlia, ao meu companheiro,
Jailton e aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

A todos e todas, companheiros e companheiras de jornada, que possibilitaram a realização dessa dissertação, o meu reconhecimento.

A minha grande amiga, colega e comadre que foi uma das grandes responsáveis pela minha aproximação com essa temática e que com a sua paixão pelo trabalho junto aos catadores, contagiou a mim e a muitos outros que pelo seu caminho tiveram a oportunidade de passar. Obrigada Rosa pelas críticas, sugestões, incentivo e por estar sempre por perto.

Aos meus familiares, em especial, meu companheiro, Jailton, e meus filhos, Vitor e Júlia, por compreenderem as minhas ausências, durante a realização desta pesquisa. Agradeço, também, aos meus pais, Maria e Pedro, e a minha irmã, Luciane, pela *força*, cuidando das crianças.

Ao meu orientador, Prof. Roberto Verdum, que *abriu as portas* da geografia, acolhendo desgarrados de outras áreas, como eu, e oportunizando a que eu viesse, também, a *geografar*.

Ao professor Nelson Rego, primeira indicação recebida por mim, ao conhecer o Programa de Pós- Graduação em Geografia, pela atenção e orientação dentro do programa.

Ao curso de Geografia da UFRGS pela receptividade, pela oportunidade do convívio e o diálogo realizado com os colegas de diferentes áreas do conhecimento.

À Companhia Riograndense de Saneamento, pelo apoio recebido, por parte da Superintendência da Região do Litoral Norte.

Aos entrevistados, seu Antônio, catador e ao servidor do DMLU pela paciência, disponibilidade e vontade de contribuir com essa pesquisa.

Aos catadores da Associação de Reciclagem Rubem Berta, primeira oportunidade que eu tive de conviver, mais intensamente, com este grupo, atuando como professora de Ciências.

Aos catadores, educadores e assessores do projeto Galpão, experiência inovadora e desafiadora, o qual me aproximou da realidade dos catadores de Porto Alegre, de uma forma mais ampla, despertando o interesse por aprofundar a compreensão deste contexto.

Aos catadores anônimos, que circulam pelas ruas da cidade, que, também, foram motivadores, despertando o desejo para a realização dessa dissertação.



Lixo

Mapa da Reciclagem

**A Coleta Seletiva de Porto Alegre
tem uma história feita de
gente e de sonho.
essa história tem um pouco de tudo
o que gente sente,
cada um diferente em
diferentes lugares.**

**Espalhados na anatomia do corpo da
cidade;
no meio de tanta “esquina esquisita”,
há oito galpões construídos
com suor, sorriso e lágrima de um
monte de gente
junta, que descobriu a natureza
disfarçada de lixo e a transformou
em trabalho, comida,
estudo e em um mapa para uma
“rua encantada”
que em sonhos se sonhou.**

**(contribuição da educadora Daniela Borssato, livremente
inspirado no poema “Mapa” de Mário Quintana)**

RESUMO

A geração indiscriminada dos resíduos sólidos urbanos pode ser considerada como um dos grandes problemas das sociedades contemporâneas. Por meio deles se identificam os hábitos de consumo e as relações de produção da sociedade, bem como, constata-se que parcelas significativas da população buscam aí a sua fonte de sobrevivência. Entre essas pessoas, encontram-se os catadores de materiais recicláveis que, atualmente, na cidade de Porto Alegre, podem ser divididos em 2 categorias: os catadores dos galpões de reciclagem ou catadores formais, e os catadores de rua ou catadores informais, que carregam além das suas próprias histórias, a história do destino dos resíduos gerados pela sociedade. Esta pesquisa aborda a temática da gestão dos resíduos sólidos urbanos, enfatizando o papel dos catadores de materiais recicláveis, na cidade de Porto Alegre, considerando a necessidade de dar visibilidade a esses sujeitos como protagonistas dentro do processo de gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos. As ferramentas teóricas utilizadas para aprofundar e refletir acerca desse contexto utilizam-se de conceitos como: espaço urbano, cidade, redes, relações de poder, movimentos sociais e os circuitos da economia, buscando promover um diálogo entre as mesmas, na perspectiva de compreender a complexa realidade na qual estão imersos os catadores de materiais recicláveis nos grandes centros urbanos. No sentido de contemplar o exposto anteriormente, realizou-se uma contextualização dos resíduos sólidos urbanos, enfocando os catadores de materiais recicláveis, por meio de uma revisão bibliográfica. Posteriormente foi proposta a análise de um dos atores, também centrais, nessa temática, representado pelo poder público. Realizou-se, também, um estudo de caso junto à Associação de Reciclagem Ecológica da Vila dos Papeleiros (AREVIPA), entendendo ser esse espaço diferenciado, na medida em que congrega, ao mesmo tempo, a existência dos dois grupos de catadores mencionados: os formais e os informais e a interferência direta dos atravessadores e o poder público nesse local. Concluiu-se demarcando algumas sugestões e reflexões, na perspectiva de responder aos objetivos propostos na pesquisa, inserindo o sujeito-catador como protagonista, no cenário dos resíduos sólidos urbanos, no sentido de colaborar com a construção de políticas públicas nesta área.

PALAVRAS CHAVES: Resíduo Sólido, Catador, Poder Público, Espaço Urbano, Porto Alegre

ABSTRACT

The wholesale production of urban solid residues can be considered as one of the big problems of the contemporary societies. Through these problems it's possible to identify the consumption habits and the society's production relations, as well as, evidence that meaning allotments of the population look for here their source of survival. Among these people find the of recyclable materials collectors that, nowadays, in the Porto Alegre city, can be divided in 2 categories: the collectors of sheds or formal collectors and the street collectors or informal collectors, who carry besides their own history, the destination residues history produced by society. This research contemplates the urban solid residues management thematic, emphasizing the recyclable materials collectors, in Porto Alegre city, considering need to give visibility to this people as principal, inside of the urban solid residues management process. The theoretical tools used to deepen and thinking over this context using conceptions as: space, urban space, city, nets, power relations, social movements and the circuits of economy, looking for promoting a dialog among the same, in perspective of understanding the complex reality in what are immersed the recyclable materials collectors in big urban centers. On sense of contemplating what was previously showed, realized a contextualization of the urban solid residues, focusing the recyclable material collectors, through a bibliographic revision. Afterwards it was proposed the analysis of the actors, also important, on this thematic, represented by power public. Realized, also, a study of case together with Vila dos Papeleiros Ecological Recycling Association (AREVIPA), understanding to be this a differentiated space, insofar as congregates, at the same time, the existence of two groups of mentioned collectors: the formal and informal collectors and the direct interference of crossers and public power on this place. Marking out some suggestions and thought, concluded, in so far as answering to objects proposed on research, inserting the customer-catchador as principal, in urban solid residues scenery, in sense of collaborating with the construction of public policies in this area.

KEY WORDS: Solid Residue, Garbage Collector, Public Power, Urban Space, Porto Alegre

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 OS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E OS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.....	13
2.1 O cenário no Brasil.....	13
2.2 O universo dos catadores hoje	16
2.2.1 Os catadores em Porto Alegre.....	21
3 POLÍTICA PÚBLICA: GERENCIAMENTO INTEGRADO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	23
3.1 O cenário no Brasil.....	23
3.2 O cenário em Porto Alegre	30
3.2.1 Sintetizando o contexto do resíduo sólido em Porto Alegre.....	30
3.2.2 Um pouco da história da limpeza pública.....	32
3.2.2.1 Os lixões.....	32
3.2.2.2 O gerenciamento integrado dos resíduos sólidos	33
3.2.2.2.1 A coleta seletiva.....	35
3.2.2.2.2 Os galpões de <i>reciclagem</i>	36
3.2.2.3 Mudanças na administração do lixo	37
3.2.2.3.1 Novas dinâmicas na gestão pública municipal	39
4 FERRAMENTAS QUE AUXILIAM NA COMPREENSÃO DESTE CONTEXTO... 41	41
4.1 O espaço como categoria de análise.....	41
4.2 O espaço urbano e o espaço da cidade	43
4.3 O espaço das redes	45
4.4 O espaço das relações.....	47
4.5 O espaço dos movimentos sociais.....	50
4.6 O espaço dos dois circuitos.....	52

5 ASSOCIAÇÃO DE RECICLAGEM ECOLÓGICA DA VILA DOS PAPELEIROS (AREVIPA)	55
5.1 Conhecendo a Vila dos Papeleiros	55
5.1.1 Uma vila de papel.....	55
5.1.2 Questionário aplicado pelo DMLU na AREVIPA.....	57
5.1.3 A Vila dos Papeleiros através do <i>olhar</i> de um servidor do DMLU	60
5.1.4 A Vila dos Papeleiros através do <i>olhar</i> dos catadores	64
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
7 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	77
REFERÊNCIAS	78
ANEXOS	84
ANEXO A – CARTA DE BRASÍLIA.....	84
ANEXO B – PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO MNCR	87
ANEXO C – ALGUMAS DEFINIÇÕES	88
ANEXO D – ATIVIDADES REALIZADAS PELOS CATADORES	89
ANEXO F – MANIFESTO ENTREGUE À POPULAÇÃO PORTO-ALEGRENSE.....	95
ANEXO G – PROJETO DE LEI Nº 043/05	98
ANEXO H – AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	99
ANEXO I – ENTREVISTA COM O SERVIDOR DO DMLU	101
ANEXO J – ENTREVISTA COM O CATADOR	112

1 INTRODUÇÃO

Iniciamos com algumas considerações que apresentam o porquê do interesse em abordar a temática do *lixo*¹, enfatizando os catadores de materiais recicláveis; bem como explicitando as razões que proporcionaram a aproximação com o curso de geografia, visando a desenvolver um projeto de mestrado.

Graduei-me em Química e há muitos anos atuo profissionalmente com as chamadas questões ambientais. A partir de 1995, comecei a envolver-me mais diretamente com as questões relacionadas aos resíduos sólidos urbanos, a partir de uma monografia elaborada como proposta para o ensino de química, a ser desenvolvida no nível médio, utilizando o lixo como tema gerador. Posteriormente, atuei no Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, órgão responsável pelo gerenciamento dos resíduos sólidos gerados na cidade, na Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta, como professora de ciências, no Programa de Ensino Fundamental para Jovens e Adultos Trabalhadores da UFRGS e no *Projeto Galpão*², na Secretaria Municipal de Educação (SMED), em 2001, vinculado à política municipal de Educação de Jovens e Adultos (EJA) de Porto Alegre. Esse projeto visava à alfabetização dos catadores de quatro associações de reciclagem, caracterizando-se por constituir-se em um espaço pedagógico e de diálogo com os mesmos, nas quais as relações construídas neste período ainda estão bem presentes.

Nessa trajetória percebemos a temática dos resíduos sólidos como fundamental, primeiro, porque identifica os hábitos de consumo e as relações de produção da sociedade e, também porque parcelas significativas da população buscam no *lixo* a sua fonte de sobrevivência. Entre essas pessoas encontramos os *catadores*³ de materiais recicláveis que atualmente podem ser divididos em 2 *categorias*⁴: os catadores dos galpões de reciclagem ou

¹ Mesmo sabendo que o nome tecnicamente mais correto é resíduo sólido urbano, optamos por referir em alguns momentos ao *lixo*, para não esquecer da relação que a sociedade em geral tem com os resíduos gerados no seu cotidiano, e o conteúdo pejorativo que o termo carrega consigo.

² Galpão é como os trabalhadores da reciclagem se referem ao seu espaço de trabalho, denominado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre como Unidade de Triagem de Resíduos Sólidos Recicláveis. Geralmente, prédios de propriedade do município, cedidos às Associações de Catadores.

³ Cabe enfatizar que no caso das Unidades de Triagem de Porto Alegre, os catadores são em sua maioria mulheres, sendo assim o gênero feminino preponderante desta categoria. Desta forma, mesmo que insatisfeitos, optamos por utilizar a forma empregada na Língua Portuguesa, na qual há dominação do gênero masculino.

⁴ Enfatizamos que as 2 categorias mencionadas, referem-se à cidade de Porto Alegre, pois em várias outras cidades encontramos catadores, também, em lixões.

catadores *formais*⁵ e os catadores de rua ou catadores informais, que carregam além das suas próprias histórias, a história do destino dos resíduos gerados pela sociedade. Assim, o *lixo* constitui-se em um importante desafio a ser enfrentado pela sociedade, na medida em que se revela como uma das questões ambientais de difícil solução.

A história da sociedade humana, no final do século XX, encontrava-se fortemente marcada pelo debate acerca das denominadas questões ambientais, devendo essas serem compreendidas como um produto da intervenção da sociedade sobre a natureza; considerando-se não apenas os aspectos relativos à natureza, mas aqueles resultantes da ação social. A geografia apresenta-se como uma das ciências preocupadas no estudo das questões ambientais, assim para Trystram, (1994 apud Mendonça, 2001) “a geografia é um saber, um saber difícil porque integrador do vertical e do horizontal, do natural e do social, do aleatório e do voluntário, do atual e do histórico e sobre a única interface da qual dispõe a humanidade”.

Na perspectiva então de analisar e melhor compreender este contexto aconteceu a aproximação com a geografia por entender que esta apresenta uma idéia fundamental para a abordagem das chamadas questões ambientais que é uma concepção conjuntiva entre o natural e o social. Conforme nos apresenta Suertegaray et al (2000, p.14), a geografia, constitui-se em uma área do conhecimento, que sempre expressou (desde sua autonomia) sua preocupação com a busca da compreensão da relação do homem com o meio (entendido como entorno natural). Nesse sentido, ela diferenciou-se e contrapôs-se às demais ciências que, por força de seus objetos e das classificações, foram individualizadas em Ciências Naturais e Sociais.

Esta pesquisa aborda a temática dos resíduos sólidos urbanos, enfatizando os catadores de materiais recicláveis, na cidade de Porto Alegre, considerando a necessidade de dar visibilidade a estes sujeitos, como protagonistas, dentro do processo de gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos. Dessa forma, buscamos, também, compreender a complexa realidade na qual os mesmos estão imersos, ao mesmo tempo em que nos deparamos com a carência de bibliografia sobre o tema. Cabe, neste momento, mencionar que um dos relatórios mais completos, relativos à gestão dos resíduos sólidos no Brasil, intitulado 1ª Avaliação Regional – 2002 dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos Municipais nos Países da América Latina e Caribe, proposta pela Organização Pan Americana de Saúde – OPAS, já constata que a insuficiência, a falta de atualização e de sistematização de informações sobre

⁵ A denominação dos catadores formais está relacionada a sua relação direta com o poder público, embora do ponto de vista trabalhista, sejam também informais, pois não tem vínculo empregatício, não descontam INSS, não tem carteira assinada, etc.

resíduos sólidos no Brasil tem representado até então, um grave empecilho para um conhecimento mais amplo da situação destes serviços de forma a permitir o estabelecimento de políticas públicas para o desenvolvimento dessa área, e para direcionar a atuação das entidades governamentais ou privadas que lidam com a questão.

Assim, o objetivo geral desse trabalho é dar visibilidade para o catador de materiais recicláveis, recuperando o seu protagonismo dentro do gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos, buscando elementos que possam contribuir para a compreensão e superação dos conflitos existentes entre os catadores informais, os catadores dos galpões de reciclagem e o poder público, associados às estratégias de mercado. Os objetivos específicos, dessa forma, estão voltados para conhecer e analisar elementos relevantes que possam contribuir para a compreensão do universo dos catadores, bem como, sua relação com o mercado e com o poder público na tentativa de colaborar para a construção de políticas públicas nesta área. Apesar das discussões acerca da temática dos resíduos sólidos serem incipientes, encontramos em alguns trabalhos a indicação de que a cidade de Porto Alegre foi pioneira ou teve um trabalho diferenciado relativo a esse tema, assim, sempre que possível, julgamos importante contextualizar as duas escalas, nacional e local, com vistas a melhor situar essas questões.

De forma sintética, para a realização desta pesquisa, o caminho metodológico utilizado foi: revisão bibliográfica, pesquisa documental, realização de um estudo de caso, elaboração de um instrumento de pesquisa e realização de entrevista.

Assim, estruturou-se esta dissertação em 6 capítulos, descritos a seguir:

No segundo capítulo, há uma contextualização da gestão dos resíduos sólidos urbanos, enfocando os catadores de materiais recicláveis, através da realização de uma ampla revisão bibliográfica.

No terceiro capítulo, propomos uma análise do poder público, voltado para o gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos, por meio das ações, documentos e discursos oficiais do poder público, na perspectiva de identificar as estratégias utilizadas pelo mesmo, para o gerenciamento dos conflitos existentes com os catadores.

No quarto capítulo, nos debruçamos sobre alguns autores que possibilitam aprofundar referenciais que julgamos importantes refletir para a compreensão deste contexto, enfocando conceitos como espaço urbano, cidade, redes, relações de poder, movimentos sociais e os circuitos da economia.

No quinto capítulo, por meio de um estudo de caso, voltamos nosso *olhar* para a Associação de Reciclagem Ecológica da Vila dos Papeleiros (AREVIPA), entendendo ser este espaço, diferenciado, na medida em que congrega, ao mesmo tempo, a existência dos dois

grupos de catadores: os formais e os informais e a interferência direta do poder público e dos atravessadores. Através de pesquisa documental obtida em periódicos, análise da tabulação de questionário aplicado pelo DMLU, em 2005, na AREVIPA e elaboração de um instrumento de pesquisa, para ser aplicado junto aos diferentes atores que coabitam, esse espaço, procuramos compreender o contexto, buscando elementos que possam responder aos questionamentos pertinentes à pesquisa.

No sexto capítulo, procuramos concluir, por meio de uma síntese produzida a partir do trabalho realizado, demarcando algumas sugestões e reflexões, na perspectiva de responder aos objetivos propostos na pesquisa, inserindo o sujeito-catador como protagonista, no cenário dos resíduos sólidos urbanos e colaborando na construção de políticas públicas nesta área.

No sétimo capítulo, sugerimos algumas alternativas para a realização de trabalhos futuros, demandadas a partir dessa dissertação.

2 OS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E OS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

2.1 O cenário no Brasil

Uma das palavras que mais ouvimos, atualmente, é crise; seja ela financeira, social, econômica, política, ética, ambiental. Quando estamos em crise e queremos resolvê-la há a necessidade de repensar a nossa forma de viver, trazendo questões mais profundas, estruturais que envolvem a nossa vida. Dentro desta perspectiva, procurando aprofundar as reflexões acerca das diferentes crises pelas quais passam a nossa sociedade, temos a contribuição de Candau et al (1999, p.14) que destacam alguns aspectos agudos que caracterizam nossa sociedade, nos últimos anos:

O intenso processo de urbanização, as migrações internas com suas conseqüências de desenraizamento social, cultural, afetivo e religioso, a acelerada industrialização, o impacto das políticas neoliberais, a expansão das telecomunicações, a cultura do consumo, a escandalosa concentração de renda, a crise ética, o aumento da exclusão e do desemprego.

Nesta visão, o mercado torna-se o elemento central de estruturação social transformando em mercadoria não somente os produtos materiais, mas, também, as relações humanas, organizando-se segundo uma lógica própria, na qual o poder e os benefícios trazidos pela produtividade e o consumo concentram-se nas mãos de determinados grupos sociais. É neste contexto que os resíduos sólidos têm um papel de grande importância.

Segundo Romani (2004, p.10), no Brasil são coletadas 228.413 toneladas por dia de resíduos sólidos, sendo que em média 50% desses são compostos por matéria orgânica. A falta de estruturação de uma Política Nacional de Resíduos Sólidos, juntamente com a crise econômica estatal vigente, que ocasiona a redução crescente dos investimentos públicos no setor de gerenciamento de resíduos, tem levado ao sucateamento dos serviços de limpeza pública em muitas cidades brasileiras.

Apesar disso, segundo esta mesma autora (2004, p.11), ao longo do tempo, o próprio conceito de *lixo* vem se modificando, sendo incorporado pela população como um problema que deve envolver toda a sociedade. Esse processo de mudança na abordagem resultou no

conceito de Gestão Participativa dos Resíduos Sólidos. Nele, os resíduos sólidos são considerados de forma mais ampla, envolvendo diversas ações e atores. Inserem-se aqui, o poder público, a própria sociedade e os catadores. A articulação entre estes e o poder público é fundamental, considerando que constitucionalmente cabe ao poder público a responsabilidade da prestação dos serviços de limpeza que, em pequena escala, são executados pelos catadores. Romani (2004) ainda afirma que os catadores há mais de 50 anos, por meio do trabalho informal, coletam os materiais recicláveis, descartados pela sociedade.

Dessa forma, a abordagem da questão tem sido direcionada para elaboração de Planos Diretores de Resíduos Sólidos Urbanos que apontam para a necessidade de uma gestão cada vez mais compartilhada com os governos locais desempenhando suas atribuições e sensibilizando o cidadão-gerador para que assuma sua responsabilidade socioambiental para com os resíduos.

“Falta trabalho, formação profissional, moradia, saúde e educação” assim começa o relato de muitos catadores na pesquisa realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em 2000. O universo do catador ainda não organizado dificulta, e muito, que ele possa visualizar perspectivas de trabalho mais dignas, já que suas necessidades são imediatas. A urgência impossibilita a adesão a uma forma de organização coletiva o que acaba perpetuando sua condição de trabalhador informal, marginalizado e explorado. É um ciclo vicioso e perverso que precisa ser rompido.

Enfatizamos que, atualmente, todas as cidades brasileiras, independente do seu tamanho ou do grau de desenvolvimento econômico, estão sendo desafiadas a resolver a questão da coleta informal, isto é, aquela coleta que é feita por catadores de rua por meio de carrinhos de tração humana, chamados de carrinheiros, por carroças de tração animal, chamados de carroceiros, por veículos automotores adaptados, e até mesmo por pessoas de bicicleta, a pé e empurrando carrinhos de supermercado, Reichert; Dutra (2003).

Os chamados *catadores informais* são catadores de lixo de rua, categoria de trabalhadores associada a um acirramento da crise econômica pela qual o Brasil tem passado, constituindo-se essa atividade na única forma de sobrevivência vislumbrada por essas pessoas.

Além dessa categoria de catadores, enfatizamos, também, que a maioria das cidades brasileiras possui lixões, onde muitos desses contam com a presença de catadores.

Assim, seja em tempos idos ou atuais, o catador sempre esteve presente de forma mais ou menos institucional no processo de gerenciamento de resíduos. Ele trabalha na sombra das idiossincrasias de consumo da sociedade, que teima em não refletir sobre o consumo e a

geração de resíduos. Gonçalves (2003, p.93) nos aponta que os catadores compõem, historicamente, uma categoria que a sociedade finge que não vê, enquanto eles fingem que não existem. Para ela:

O garrafeiro sumiu, o papeleiro desapareceu. Entre nós (fábricas humanas de lixo) e os sucateiros (cheios de pulseiras de ouro) restou um punhado de catadores e excluídos. Ficamos alheios no processo, sem nos preocupar com o destino dos materiais reaproveitáveis que insistimos em jogar fora. Como se a lixeira fosse um desintegrador mágico de matéria.

Verdum (2000, p.202) apresenta que:

Ecólogos por sobrevivência e não por escolha estas pessoas (os catadores) circulam pela cidade sob o signo do “marginal” não importando se quem lhes conceitua deste modo o faz por desconhecimento ou ignorância, de que são em primeiro lugar pessoas e também sob o ponto de vista econômico a base de um complexo processo industrial - a reciclagem. A exploração do trabalho, a opressão em seu agir cotidiano e a condição miserável de sobrevivência são justificadas por um conceito ideologicamente preconcebido.

Este autor ainda aponta a necessidade de se tentar ultrapassar uma visão romântica do setor informal, no qual, muitas vezes, as relações de trabalho são ainda mais brutais do que no setor formal. Devemos estar alertas para que a economia dita informal, não se constitua na única via para a solução do problema do emprego.

O catador de materiais recicláveis é um agente ambiental urbano que, consciente ou não, tem papel fundamental na re-inserção de materiais pós-consumo à cadeia de produção, realimentando-a, contribuindo para a economia de energia e evitando a extração de bens naturais, sabidamente cada vez mais escassos.

Apesar do número de catadores existentes no Brasil ser bastante discutível, pois não há consenso, segundo estimativa feita pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, há mais de um milhão de catadores de materiais recicláveis atuando nas ruas, nos lixões e organizados em associações e cooperativas. Desses, apenas 60 mil fazem parte deste novo Movimento que organiza o trabalho e a luta pelos direitos dos catadores, que vem conquistando cada vez mais espaço no cenário nacional. A articulação a partir do MNCR ainda que recente é a alternativa mais consolidada de organização dos próprios catadores,

propiciando a elevação de sua auto-estima e fortalecendo-os enquanto categoria de trabalhadores.

Cabe salientar que as associações ou cooperativas de catadores são entidades autônomas, com constituição histórica diversa, sendo que cada associação constitui um universo à parte, com características próprias e especificidades. Seu desenvolvimento como comunidade organizada também apresenta diferenças bem acentuadas e, portanto, diferentes trajetórias de crescimento enquanto organização autônoma e em termos de sustentabilidade do empreendimento coletivo. Verdum (op.cit.) conclui seu trabalho sobre o *Ciclo do papel* afirmando: é o vírus da autogestão que deve ser difundido como via alternativa de ascensão social desta comunidade, aproveitando-se a extrema carência de matéria-prima no setor de aproveitamento de materiais pós-consumo.

Através dos dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (IBGE, 2002), sabe-se que mais de vinte e quatro mil brasileiros vivem dentro de aterros sanitários ou controlados e nos lixões. Desse total de trabalhadores quase oito mil vivem nos lixões que são aquelas áreas reservadas ao destino final dos resíduos sólidos, sem controle administrativo ou técnico.

2.2 O universo dos catadores hoje

O MNCR, cujo logotipo, apresentamos na Figura 1, surgiu em meados de 1999 com o 1^o Encontro Nacional de Catadores de Papel, e em junho de 2001 ocorreu o 1^o Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis em Brasília, evento que reuniu mais de 1.700 catadores. Antes mesmo do Congresso os catadores impulsionam a luta por direitos em diversas regiões do Brasil. No Congresso é lançada a Carta de Brasília (ANEXO A), documento que expressa as necessidades do povo que sobrevive da coleta de materiais recicláveis. No ano de 2003 acontece o 1^o Congresso Latino-americano de Catadores em Caxias do Sul – RS, que reuniu catadores de diversos países.



Figura 1 - Logotipo do MNCR (MNCR, 2007).

O Congresso divulga então a Carta de Caxias que difunde a situação dos catadores da América Latina unificando a luta entre os países. Nesse momento o MNCR começa a mostrar sua força nacionalmente com as articulações regionais. Muitas lutas foram travadas em todo o Brasil e muitas conquistas alcançadas. Em 2005 ocorreu o 2º Congresso Latino – Americano de Catadores, com cerca de quatro anos de luta, onde os catadores do Brasil têm sua problemática discutida em diversos espaços e sua voz ampliada no Movimento Nacional dos Catadores. Isso se deu, não pelo acaso, mas pelo esforço dos lutadores do MNCR. Com o surgimento do MNCR ampliou-se a luta dos catadores por uma vida digna. Assim o Movimento coloca que a categoria é historicamente excluída da sociedade e muitos catadores ainda sobrevivem de forma precária em lixões e nas ruas. O trabalho de coleta de materiais recicláveis significa garantir alimentação, moradia e condições mínimas de sobrevivência para uma parcela significativa do povo brasileiro. Na perspectiva de visualizar a proposta do MNCR (ANEXO B) encontramos uma tabela que explicita o Programa Nacional de Formação do Movimento, contendo sinteticamente os objetivos e princípios do mesmo, com vistas a construção de um projeto político.

Em 2002, após a realização do I Congresso de Catadores em Brasília, uma de suas maiores conquistas foi o reconhecimento de sua atividade pelo Ministério do Trabalho, estabelecendo para a categoria os mesmos direitos e obrigações de um trabalhador autônomo. O trabalho do catador é constantemente ameaçado por grandes empresas recicladoras que insistem em eliminar o mesmo na intermediação entre a coleta e a reciclagem.

A partir de um artigo extraído da página do MNCR, na internet, com o título **Classificação Brasileira de Ocupações e o Catador de Materiais Recicláveis**, delinea-se sinteticamente, o ciclo de trabalho do catador, esquematizado na Figura 2 e a complexidade das atribuições nas quais os mesmos estão envolvidos, observadas nos anexos C e D.

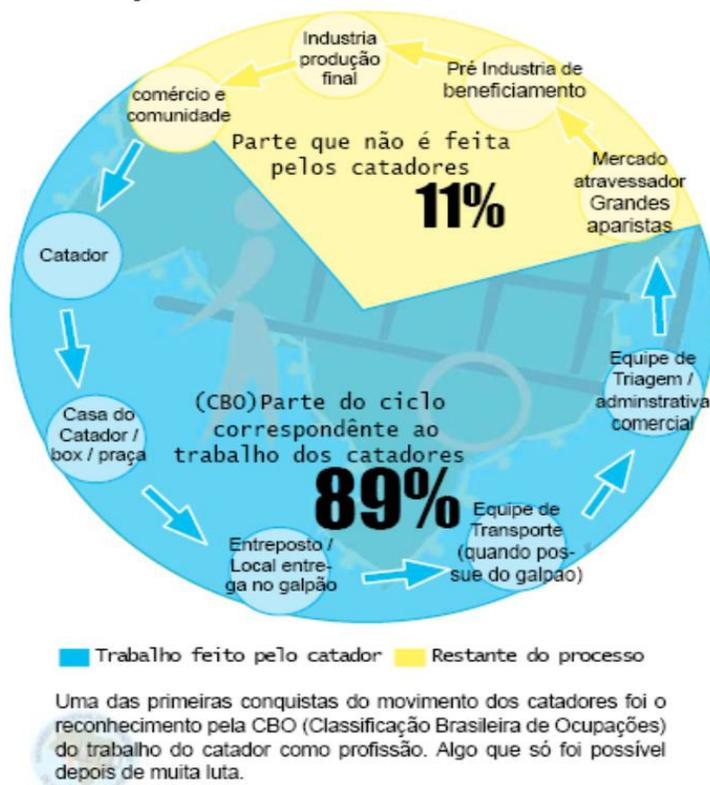


Figura 2 – Esquema do ciclo de trabalho (MNCR, 2007)

Dessa forma temos, que a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Sua atualização e modernização se devem às profundas mudanças ocorridas no cenário cultural, econômico e social do país, nos últimos anos, implicando alterações estruturais no mercado de trabalho. A nova CBO tem uma dimensão estratégica importante, na medida em que, com a padronização de códigos e descrições, poderá ser utilizada pelos mais diversos atores sociais do mercado de trabalho. Terá relevância também para a integração das políticas públicas do Ministério do Trabalho e Emprego, sobretudo no que concerne aos programas de qualificação profissional e intermediação da mão-de-obra, bem como no controle de sua implementação.

Assim, para o MNCR o catador é o sujeito mais importante no ciclo da cadeia produtiva de reciclagem, é o sujeito que está na ponta do processo produtivo, fazendo cerca de 89% de todo o trabalho. Contudo, o catador é quem menos ganha, mesmo sendo responsável por cerca de 60% de todos os resíduos que são reciclados hoje no Brasil. O catador vive na miséria, nas ruas e nos lixões por todo o Brasil. Um catador coleta em média 600 quilos de

materiais recicláveis por dia, gerando uma renda mensal de cerca de R\$ 140,00 em média. As empreiteiras pagas pelos municípios, no Brasil, recebem milhões por ano para fazer a coleta comum, pagando salários miseráveis e superlotando os aterros sanitários.

Com vistas a atender o ciclo de trabalho apresentado anteriormente, os catadores realizam uma série de atividades, descritas genericamente como: coletar material reciclável e reaproveitável, dar entrada no material, separar material coletado, preparar o material para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho, trabalhar com segurança e demonstrar competências pessoais. No ANEXO D, há um detalhamento da descrição dessas atividades.

2.3 O cenário em Porto Alegre

Há várias experiências de organizações de catadores no Brasil nas quais estes saíram das ruas ou dos lixões passando a atuar coletivamente em associações ou cooperativas. As cidades de Porto Alegre, Caxias do Sul e Belo Horizonte são exemplos destes processos de organização com o apoio do poder público local.

Há mais de dezesseis anos a prefeitura de Porto Alegre, preocupada com as condições subumanas na qual viviam inúmeros catadores no então Lixão da Zona Norte implantou, através do DMLU, a coleta seletiva dos Resíduos Sólidos Recicláveis na cidade. A coleta seletiva chegou a recolher diariamente mais de 70 toneladas de *lixo seco* que são encaminhadas às Unidades de Triagem de Resíduos Sólidos Recicláveis, também conhecidas como Galpões de Reciclagem (COLLETO; ROSADO, 2007). Para as pessoas que viviam naquelas condições precárias de subsistência, sob intempéries, e, sobretudo sujeitas as mais diversas formas de degradação humana, a coleta seletiva representou uma melhoria significativa na sua qualidade de vida. Com esta iniciativa constituiu-se uma relação diferenciada entre poder público e sociedade organizada.

O trabalho desenvolvido nos chamados Galpões de Reciclagem de Porto Alegre são reconhecidos pelo seu ganho ambiental e, ao mesmo tempo, pela possibilidade de geração de renda acerca de 600 pessoas anteriormente excluídas do mercado formal de trabalho. A atividade de triagem de resíduos, ou *catação*, não é uma ocupação como outra qualquer, se diferencia por ser um trabalho que além de minimizar o impacto decorrente da nossa

sociedade de consumo, reduzindo a extração de recursos naturais, sabidamente cada vez mais escassos, traz consigo uma reflexão crítica sobre o modo de vida adotado.

A realidade dos catadores dos galpões, constituída na sua grande maioria por mulheres, apresenta singularidades, pois são pessoas que passam por um processo de exclusão multifacetado: envolvendo o gênero, a etnia, o fato de serem pobres, muitas analfabetas e ainda pelo trabalho que realizam que é lidar com o *lixo* produzido pela sociedade. Contrapondo-se a isto conseguiram organizar-se em associações, construindo nacionalmente o movimento dos catadores, reivindicaram o seu direito à educação, estão profissionalizando a atividade que executam, etc. A relevância do seu papel na gestão ambiental da cidade e a sua identidade enquanto agente ambiental são exemplos de questões centrais a serem abordadas dialogicamente.

Conforme nos apontam Reichert e Dutra (2003), estima-se que em Porto Alegre o número de catadores informais de rua tenha subido de cerca de 1,5 mil a algo em torno de cinco ou seis mil no período de 1999 a 2003. Essas pessoas, em geral, obtêm a sua renda através da catação dos materiais recicláveis, destinados a coleta seletiva, em Porto Alegre, vendendo-os a atravessadores. Ainda, segundo este autor, o impacto da catação do lixo nas ruas é tão grande que, nos últimos anos, chegou a influenciar expressivamente, na composição e quantidade dos materiais coletados pelo poder público, em Porto Alegre, através da coleta seletiva. Esta coleta informal nos moldes em que ela vem sendo feita na maioria das cidades brasileiras, acaba então trazendo uma série de conflitos com o sistema de limpeza urbana oficial – uma vez que muitas vezes os resíduos são triados em plena via pública, resultando em prejuízos à limpeza pública – e com as associações de catadores formais estabelecidas nos galpões de reciclagem – uma vez que há uma competição pelo material disponível, onde os catadores de rua acabam retirando os materiais mais nobres, resultando em queda de rendimentos para as associações estabelecidas. Além disso, pode representar inconvenientes sanitários, pois os locais onde são feitos o armazenamento, o beneficiamento e comercialização dos materiais coletados, geralmente, apresentam condições de salubridade longe do desejável. Esses locais, muitas vezes, são o próprio local de moradia do catador, constituindo-se em verdadeiros focos de vetores, causadores de doenças, como por exemplo, a leptospirose.

A coleta seletiva concebida como parte integrante de um sistema integrado de gerenciamento de resíduos, passa por um momento de grave crise, na medida em que os chamados catadores informais estão contribuindo para sua desestruturação: recolhendo o *lixo*, antes do caminhão, impedindo que este chegue até os galpões de reciclagem.

2.2.1 Os catadores em Porto Alegre

Conforme citado anteriormente, tivemos a oportunidade de vivenciar, no município de Porto Alegre, o denominado projeto Galpão, que se constituiu em uma experiência pioneira, inovadora e desafiadora sob vários aspectos; contemplando os objetivos centrais do Plano de Governo, no período em questão no que se referia:

À viabilização de programas de desenvolvimento ecologicamente sustentáveis que gerem trabalho e renda, tornando a cidade um pólo avançado na tecnologia da reciclagem, ao mesmo tempo em que se combate de frente à exclusão social, como uma forma de resistência ao modelo neoliberal. (PROGRAMA de Governo, 2000)

O projeto Galpão (os temas trabalhados no projeto são apresentados no anexo E) possibilitou, também, o desenvolvimento de estudos e discussões intersecretarias, estabelecendo os meios, as condições e as ações específicas a serem realizadas para a consecução dos objetivos, quais sejam:

- Implementar a escolarização nas Unidades de Triagem de resíduos sólidos recicláveis do município de Porto Alegre, atingindo a curto e médio prazo todos os trabalhadores em resíduos sólidos recicláveis interessados em concluir o ensino fundamental;
- Realizar, através de parcerias, de projetos educacionais e culturais que incidam sobre o processo de exclusão prevendo-se, nesses espaços educativos, a realização de oficinas que contemplem temas como: sexualidade, educação ambiental, DST/AIDS e outros temas relevantes enquanto instrumentais que possibilitem uma melhor qualidade de vida a estes trabalhadores;
- Estimular a qualificação do trabalho, mas, sobretudo, nas relações interpessoais, baseadas na cooperação, visando o fortalecimento de uma consciência coletiva enquanto trabalhadores da reciclagem;
- Viabilizar a construção, por estes trabalhadores, de uma autonomia capaz de articular-se com as ações de gestão ambiental da cidade, além de possibilitar a esta população o acesso às informações necessárias ao uso de tecnologias e reflexões diretamente relacionadas ao mundo do trabalho na reciclagem.

Assim como o MNCR nos demonstra o catador brasileiro nos dias de hoje, o projeto Galpão também representou a possibilidade dos catadores de Porto Alegre externarem suas idéias, desejos, vontades...Lembramos de momentos bem fortes deste convívio no qual muitas vezes era necessário um *namoro pedagógico* para seduzir os catadores a participarem do projeto que apresentava turmas de alfabetização e pós-alfabetização. As emoções das primeiras produções textuais foram marcantes (ROSADO; SILVA, 2006). Assim terminava a apresentação da publicação chamada *Lixo não é Lixo* que foi lançado no II Fórum Social Mundial (PORTO ALEGRE, 2002):

Os textos aqui reproduzidos são “molhados” da realidade vivida e sentida por estas/es trabalhadoras/es, alunas/os das turmas do projeto Galpão, contextualizados no mundo do trabalho da reciclagem e, portanto, trazem consigo algo que nos une cotidianamente - o lixo. Esta é a oportunidade de ler a palavra de quem é verdadeiramente gestor ambiental desta cidade, sendo, portanto, agente de transformação deste mundo em um outro, no qual relações entre ser humano e natureza sejam de “cuidado”. Mas, ninguém melhor que elas/es mesmas/os para apresentarem-se:. Boa leitura, reflexão crítica e mudança de postura para todos e todas!

E começava o texto dos alunos catadores:

QUEM SOMOS?

Somos seres humanos, mulheres e homens, casadas/os, separadas/os, viúvas/os, bonitas/os, feias/os, mães ou pais de família, amorosas/os, educadas/os, esclarecidas/os...

Somos "gente importante", recicladoras/es, catadoras/es, trabalhadores da reciclagem, associados, pessoas da comunidade que valorizam os materiais para não destruir a natureza, colegas de aula e de trabalho em busca de um lugar melhor para se viver.

Somos educadoras/es ambientais e também estudantes em busca de novos conhecimentos para aprendermos a lidar melhor com nosso trabalho.

Somos pessoas que sabem muito da vida e que tem muito a ensinar.

Somos tudo isso e muito mais...

3 POLÍTICA PÚBLICA: GERENCIAMENTO INTEGRADO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

3.1 O cenário no Brasil

A gestão dos resíduos sólidos no Brasil é uma atribuição dos municípios e se insere na categoria de serviço público, que é aquele instituído, mantido e executado pelo Estado, com o objetivo de atender aos seus próprios interesses e de satisfazer as necessidades coletivas. A Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), em seu artigo 30, incisos I, II e V, estabelece que é competência do município legislar sobre assuntos de interesse local, suplementar as legislações federal e estadual, quando necessário, e organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local.

Os serviços de limpeza pública são estratégicos em relação a imagem da cidade por aspectos ambientais e de saúde pública (qualidade de vida), mas também por questões estéticas (turismo). Comparativamente a outros serviços essenciais, os serviços de limpeza pública caracterizam-se pela intensa dependência das pessoas e de logística.

Outra questão a ser levantada é que quando se pensa em resíduos sólidos, logo vem à tona aqueles que são gerados pelas atividades domésticas e de serviços. Entretanto, torna-se importante pensarmos também nas atividades específicas que são grandes geradoras de resíduos, tais como: as industriais, as dos serviços de saúde, as atividades comerciais e agrícolas, entre outras.

No Brasil, conforme nos é demonstrado em Teixeira (2006, p.8), há poucos dados sobre os resíduos gerados nessas atividades, o que dificulta dimensionar a quantidade e a qualidade desses resíduos. Entretanto, algumas iniciativas têm que ser destacadas:

- O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio do Conselho Nacional do meio Ambiente (CONAMA), elaborou a Resolução 313, de 2002, que obriga os estados e municípios a efetivarem os seus inventários de resíduos industriais (nem todas as categorias foram contempladas), inclusive disponibilizando recursos por intermédio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) para a efetivação dos inventários;

- Quanto aos resíduos das atividades agrícolas, podemos destacar a Lei nº 9.974, de 2000, que rege sobre as embalagens dos agrotóxicos. Essa lei possibilitou dimensionar a quantidade de embalagens que são geradas e monitorar a logística reversa delas.

Conforme é apresentado no documento intitulado *Dados do Brasil para a 1ª Avaliação Regional 2002 dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos Municipais nos Países da América Latina e Caribe* (BRASIL, 2007) realizado pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, do Ministério das Cidades, em 2003, o quadro geral da área de resíduos sólidos no Brasil demonstra avanços, principalmente a partir da articulação nacional que vem sendo empreendida pelo Fórum Nacional Lixo e Cidadania. O referido Fórum foi criado em 1998 por 19 entidades públicas e privadas com atuação direta e indireta na questão de resíduos sólidos, as quais passaram a integrar seus esforços com o intuito de erradicar a catação de lixo por crianças e adolescentes e mudar a situação dramática do destino final do lixo no Brasil.

Na realização de pesquisas sobre saneamento contemplando resíduos sólidos, destaca-se a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), realizada pelo IBGE em 1989 e em 2000 que possibilitou o reconhecimento dos maiores problemas e o balizamento para o planejamento das ações necessárias para reverter o quadro negativo, ainda persistente relacionado à gestão dos resíduos sólidos no país.

Os dados da PNSB (IBGE, 2002) refletem a situação dos resíduos sólidos provenientes das atividades domésticas e de serviços nos municípios brasileiros. Sem tirar o seu mérito, é importante ressaltar que os dados aferidos na pesquisa contabilizam as informações de dados oficiais, obtidos junto às representações dos municípios. Estão excluídos da contabilidade desses dados, por exemplo, o volume de resíduos que retorna ao ciclo produtivo por meio do fluxo que tem como base os catadores de materiais recicláveis e os pequenos sucateiros que desenvolvem as atividades de maneira informal.

O Brasil é o maior país da América do Sul, e o quinto maior do mundo. É um país de contrastes, caracterizando-se, por um lado, por altos padrões de desenvolvimento tecnológico em contraposição a bolsões de miséria absoluta. A brutal discriminação social na apropriação dos benefícios do dinamismo econômico é um traço dominante na sociedade brasileira. O Brasil chegou em 2000 a um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,769, que o situa entre os países de nível intermediário de desenvolvimento humano. Entretanto, ainda existem desigualdades regionais importantes e diferenças marcantes entre os pequenos e grandes

municípios do ponto de vista das oportunidades de implementação de soluções para os problemas urbanos, que se refletem de forma expressiva na gestão dos resíduos sólidos municipais (BRASIL, 2007).

Como já foi mencionado, anteriormente, os Serviços de Limpeza Pública no Brasil são de responsabilidade dos municípios de acordo com a Constituição Brasileira de 1988. Com relação à cobertura e qualidade desses serviços, constatou-se que, desde que foram incluídas informações a respeito das condições dos domicílios entre aquelas que são levantadas a cada dez anos no Censo Demográfico do IBGE, há 50 anos, o índice de atendimento com serviços de coleta de lixo pela primeira vez superou o de atendimento pelos serviços de abastecimento de água – 79% dos domicílios são atendidos com coleta de lixo, enquanto 77,9% são atendidos com rede pública de abastecimento de água (BRASIL, 2007).

Apesar dos dados não permitirem uma aferição qualitativa dos serviços, constata-se a existência de coleta de lixo e varrição em quase todos os municípios brasileiros – 99% dos municípios tem coleta convencional; mas apenas 8% têm programa de coleta seletiva. Sabe-se que em 2006, 327 municípios operaram programas de coleta seletiva, atingindo aproximadamente 25 milhões de brasileiros. Estes dados foram obtidos através do Ciclossoft (CEMPRE, 2007), um banco de dados atualizado da coleta seletiva, em cidades brasileiras, organizado pelo Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE), junto às prefeituras. Enfatiza-se ainda que há a concentração destes programas nas regiões sul e sudeste. A Figura 3 apresenta a evolução histórica da participação dos municípios em programas de coleta seletiva, no Brasil, no período de 1994 a 2006.

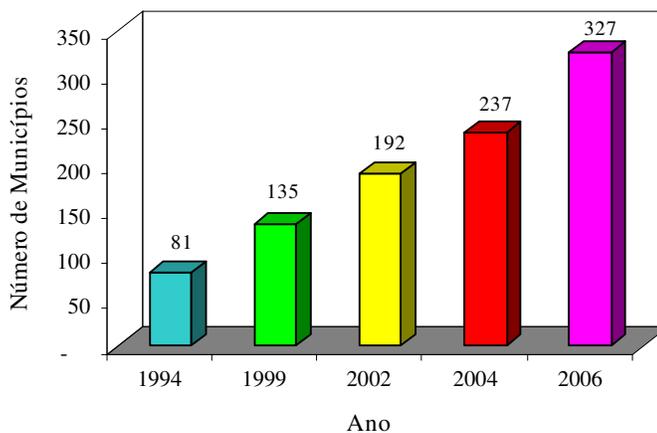


Figura 3 – Evolução da participação dos municípios, no Brasil, dos programas de coleta seletiva (CEMPRE, 2007).

Os melhores resultados no manejo, tratamento e destinação final dos resíduos, contudo, têm sido obtidos pelos grandes municípios e regiões metropolitanas. Os demais municípios acumulam dificuldades de ordem estrutural e administrativa, com pouca ou nenhuma qualificação de pessoal, baixa capacidade de obtenção e aplicação de recursos e a maioria tendo como cenário da destinação final, o *lixão*⁶.

Os serviços de limpeza urbana existem em quase 100% das cidades brasileiras e empregam aproximadamente 320 mil pessoas, entre serviços públicos e/ou terceirizados. Fontes não oficiais citam que no Brasil existem entre 200 e 800 mil pessoas que, trabalhando na informalidade e, às vezes, na ilegalidade, contribuem com a limpeza urbana (GRIMBERG, 2002). Enfatizamos, novamente, a incerteza dos números apresentados, pois dependendo da fonte, observamos que estes são muito variáveis.

Da população urbana no Brasil – 169,5 milhões – apenas 8 milhões de pessoas são abrangidas pela coleta seletiva. A coleta seletiva a cargo do poder público abrange a uma pequena parcela de municípios, correspondendo a 1% de todo o resíduo sólido que é coletado e pesado no país. Conforme informação, nem todo o resíduo que é coletado passa pelas balanças para ser pesado (IBGE, 2002). Menor ainda é o índice dos programas que incorporam os catadores como parceiros. A gestão participativa que garanta o controle social dos sistemas, também, ainda é muito incipiente. E a situação da maioria dos trabalhadores da área também é bastante precária, havendo um maior investimento na valorização e qualificação apenas nas grandes cidades, principalmente nas capitais.

Como perspectivas futuras, verifica-se a necessidade de investimentos em infraestrutura e equipamentos para aprimorar os sistemas de limpeza urbana, especialmente para ampliar a coleta, implantar soluções adequadas de tratamento e disposição final de resíduos sólidos e para erradicar os lixões, além de ações para ampliar a capacidade técnica e a inserção social dos catadores. Os planos de gerenciamento integrado de resíduos sólidos são ainda muito recentes, necessitando de medidas regulatórias que venham a qualificá-los enquanto políticas públicas.

Segundo o diagnóstico, de maneira geral, as cidades com mais de 200 mil habitantes, são as que produzem mais resíduos e também são as que têm planos de gerenciamento de resíduos mais qualificados, com sistemas de coleta domiciliar e seletiva bem estruturados.

De acordo com essa pesquisa, o Brasil produz cerca de duzentos e quarenta mil toneladas diárias de lixo, com uma produção média de 1 kg por habitante/dia. Dados, ainda,

⁶ Local de destinação inadequada dos resíduos sólidos, no qual estes estão dispostos a céu aberto sem nenhum tipo de tratamento.

do IBGE (2002) apontam que no ano de 2000 foram coletadas no Brasil cento e quarenta e nove mil ton/dia de lixo, das quais somente 2,8% foram destinadas à reciclagem, ou seja, voltaram ao ciclo produtivo; e 3,9% à compostagem. Isso quer dizer que 93,3% foram destinados em aterros, lixões, incinerados ou dispostos em áreas alagadas.

O diagnóstico ainda comenta que houve um aumento significativo na quantidade de lixo coletada, em parte decorrente do aumento dos índices de coleta e em parte decorrente de mudanças nos padrões de consumo - se consome, por exemplo, muito mais embalagens e produtos descartáveis atualmente do que há dez anos. A massa de lixo coletada se ampliou de 100 mil toneladas em 1989 para 149 mil toneladas em 2000 - um crescimento de 49%, enquanto entre 1991 e 2000 a população cresceu 16,43%.

Cabe enfatizar que apesar da Agenda 21, documento elaborado por 170 países que participaram da ECO-92, no Rio de Janeiro, já apontar a necessidade da redução do consumo de produtos, estabelecendo-se o princípio dos 3 Rs: Reduzir, Reutilizar e Reciclar considera-se este um grande desafio. Consumir é a regra, significa status, poder, liberdade. A todo o momento criam-se novas necessidades de consumo que acabam resultando em desperdício de matéria-prima, energia e geração de mais resíduos. Esta é uma lógica bastante difícil de interferir.

Quanto ao tratamento, à destinação final dos resíduos coletados, o quadro geral evoluiu de forma positiva nos últimos dez anos; a massa de resíduos sólidos destinada a aterros sanitários passou de 15,8% dos resíduos coletados para 32% dos resíduos coletados. Isto se explica por que a maior massa de resíduos coletados está concentrada em poucas cidades, justamente aquelas que têm mais capacidade técnica e econômica e substituíram nos últimos dez anos a destinação nos lixões para aterros sanitários. Já os municípios com menos de 15 mil habitantes, que eram 3.486 em 2000, depositam os resíduos em lixões, em 70,46% dos casos. Entretanto, são responsáveis pela coleta de apenas 9,35% do lixo coletado no país.

Visando melhorar a gestão de resíduos sólidos no país, o Governo Federal por intermédio das instituições e entidades do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, especialmente os Ministérios das Cidades, do Meio Ambiente e da Saúde têm adequado seus programas e projetos no sentido de otimizar e padronizar critérios para a análise e aprovação dos recursos para emprego no setor de resíduos sólidos. A atuação do Fórum procura ainda destacar a importância e promover a gestão participativa no manejo de resíduos sólidos, prática que ainda não tem sido devidamente implementada no país como seria desejável.

Não existe uma lei nacional que regule a área de resíduos sólidos no Brasil nem tampouco um organismo que estructure as ações. Há, no entanto, vários instrumentos legais

que disciplinam a área. Em 2002, o Congresso Nacional discutiu um Projeto de Lei para instituir uma Política Nacional de Resíduos Sólidos. Na maioria dos municípios brasileiros, principalmente nos de pequeno porte, o arcabouço legal que deveria amparar os serviços de limpeza urbana é desatualizado e inconsistente, sendo comum a constatação de pontos contraditórios. A inexistência de uma política nacional para este segmento também limita a atuação dos municípios, especialmente em relação à responsabilização do produtor/gerador pelo destino dos resíduos, ficando a municipalidade como única responsável pela solução do problema. Apesar disso, alguns municípios implementam bons programas de gestão de resíduos.

No Brasil, não se tem notícia de estudos sistemáticos de acompanhamento e avaliação do aumento da qualidade de vida e saúde de populações a partir da melhoria dos seus sistemas de limpeza pública ou, do seu agravo, na falta destes. Entretanto, segundo a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) foram constatados registros do reaparecimento de doenças relacionadas com a proliferação de vetores que têm, no *lixo*, condições propícias para seu desenvolvimento. É o caso da dengue, que triplicou o número de casos entre 1996 e 1998 e da leptospirose que de 1985 a 1997 que atingiu índice de mortalidade de 11%. O Ministério da Saúde registra que, de 1991 a 1994, as doenças infecciosas e parasitárias foram responsáveis por 9,4% das internações hospitalares (BRASIL, 2007).

Do ponto de vista da organização da prestação dos serviços de limpeza urbana, vale destacar que no Brasil, estes serviços vêm sendo realizados pelas próprias municipalidades e pela iniciativa privada. Tem havido um acréscimo no percentual executado pelas empresas privadas em relação aos serviços executados pelo poder público municipal. Poucas empresas atuam nas grandes e médias cidades, principalmente; as 45 empresas filiadas à Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública (ABRELP), que são responsáveis pela coleta de cerca de 70% dos resíduos coletados, segundo esta associação.

Quanto às modalidades de gestão administrativa para a limpeza urbana, a grande maioria dos municípios de pequeno e médio porte adota a administração direta, ou seja, a prefeitura, por meio de uma secretaria, departamento, setor etc. é que se encarrega de todas as ações pertinentes à gestão dos resíduos sólidos. Poucos municípios possuem autarquias ou empresas públicas específicas para a limpeza urbana (BRASIL, 2007).

Os dados demonstraram que mais de 50% dos municípios não cobram dos munícipes pela execução dos serviços e aqueles que o fazem cobram valores muito inferiores à despesa real. A grande maioria, em especial os de pequeno e médio portes, não possuem pessoal técnico qualificado para planejar, monitorar e avaliar os serviços e implantar sistema de

custos e de cobrança pelos serviços. Aqui cabe a pergunta: “Será que se os municípios pagassem mais o serviço seria melhor?”

Com relação ao aporte de recursos, o Governo Federal, destinou, com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) de 1999 a outubro de 2002, cerca de R\$ 289 milhões para a área de resíduos sólidos. Somando as aplicações da então Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (SEDU), do MMA, e da FUNASA, foram atendidos cerca de 700 municípios em todo o país. Com relação ao aporte de recursos estaduais e municipais não existem informações consolidadas (BRASIL, 2007).

Dentre os aspectos positivos da área, destaca-se o aumento considerável da importância que a gestão de resíduos sólidos vem tendo nas agendas governamentais. Também é relevante a existência hoje no país de um número considerável de associações, cooperativas e organizações de catadores trabalhando na coleta seletiva, segregação e comercialização de recicláveis num contexto de melhor organização, enquanto categoria, do que há cerca de 10 anos atrás. Essas organizações ainda apresentam várias deficiências e fragilidades, mas a atuação e apoio de grupos religiosos e ong's têm sido decisivos para o fortalecimento e o reconhecimento social dessa categoria de trabalhadores.

Ainda que impulsionado pelas exigências de agentes financiadores e cobranças da sociedade, o poder público municipal começa a reconhecer formalmente a importância da atuação dos catadores na dinâmica do manejo de resíduos recicláveis. Na esfera federal, ministérios como o das Cidades, do Meio Ambiente e da Saúde, este último em menor grau, têm adequado seus programas e projetos no sentido de otimizar e padronizar critérios para a análise e aprovação dos recursos aos municípios para emprego no setor de resíduos sólidos.

Quanto à participação social, apesar dos serviços de limpeza urbana dependerem fundamentalmente da contribuição da população para a manutenção da limpeza e dos equipamentos, para o cumprimento dos horários de coleta, para a redução de conflitos quando da implantação de unidades e instalações, para a redução do desperdício e da geração de resíduos e para a separação dos materiais recicláveis para os programas de coleta seletiva, ainda são insuficientes os esforços de educação ambiental e de mobilização social nos sistemas de gestão de resíduos no país.

Então, sinteticamente, do ponto de vista governamental, apesar dos diversos problemas relacionados a esta área, cabe ressaltar algumas iniciativas para o enfrentamento desses no Brasil. São elas:

- A criação da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental na estrutura do Ministério das Cidades;
- A iniciativa de criação do Comitê Interministerial Lixo e Cidadania no âmbito das ações governamentais, em 2003;
- A consolidação do anteprojeto de lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos pela Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos (SQA) do MMA (o anteprojeto encontra-se ainda em processo de tramitação);
- A ampliação do Programa Lixo & Cidadania em parceria com a UNICEF.

3.2 O cenário em Porto Alegre

3.2.1 Sintetizando o contexto do resíduo sólido em Porto Alegre

A Região Sul, que produz o terceiro maior volume de resíduos no país, é a que tem maior número de agentes envolvidos na coleta seletiva. Nesta, existem 26 associações de reciclagem, das quais 14 pertencem a Porto Alegre. No cenário nacional, Porto Alegre e sua região metropolitana, destacam-se na coleta de materiais recicláveis. Apesar disto, cabe ressaltar que no Rio Grande do Sul, 114 municípios, cerca de 24% do total, admitem haver catadores nos lixões (DAGNINO, 2004).

Conforme nos aponta Reis (2002), a produção de resíduos tem relação estreita com o nível de vida da população. Tanto a qualidade quanto a quantidade dos resíduos é diferente em função da variação deste nível. Assim, em Porto Alegre, sabe-se que o resíduo dos bairros ricos é composto de muito material reciclável, ao passo que o resíduo dos bairros pobres tem maior proporção de matéria orgânica. Soma-se a isso o fato de que o bairro rico produz um volume total bem maior de resíduos.

Constata-se em Porto Alegre, nos alerta Dagnino (2004, p.34), uma situação de desequilíbrio entre os dados compilados pelo IBGE e os dados apresentados pelo DMLU. São eles: pelo IBGE (2002), apenas 4 % do resíduo coletado, o que corresponde a 60 ton/dia, é enviado para as Unidades de Triagem, no entanto, pelo DMLU, desde o ano de 2000, este volume é estimado – não pesado. Estima-se que o volume de material gerado seja muito

superior ao que é apresentado para a coleta formal, caracterizando-se um desvio na destinação dos resíduos ou o *roubo do lixo* como gostam de publicar os jornais.

O estudo mais recente sobre a questão foi realizado em 1997 e indica que naquela época 1140 pessoas coletavam informalmente resíduos sólidos domiciliares. A pesquisa indica também que esses trabalhadores coletavam uma carga equivalente a três vezes a quantidade estimada para a coleta formal (COSTA; SATTLER, 2000).

A pesquisa do IBGE também não apresenta informação ou desconsidera a existência de uma importante Unidade de Triagem e Compostagem ligada ao DMLU.

O DMLU aponta que existe coleta em 100% dos domicílios considerados urbanos. Cabe enfatizar, no entanto, que se comenta que a entrada do poder público em vilas e favelas é difícil, considerando a dificuldade de acesso.

Salientamos também a avaliação de Dagnino (2004), que ao se reportar ao gerenciamento integrado dos resíduos sólidos, adotado como política pública, desde 1990, em Porto Alegre, constata que não existe um banco de dados adequado/estruturado/confiável acerca do trabalho já realizado sobre a coleta e comercialização dos materiais recicláveis, estando as informações sobre este assunto dispersas, nos diferentes órgãos que compõem a administração municipal, que de alguma forma tiveram ingerência sobre esta questão.

Dagnino (op.cit.) ainda sinaliza que é importante ressaltar que as informações trazidas através da prefeitura ou da imprensa enfatizam que o número de catadores aumentou muito, ao longo do tempo, extrapolando o número preconizado na pesquisa acima referida. Isto condiz com o prognóstico dos administradores; o que parece fugir ao esperado é o desvio do resíduo produzido pelos catadores informais, colocando em risco a existência da própria coleta seletiva.

A Figura 4, a seguir, apresenta a evolução histórica da coleta seletiva, em Porto Alegre, no período de 1994 a 2006, obtido através do Ciclossoft, banco de dados organizado pelo CEMPRE (2007). Constatamos que ocorreu um crescimento da mesma até o ano de 2002 e posteriormente observamos uma oscilação, caracterizando um decréscimo na coleta de recicláveis, contradizendo diagnóstico realizado pelo Ministério das Cidades, onde se constata que em decorrências da mudança dos padrões de consumo, se consome muito mais recicláveis (embalagens e produtos descartáveis), atualmente, do que há dez anos atrás. Dessa forma podemos quem sabe inferir que não é a quantidade total de resíduos que está decaindo, mas sim o serviço de coleta seletiva que não está conseguindo atender as demandas da prefeitura.

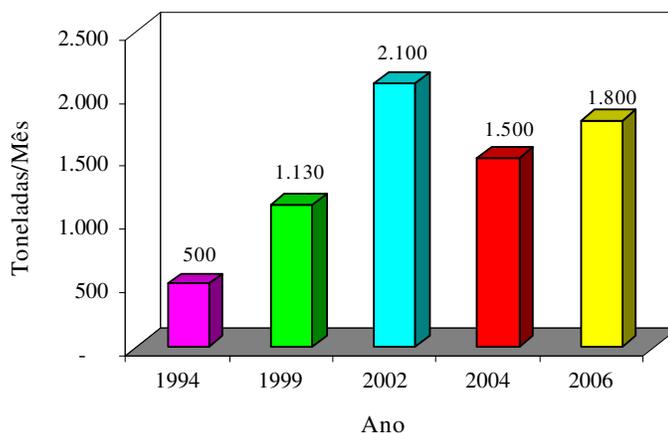


Figura 4 – Evolução da Coleta Seletiva em Porto Alegre (Adaptação de CEMPRE, 2007).

3.2.2 Um pouco da história da limpeza pública

3.2.2.1 Os lixões

Porto Alegre conta com uma história de 40 anos de lixões. Segundo Costa (1983), em 1915, circulou na cidade, pela primeira vez, um trabalho técnico de porte, intitulado *Saneamento das Cidades*, a respeito da coleta e destinação do *lixo*. Em 1925, quando as carroças coletoras foram substituídas pelo primeiro caminhão, o destino do *lixo*, ao invés das ruas da cidade, já acontecia em terrenos mais afastados do centro urbano ou em um Forno Municipal, inaugurado em 1908.

Em 1929, iniciou-se a instalação do Processo Beccari de decomposição anaeróbica da matéria orgânica predominante no *lixo* urbano e em 1935 já operava a Fábrica Municipal de Adubos, com 68 celas para o confinamento temporário do *lixo*. Em 1947, esse processo foi paralisado em função do *lixo* passar a ser utilizado no aterramento de áreas baixas e alagadiças, para as quais a cidade necessitava se expandir.

A partir daí, os *lixões* começaram a ser adotados como forma de destino final e assim permaneceu até 1989. Nesta época, os resíduos sólidos eram depositados em áreas inadequadas, provocando degradação e poluição.

Um dos depósitos de lixo localizava-se na Zona Sul, na várzea do Arroio do Salso; o outro, na Zona Norte, na várzea do Rio Gravataí. Essas áreas deveriam ser preservadas para fins mais nobres, como habitação e lazer, mesmo considerando-se a indisponibilidade de áreas para o *lixo*.

No depósito de *lixo* da Zona Norte o problema agravava-se pela presença permanente de catadores que viviam no ambiente insalubre de *lixo* descoberto e perigoso pela circulação entre máquinas pesadas que ali transitavam. A competição pelo *lixo* estimulava a criminalidade e a violência.

Em abril de 1990, o prefeito decretou *estado de calamidade pública* na capital gaúcha, pois o *lixão* da Zona Norte estava saturado e o da Zona Sul havia sido interditado pelos moradores das imediações, que não mais suportavam os transtornos decorrentes dessa forma irregular de depósito de *lixo*.

3.2.2.2 O gerenciamento integrado dos resíduos sólidos

A dimensão dos problemas do *lixo* inserido no contexto social e ambiental do município justificavam a elaboração de alguns projetos específicos. Discutia-se, em 1990, o Sistema de Gerenciamento e Tratamento Integrado dos Resíduos Sólidos de Porto Alegre.

Foram, então, simultaneamente, desenvolvidos vários projetos como a recuperação ambiental do *lixão* da Zona Norte, o resgate social e a organização para o trabalho dos catadores e a implantação da coleta seletiva nos bairros, vilas, condomínios, escolas, hospitais e órgãos públicos.

Conforme Pereira (1999), em junho de 1990, o Programa de Coleta Seletiva de Lixo foi implantado no bairro Bom Fim, com o objetivo de se estender gradativamente e realizar a coleta porta-a-porta, além de criar postos de entrega voluntária. Os porto-alegrenses adotaram o vocabulário SECO (para os materiais recicláveis) e ORGÂNICO (para os materiais não recicláveis).

Os catadores do antigo *lixão* permaneciam na área, porém em célula específica já concluída, sobre a qual eram depositadas as primeiras cargas da coleta seletiva. Eles começavam então a se familiarizar com o material pré-selecionado pela população e com o seu novo valor comercial, em razão de estar separado do lixo orgânico.

Por iniciativa própria e com recursos próprios, o DMLU construiu a primeira Unidade de Triagem, a fim de abrigar esse novo grupo recém organizado e que realizava a separação e classificação de cada fração do lixo seco. O incentivo a cooperativização ou associação objetivava a humanização das condições de trabalho, pela saída do *lixão* e a criação de um trabalho coletivo, organizado e disciplinado. Entre 1991 e 1996 foram criadas oito Associações de Reciclagem.

No trabalho publicado por Reichert (1999), engenheiro civil e servidor do DMLU, consta que desde agosto de 1996 que a Coleta Seletiva está à disposição de 100 % da cidade. Reichert ainda aponta que a Coleta Seletiva se apresenta como um dos componentes utilizados dentro de um Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos. Este se constituiu em um modelo, utilizado no mundo inteiro como ferramenta para solucionar os problemas decorrentes das quantidades crescentes de resíduos sólidos gerados, passando a ser adotado no Brasil, nos anos 90, com a implantação em municípios como Porto Alegre e Belo Horizonte.

O que motivou a adoção de um sistema de gerenciamento integrado de resíduos sólidos em Porto Alegre foram: a carência de áreas para a implantação de novos aterros sanitários, a preocupação com o desperdício de materiais reaproveitáveis e o aumento crescente na geração de resíduos. Através de um trabalho de pesquisa realizado pelo DMLU, que permitiu registrar a evolução da geração de resíduos, em Porto Alegre, do ano de 1992 a 1998, pode-se constatar um aumento de 72%. No mesmo período, o crescimento total de resíduos, sempre superior a 5,8%, atingiu um pico de crescimento de 16,4% de 1995 a 1996. Daí verifica-se o significativo aumento nos volumes produzidos, ainda mais se considerarmos que entre 1992 a 1998 a população porto-alegrense cresceu a uma taxa máxima de aproximadamente 1% ao ano.

O modelo de gerenciamento integrado de resíduos sólidos vem sendo adotado em Porto Alegre, desde 1989, tendo como princípio a segregação na origem e a coleta diferenciada de resíduos, visando a otimizar o reaproveitamento e a reciclagem e diminuir o volume a ser disposto em aterros sanitários. A segregação ou separação na origem facilita o aproveitamento futuro de cada tipo de resíduo. Porto Alegre faz coleta segregada da quase totalidade dos resíduos sólidos gerados diariamente. Assim, são coletados separadamente os seguintes tipos de resíduos: domiciliares, os resíduos dos serviços de saúde; os industriais; os resíduos públicos e os resíduos arbóreos. A coleta segregada encarece o sistema de coleta, uma vez que os resíduos não são mais coletados todos juntos, motivando a passagem de outro veículo de coleta por um mesmo roteiro. No entanto, as vantagens estão no potencial muito

maior de reaproveitamento e de reciclagem dos materiais assim coletados, além do ganho ambiental e social.

3.2.2.2.1 A coleta seletiva

A Coleta Seletiva foi implantada em 1989, no Bairro Bom Fim, com o slogan *dê um bom fim ao seu lixo*, a coleta seletiva domiciliar atingiu 98% de atendimento da cidade no final de 1996. Utiliza-se o sistema porta-a-porta, no qual o veículo coletor passa em todas as ruas e recolhe os resíduos apresentados junto ao meio-fio. A coleta até a administração municipal anterior era operacionalizada pelo próprio DMLU. A proposta da atual administração, no que ela denomina de Novo Modelo do Sistema Integrado de Limpeza Urbana de Porto Alegre, seria a abertura de licitação para a realização deste serviço, permitindo-se o consórcio de até 3 empresas.

Este tipo de operação envolve investimento em educação ambiental, uma vez que as pessoas passam a separar os resíduos em seus domicílios por conscientização, pois não há troca de resíduos por outro tipo de produto (como vales-transporte, por exemplo), como ocorre em algumas cidades brasileiras.

Reichert (1999) já menciona que Porto Alegre reciclava 30% do seu potencial de reciclagem. Considerando que a média diária de resíduos recicláveis coletados era de 60 ton/dia, na prática, a composição teórica dos resíduos recicláveis era de aproximadamente 200 ton/dia, ou seja, a quantidade de resíduo coletada pelos carrinheiros (diretamente nas lojas ou quando passavam antes do caminhão da coleta seletiva) era muito maior que os totais coletados pelo DMLU.

3.2.2.2.2 Os galpões de *reciclagem*⁷

As Unidades de Triagem, também denominadas de Galpões de Reciclagem, recebem os resíduos da Coleta Seletiva. Nestas unidades, trabalhadores organizados em cooperativas ou em associações fazem a separação, classificação, prensagem, e em alguns casos, o beneficiamento de certos materiais, para a posterior venda. Eles não possuem vínculo empregatício com a prefeitura e tiram seu sustento exclusivamente da venda dos materiais recicláveis.

Construções simples, por isso chamadas Galpões, as unidades são na sua maioria construídas pela prefeitura e entregues em regime de comodato às associações. O mesmo acontece com as prensas e os equipamentos utilizados. Atualmente são 14 Unidades de Triagem espalhadas em todo o território do município, gerando renda acerca de 700 trabalhadores e suas famílias. Em cada unidade há um container estacionado para o recebimento dos rejeitos que são regularmente encaminhados, pelo DMLU, para o aterro sanitário. Rejeito é aquele material que, separado pela população, não pode ser enviado para a reciclagem, porque não há tecnologia (não é reciclável) ou porque não há mercado.

Com relação a este sistema para o gerenciamento dos resíduos sólidos cabe registrar para nossa reflexão uma pequena avaliação realizada por Reichert (1999) acerca deste modelo:

O Sistema Integrado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos adotado em Porto Alegre é resultado da discussão continuada dos técnicos do Departamento Municipal de Limpeza Urbana. Projetos como a eliminação dos lixões e a implantação de modernos aterros sanitários, a coleta seletiva, as associações das unidades de triagem são reconhecidos nacional e internacionalmente como exemplos bem sucedidos. [...] O sistema de Porto Alegre pode servir como modelo para outras cidades, desde que sejam guardadas as peculiaridades de cada uma; os modelos não podem ser simplesmente transpostos, mas adaptados à realidade local. [...] Finalmente, para o sucesso de qualquer sistema de gerenciamento de resíduos sólidos, quatro fatores devem estar presentes, não necessariamente nesta ordem de importância: vontade política (querer fazer); conhecimento técnico (saber como fazer); recurso financeiro (ter como fazer); e pessoal qualificado e treinado (fazer, avaliar e refazer).

⁷ Cabe enfatizar que tecnicamente o termo reciclagem não se refere somente a triagem dos resíduos, mas envolve todos os procedimentos desde a segregação na origem até as transformações estruturais dos materiais que incluem a lavagem, fundição, extrusão, etc.

3.2.2.3 Mudanças na administração do lixo

Em 2004, com as eleições municipais, a administração que por 16 anos esteve à frente do gerenciamento da cidade de Porto Alegre perdeu as eleições. Então em julho de 2005, houve mudança da diretoria do DMLU, onde se apontou a necessidade de instituir uma nova forma de gestão à autarquia. Conforme esta nova gestão o DMLU é o segundo orçamento da prefeitura com despesas de R\$ 12 milhões por mês e um déficit anual de R\$ 60 milhões, em sua maior parte provocado pelo excesso de funcionários, de antigos garis, que ainda hoje permanecem no órgão em desvio de função. Esta nova administração com vistas a fazer uma avaliação da situação do resíduo na cidade de Porto Alegre, contratou uma consultoria, em 2005, que gerou um documento intitulado *Diagnóstico da Limpeza Urbana em Porto Alegre/RS*, onde extraímos a seguir algumas constatações relevantes para o presente projeto:

- **Referente à coleta**

- ✓ Focos de borrega gerados pelos carroceiros, carrinheiros e agentes autônomos (recicladores independentes).
- ✓ Sistema de coleta com 90% de terceirização.
- ✓ Na seletiva, o sistema de coleta apresenta qualidade questionável. Constata-se uma queda acentuada (em torno de 50%) no volume coletado nos últimos quatro anos.
- ✓ Temos, portanto um aumento de carroceiros e carrinheiros coletando este tipo de resíduo, contribuindo para o aumento de focos na cidade.
- ✓ Além dos problemas apontados acima, outros problemas da seletiva são: atendimento parcial dos domicílios (reduzido número de ruas incluídas), disponibilização de máquinas e equipamentos às Unidades de Triagem; responsabilidade pela manutenção destes equipamentos, participação financeira mensal no custeio de algumas Unidades de Triagem, má qualidade da frota própria, falta de campanhas de conscientização (segregação e disposição).

- **Referente ao pessoal**

- ✓ Para as tarefas fim do Departamento, emprega-se 460 servidores próprios e 1.386 são terceirizados de Cooperativas e da empresa privada PRT.

- ✓ Por isso apresenta um número elevado de servidores em desvio de função (em torno de 800) e um quadro desmotivado.
- ✓ Apesar do excesso de pessoal, são pagas 72.000 horas extras por mês, impactando a folha em 16%.

- **Referente ao orçamento**

- ✓ Orçamento previsto para 2005 é de R\$ 101,4 milhões.
- ✓ R\$ 45,8 milhões em pessoal, R\$ 42,7 milhões em serviços terceirizados e R\$ 12,9 milhões em outros custeios.

- **Conclusões**

- ✓ Necessária redefinição institucional e estrutural.
- ✓ Realocação dos recursos humanos, valorizando-os.
- ✓ Constata-se uma falta de qualidade nos serviços prestados.
- ✓ Temos a obrigação com o contribuinte de disponibilizar novos e necessários serviços com as tecnologias ofertadas na maioria das capitais brasileiras.
- ✓ Apresentamos uma defasagem tecnológica e de serviços de 10 anos em comparação a cidades como Curitiba, Brasília, Fortaleza, Salvador, entre outras.

A partir deste contexto, o diretor-geral do DMLU, no período, Garipô Selistre, em entrevista ao jornal O Sul, apontou que o Departamento estaria providenciando, até o final de 2005, um processo licitatório a fim de que a capital pudesse importar mais tecnologia e diminuir a defasagem de tempo que existe em relação às grandes capitais, que já utilizam lavagem mecânica de rua, coleta mecanizada, entre outros. Quanto aos catadores de rua, foi também declarado, na mesma entrevista, que o DMLU estava tentando desenvolver um trabalho que ajude os catadores e carrinheiros de Porto Alegre. Segundo Selistre existem em torno de 8 mil carroças na capital e somente metade é emplacada. A clandestinidade é um problema que atinge várias metrópoles brasileiras pela falta de emprego formal e porque o *lixo* é comprovadamente uma fonte de renda. “A idéia é incentivá-los para que eles se organizem em cooperativas, tirando-os da rua e dando condições dignas de trabalho”.

3.2.2.3.1 Novas dinâmicas na gestão pública municipal

Embora, não seja objetivo desse trabalho avaliar a gestão pública municipal, não podemos deixar de mencionar, as transformações ocorridas na gestão dos resíduos, no decorrer da realização dessa pesquisa, até porque como será observado, essas transformações estão presentes na *fala* dos próprios entrevistados.

Quando iniciamos a aproximação com a AREVIPA, no final de 2005, observava-se na cidade de Porto Alegre, uma grande movimentação tanto dos catadores quanto dos servidores do DMLU, tendo em vista as modificações que estavam sendo propostas pela nova administração municipal, a partir do Diagnóstico da Limpeza Urbana realizado.

Presenciamos, no segundo semestre de 2005, a realocação dos servidores do DMLU, nos demais órgãos pertencentes ao município. Com vistas, a repudiar esta atitude, foram realizados atos, organizados pelos funcionários, dos quais, consta, no ANEXO F, um dos materiais produzidos pelos mesmos e entregues à população de Porto Alegre. Resumidamente, neste material, os servidores trazem a história do DMLU, questionam o diagnóstico apresentado pela nova administração, enfatizando a referência desse departamento na gestão dos resíduos sólidos urbanos, dentro e fora do país, até o momento em questão; bem como denunciando a postura privatista da nova administração.

Referente ao diagnóstico podemos, também, inferir que o mesmo contradiz, como os próprios servidores do DMLU apontaram, a referência nacional e internacional do órgão. Avalia-se, também, que se torna superficial e subjetiva a forma de abordar a questão dos servidores do departamento, e também, o aumento dos carroceiros e carrinheiros, ignorando que este é um problema de dimensões globais e não apenas local.

Na AREVIPA, conforme será observado pelas entrevistas, a mudança de postura da nova administração municipal é visivelmente percebida. O DMLU, que anteriormente, por ocasião do incêndio ocorrido na Vila dos Papeleiros, atuava como apoiador, mediador e gerenciador, deste espaço, quando assume a nova administração, retira-se desse processo. Inclusive, a nova direção do DMLU retira do local os catadores da AREVIPA, conduzindo-os para um novo local, completamente inadequado para a realização da atividade da catação, como será visto posteriormente. Os catadores informais não foram retirados porque se negaram.

No período, em questão, também foi elaborado, um projeto, bastante polêmico, cujo texto, encontra-se no ANEXO G, de autoria do vereador Sebastião Melo (PMDB) que prevê a retirada gradativa das carroças das ruas da capital num prazo de até oito anos. Representantes de carroceiros, carrinheiros, papeleiros, catadores de papel e recicladores de lixo argumentam que não foram consultados para a elaboração desse projeto e que a matéria determinará muitos prejuízos a milhares de pessoas que vivem do *lixo* na cidade. Os representantes solicitaram ao presidente da Câmara, vereador Dr. Paulo Goulart (PDT), que um substitutivo seja elaborado por um grupo de trabalho composto por órgãos do município e ong's ligadas a esses trabalhadores. Foram realizadas várias audiências públicas para discutir esta questão, onde os encaminhamentos da última (ANEXO H), realizada em 9/11/2006, foram no sentido de que houvesse nova reunião para tratar dos maus-tratos aos animais, com a presença de representantes da prefeitura e a elaboração de um projeto pelo executivo para os carroceiros e catadores, que reivindicam o reconhecimento da categoria, a valorização do trabalho por eles realizado, creches para filhos de papeleiros, além de subsídios para a capacitação da categoria, livre circulação e veterinário para o acompanhamento dos cavalos.

Concluindo, outro ponto bastante polêmico dessa nova administração, refere-se à condução do processo licitatório relativo à realização dos serviços oferecidos, cujos contratos estavam por vencer; assim como a inclusão de novos serviços que seriam realizados por empresas contratadas. Alguns questionamentos do Tribunal de Contas do Estado, do Ministério Público e da Polícia Civil terminaram por adiar e posteriormente cancelar o referido processo.

Relativo ao exposto anteriormente, vale o alerta de Gonçalves (2003, p.94) quando aponta “a necessidade de assegurar legalmente não só o direito de catar, mas também a gestão compartilhada de resíduos, para que o acesso ao *lixo* reaproveitável não se transforme em direito de empreiteiras terceirizadas pelo município”. Esta autora, também, enfatiza a importância de se preparar os catadores organizados, em cooperativas ou associações, para a participação em licitações para os serviços de coleta seletiva, pois concorreriam ao direito a um trabalho que eles já vêm realizando.

4 FERRAMENTAS QUE AUXILIAM NA COMPREENSÃO DESTE CONTEXTO

Ao incursarmos no universo dos resíduos sólidos urbanos encontramos, de uma forma geral, farta bibliografia ao que denomino de aspectos técnicos dos resíduos, que tratam questões tais como: a caracterização, a classificação, a quantificação, o destino final dos resíduos sólidos urbanos, etc.; incluindo-se, em alguns casos, abordagens dos aspectos sociais e econômicos, mas sempre de uma forma compartimentada. Outro aspecto a ressaltar é a quase invisibilidade dos sujeitos, os catadores, que há mais de 50 anos, por meio do trabalho informal, coletam os materiais recicláveis, descartados pela sociedade.

Percebendo-se desta maneira a carência de bibliografia, no que tange a inserção do catador dentro deste processo, constitui-se a presente pesquisa em uma tentativa de focar este sujeito-catador, a partir de alguns referenciais teóricos da geografia, buscando promover um diálogo entre os mesmos, na perspectiva de compreender a complexa realidade na qual estão imersos os catadores de materiais recicláveis, nos grandes centros urbanos.

Situando os resíduos sólidos dentro da problemática ambiental, é importante salientar que esta, segundo Rodrigues (1998, p. 10), traz à tona, de forma nova, a dimensão do espaço com toda a sua complexidade. Esta categoria de análise então pode nos auxiliar na compreensão deste contexto, apontado-nos a geografia como nossa aliada, na medida em que o estudo do espaço apresenta-se como central, nessa área do conhecimento, possibilitando a leitura do espaço geográfico.

Outra questão pertinente ao estudo do espaço, diretamente relacionada com a problemática ambiental, é que o mesmo motiva a interação entre as diversas áreas do conhecimento, promovendo a tão perseguida interdisciplinaridade.

4.1 O espaço como categoria de análise

Algumas considerações que nos parecem importantes para o desenvolvimento dessa pesquisa podem ser extraídas de autores como Santos (2002), onde ele discute o conceito de uma categoria fundamental da geografia que é o espaço, apresentando-o, ao longo da história

da humanidade, sob diversas perspectivas. Este autor traz o espaço como o produto da imagem que as pessoas dele fazem, afirmando que as medidas do mesmo desenvolveram-se cedo porque seu uso era uma necessidade social. Apesar dos problemas teóricos relacionados a este conceito, na medida em que como nos apresenta Santos (2002, p.17) “tornou-se mais um problema que uma solução o uso da categoria, já que, em si e para si, ela parece não resguardar qualquer tipo de conceito mais perene, que nos permita usá-la com tranqüilidade e com um mínimo de certeza de sermos entendidos”. Este mesmo autor (p.29) ainda aponta que “o que pensamos ser espaço e tempo são, na verdade, as ferramentas que possuímos para sistematizar a nossa relação com o mundo da maneira como hoje ele se nos apresenta”.

Conforme sinaliza Suertegaray (2000) a concepção de espaço para os geógrafos foi concebida diferentemente. Para esta autora, o espaço foi concebido à maneira de Kant, com os seus adjetivos: absoluto, receptáculo, continente, lugar de ocorrência do fenômeno geográfico. Adquirindo dimensões específicas, tornou-se demarcável, passível de delimitação, de localização, de forma absoluta. Com as transformações do mundo pós-guerra associadas à difusão de novas concepções científicas, após os anos 50, surge o espaço relativo. Com ele, os geógrafos passam a falar de espaço como algo definível a partir de variáveis preestabelecidas definidas, conseguindo representá-lo, delimitá-lo em cartas e mapas. De acordo com Harvey (1980 apud Suertegaray, 2000) o espaço é abordado num contexto dialético, concebendo-o como simultaneamente absoluto, relativo e relacional. Esta autora traz ainda a concepção de espaço com Milton Santos (1996) referindo-o como "espaço é acumulação desigual de tempo", significando conceber o mesmo como heranças.

De acordo com Suertegaray (op.cit., p.20),

Num mesmo espaço coabitam tempos diferentes, tempos tecnológicos diferentes, resultando daí inserções diferentes do lugar no sistema/rede mundial (mundo globalizado), bem como resultando diferentes ritmos e coexistências nos lugares. Constituindo estas diferentes formas de coexistir, materializações diversas, por consequência espaço(s) geográfico(s) complexos(s) e carregado(s) de heranças e de novas possibilidades.

4.2 O espaço urbano e o espaço da cidade

Tecidas as considerações anteriores e situando a realidade, objeto da pesquisa, no município de Porto Alegre, surge então, a cidade como espaço urbano. E como já foi visto, a análise geográfica da mesma, pode ser abordada de acordo com as diversas correntes do pensamento geográfico. Para Corrêa (1995) o interesse em conhecer e atuar sobre a cidade deriva do fato de ser ela o principal lugar dos conflitos sociais. O mesmo constata que o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, e esta divisão articulada traduz-se como expressão espacial dos processos sociais, ou seja, constitui-se no reflexo da sociedade. Reflexo este originado, tanto de ações que se realizam no presente, como também daquelas que se realizaram no passado, deixando as suas marcas impressas nas formas espaciais do presente.

Este autor traz ainda que o espaço urbano, especialmente o da cidade capitalista, é profundamente desigual e mutável, dispondo de uma mutabilidade que é complexa, com ritmos e natureza diferenciados. O espaço da cidade constitui-se no cenário e o objeto das lutas sociais, pois estas visam o direito à cidade, à cidadania plena e igual para todos.

Complementando, este mesmo autor, ainda propõe que o espaço urbano capitalista é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, comandadas por agentes que produzem e consomem o espaço. A ação desses agentes sociais da cidade é orientada por um marco jurídico que regula a atuação deles. Salienta-se que este marco não é neutro, refletindo os interesses de alguns dos agentes.

Concordamos também com Rodrigues (2001, p.212) quando apresenta a duplicidade de concepção do urbano, quando este “é tido, simultaneamente, como símbolo da libertação do homem, de sua superioridade sobre a natureza, no sentido genérico do Ser Humano e como lugar de opressão”. Para esta autora a cidade e o urbano constituem-se em obras humanas que mostram o avanço científico/tecnológico e a globalização dos fluxos sociais, culturais, científicos, econômicos, etc. A opressão na cidade e no urbano surge para aqueles que estão à margem da urbanidade, expressando-se a fragmentação do seu cotidiano, através das rupturas, violência, pobreza, miséria, falta de habitação, saneamento básico, etc. Essa fragmentação também contrasta com a riqueza que aparece na publicidade. Rodrigues (op.cit., p. 214) nos traz que “da natureza se extrai a vida. Da cidade e do urbano se extrai a possibilidade da realização da vida humana.”

Um outro autor que contribui nesse nosso pensar o espaço da cidade e os grupos nele inseridos é Milton Santos. Algumas considerações de Santos (1996) que também julgamos serem bastante apropriadas com relação aos movimentos sociais urbanos novos, como o dos catadores, referem-se à cidade grande que para este autor é o espaço onde os fracos podem subsistir. Nos aponta ele, que hoje, graças ao fenômeno das redes e à difusão da modernidade no território, o capital novo se difunde mais largamente, profundamente, e rapidamente, no campo do que na cidade. Na cidade, o meio ambiente construído freqüentemente se constitui em um obstáculo à difusão dos capitais novos e a sua configuração geográfica, aparece como diversidade socioespacial, sendo comparável com a biodiversidade, prezada pelo movimento ecológico. A cidade grande também é capaz de atrair e acolher as multidões de pobres expulsos do campo e das cidades médias pela modernização da agricultura e dos serviços.

Para este autor existem, em linhas gerais, duas situações tipo em todas as grandes cidades: de um lado, uma economia explicitamente globalizada, produzida de cima, e um setor produzido de baixo, que nos países pobres é um setor popular e nos países ricos inclui os setores desprivilegiados da sociedade, incluídos os imigrantes.

Para Santos (op.cit., p.260),

Nas cidades, o tempo que comanda, ou vai comandar, é o tempo dos homens lentos. [...] Quem, na cidade, tem mobilidade – e pode percorrê-la e esquadrihá-la acaba por ver pouco, da cidade e do mundo. Sua comunhão com as imagens, freqüentemente pré-fabricadas, é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem, exatamente, do convívio com essas imagens. Os homens "lentos", para quem tais imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e acabam descobrindo as fabulações.

Este autor ainda comenta que são os pobres, na cidade, que olham para o futuro, pois eles vivem nas zonas urbanas opacas, aproximativas e criativas; em contraposição às zonas luminosas, espaços da exatidão.

Complementa Santos (op.cit., p.261)

Por serem “diferentes” os pobres abrem um debate novo, inédito, às vezes silencioso, às vezes ruidoso, com as populações e as coisas já presentes. É assim que eles reavaliam a tecnoesfera e a psicoesfera, encontrando novos usos e finalidades para objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva. Diante das redes técnicas e informacionais, pobres e migrantes são passivos, como todas as demais pessoas. É na esfera comunicacional que eles

diferentemente das classes ditas superiores, são fortemente ativos. [...] Esse futuro é imaginado ou entrevisto na abundância do outro e entrevisto, como contrapartida, nas possibilidades apresentadas pelo mundo e percebidas no lugar.

Uma idéia também importante extraída de Carlos (2001, p.430), e que sintetiza esse nosso re(pensar) a cidade diz que:

Pensar a cidade significa pensar o sentido da vida na cidade (de como ela se realiza), significa pensar a plena dimensão do homem, o que revela a cidade enquanto liberdade. Se é no cotidiano que se realiza a norma, ganha forma a segregação, é aí que estão as possibilidades de apropriação do espaço.

4.3 O espaço das redes

Santos (1996), em sua obra *A Natureza do Espaço*, onde na terceira parte intitulada *Por Uma Geografia do Presente*, encontra-se o capítulo 11, *Por Uma Geografia das Redes*, introduz, este capítulo recuperando historicamente o conceito de rede, reportando-se a Lavoisier, com a ciência da ligação das substâncias, que traz instrumentos teóricos que estão na origem do conceito científico de redes. Este autor, também, pondera acerca das imprecisões e ambigüidades deste conceito, sendo utilizado tanto nas ciências exatas, como sociais e, também, na geografia.

Santos (op.cit.) ao questionar-se sobre o que é uma rede apresenta-nos duas grandes matrizes: a que considera a sua realidade material e outra que leva em conta o dado social. A primeira leva a uma definição formal, onde Santos (op.cit. apud Curien, 1988, p.212), retrata que rede é: “toda infra-estrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação”. A segunda matriz diz que a rede é, também, social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a freqüentam.

Outra noção de rede trazida por Santos (op.cit.), extraída do Dicionário de Geografia dirigido por P. George, aborda esse conceito sob três aspectos: como: polarização de pontos de atração e difusão (as redes urbanas); projeção abstrata (paralelos e meridianos na

cartografia); projeção concreta de linhas de relações e ligações (redes cartográficas, técnicas territoriais, de telecomunicações).

Santos ainda coloca que as redes também podem ser examinadas segundo um enfoque genético, vistas como um processo e segundo um enfoque atual, vistas como um dado da realidade atual. Enfatiza que podemos admitir três momentos na produção e na vida das redes, são eles: o período pré-mecânico, onde há subordinação às contingências da natureza, espontaneidade no seu surgimento; o período mecânico intermediário, que coincide com a modernidade, desenvolvimento das técnicas, caráter deliberado da criação das redes, seu suporte é o território e o período técnico-científico-informacional, que coincide com a pós-modernidade, onde o suporte são pontos.

Este autor afirma que as redes são os mais eficazes transmissores do processo de globalização, não são homogêneas, são inseparáveis da questão do poder, sendo a forma mais acabada e eficaz de rede dada pela atividade financeira, graças à desmaterialização do dinheiro e ao seu uso instantâneo e generalizado. Através das redes, podem-se também reconhecer três tipos ou níveis de solidariedade: o nível mundial, onde o mundo aparece como primeira totalidade, empiricizada pelas redes; o nível dos territórios, país, Estado, totalidade resultante de um contrato e limitada por fronteiras e o nível local, onde o lugar aparece como terceira totalidade, onde fragmentos da rede ganham dimensão única e socialmente concreta.

Finalizando, Santos (op.cit.) nos aponta que atualmente não basta produzir, é indispensável pôr a produção em movimento, e quando se fala em fluidez, deve-se levar em conta a natureza mista e ambígua das redes e do que elas veiculam. Ainda diz que a primeira característica da rede é ser virtual, ela somente é real, efetiva e historicamente válida quando utilizada no processo da ação.

Além da contribuição de Milton Santos, com a perspectiva das redes, agrego as reflexões realizadas por Soja (1989), ao discutir a forma urbana, a partir da reestruturação do capitalismo. Assim, nos apresenta este autor que o ponto de partida para compreender-se a reestruturação é a sua ligação afirmativa com a espacialização, ou seja, o momento contemporâneo examinado como sendo a mais recente tentativa de reestruturar as matrizes espaciais e temporais do capitalismo. Essa reestruturação contemporânea então, dar-se-á em três níveis: espacial, temporal e social.

Soja (op.cit.) focaliza as três correntes principais da reestruturação espacial como, sendo: a pós-historicista, começa pela reestruturação ontológica que propôs a reafirmação do espaço na teoria social crítica e no discurso filosófico. A segunda, pós-fordista, tem sido guiada pela espacialização do marxismo ocidental e diz respeito à economia política material

da acumulação capitalista e da luta de classes, no contexto de desenvolvimento urbano e regional. A terceira, pós-modernista, acrescenta à economia política urbana e regional uma dimensão e uma crítica culturais, que estendem a reestruturação aos debates sobre a natureza da modernidade, da modernização e do modernismo.

Soja (op.cit, p.210), também afirma que:

Os estudos contemporâneos sobre a reestruturação urbana começaram a recapitular uma geografia histórica [...] que permite afirmar que a evolução da forma urbana tem seguido o mesmo ritmo periodizável de formação e re formação induzidas pela crise que moldou a paisagem macrogeográfica do capital desde os primórdios da industrialização em larga escala. Assim, a seqüência das espacializações urbanas é cumulativa, cada fase contendo vestígios das geografias anteriores, de divisões espaciais urbanas do trabalho já formadas, que não chegam propriamente a desaparecer, mas são seletivamente rearranjadas; [...] podendo ser vistas, também, como “estratificadas”, uma em cima da outra, refletindo mudanças pronunciadas nas geografias do investimento, da produção industrial, do consumo coletivo e da luta social.

Corrêa (2001) referindo-se a rede urbana brasileira traz que esta é o reflexo social, constituindo-se em uma condição social, daí a sua dinamicidade variável, considerando o contexto espaço-temporal. A rede é uma matriz onde se verifica a reprodução das condições de existência, considerando a produção, a circulação, o consumo e as relações sociais. Compreendendo-a, estaremos caminhando então no sentido da compreensão da própria sociedade brasileira.

4.4 O espaço das relações

Dentre as várias questões a serem abordadas dentro deste tema enfatizamos a necessidade de compreender as relações e conflitos que se estabelecem entre os diversos atores que atuam na coleta dos resíduos sólidos urbanos, destacando o poder público e os catadores informais. Assim, na perspectiva das relações uma questão que parece ser importante para análise, refere-se à percepção dos catadores informais em relação ao papel do poder público no gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos, tendo em vista os problemas já enunciados.

Ao considerarmos, por exemplo, a coleta informal, como uma das grandes desarticuladoras da política de coleta seletiva de Porto Alegre, atribui-se este fenômeno a fatores como: a forte crise econômica pela qual vem passando o país, que exclui do mercado de trabalho milhões de brasileiros e a disponibilização de renda junto ao meio-fio. Assim, cabe ao poder público, e toda a sociedade, dar resposta a esta grave questão de milhares de pessoas que sobrevivem destas atividades informais.

A cidade de Porto Alegre, com cerca de 1,4 milhões de habitantes, conta com um programa de coleta seletiva desde 1990, resultado da vontade política da administração municipal; da participação popular no processo por meio de discussões de alternativas ou na implementação de soluções, como as associações de catadores e à utilização da educação ambiental como ferramenta e produto de todo o processo. A coleta seletiva faz parte do gerenciamento integrado de resíduos sólidos, adotado pela administração pública, definido por MCDOUGALL et al. (2001, apud Reichert e Dutra, 2003) como “sistema que engloba todo o fluxo de resíduos, métodos de coleta, de tratamento e de destinação final, com o objetivo de alcançar benefícios ambientais, otimização econômica e aceitabilidade social”.

Para Reichert e Dutra (2003) não se deve incentivar à catação informal, ou querer que os catadores de rua assumam a coleta seletiva. Estes devem ser considerados parte integrante na definição do sistema integrado de gerenciamento, tanto na fase de definição, quanto na implementação. A idéia é que o sistema deve ser concebido para que a catação de rua, ou a coleta informal seja gradativamente abandonada, substituída e desnecessária. Esta situação constitui-se em contradição, pois no Brasil há uma inversão de prioridades, considerando a política dos 3R's (Reduzir, Reaproveitar, Reciclar), onde a reciclagem tem sido muito incentivada, mas a redução e o reaproveitamento têm sido esquecidos. Outra contradição, também, está na própria visão que os catadores têm do problema: para eles quanto mais resíduos melhor, pois estes se reverterem em dinheiro para os mesmos, garantindo a sobrevivência e também a possibilidade de consumo. Aqui para exemplificar, apresentamos o fato ocorrido no V Fórum Social Mundial, onde os catadores tinham assento no GT de Sustentabilidade, argumentando contra a distribuição de canecas para os participantes do FSM, pois esta atitude produziria a geração de menos resíduo, o que para eles não interessava.

Uma questão também importante extraída deste contexto para análise refere-se às relações de poder, que conforme nos aponta Rückert (2004a), está relacionado à capacidade dos múltiplos atores de propor, desenhar e desencadear políticas e novas formas de gestão com incidência estratégica no território. Touraine (1996 apud Rückert, 2004b), constata que a gestão ou os fins em direção aos quais um determinado grupo político opera, efetua-se tanto

pelo Estado como pela sociedade civil, porém cada um com suas lógicas próprias e conflitos, cooperação ou negociação entre si. Enfatiza-se, então, o reconhecimento dos vários centros de poder, além do Estado, e a criação de novos espaços institucionais. A análise das relações de poder se impõe para eliminar o determinismo da concepção unidimensional do poderio do Estado que dominava o quadro ideológico e político até então.

Apesar da coleta e deposição do *lixo* doméstico urbano serem atribuição da administração municipal, representando esta o Estado, também afirma Becker (1983) que este não é a única unidade de poder, mas uma das unidades. Segundo esta autora, o poder deriva de múltiplas fontes por se tratar de uma relação social difusa, uma “teia presente na sociedade inteira e no espaço inteiro”. A multidimensionalidade do poder implica a prática espacial estratégica de todos os atores sociais e em todos os níveis. Conforme esta autora, a concepção unidimensional e totalitária do Estado prejudicou a análise científica pelo menos de duas formas: sinalizando apenas um nível de análise espacial, delimitado pelas fronteiras do Estado e negando-se a existência dos conflitos no interior do Estado. Lefebvre (1974 apud Becker, 1983) traz que o espaço se valoriza como “lócus” da reprodução social. O poder ser multidimensional, implica no reconhecimento dos diversos agentes sociais com suas estratégias e conflitos presentes em diferentes escalas espaciais, e na necessidade de alterar o conceito de Estado.

Cabe, nesse momento, trazer para a nossa reflexão algumas definições a respeito do poder extraídas de Bobbio (1995 apud Rückert, 2004a) que entende o poder como “[...] a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos, referida tanto a indivíduos e grupos humanos como a objetos ou a fenômenos naturais”. Este mesmo autor reportando-se a Raffestin (1993, p.5-7) entende o poder como algo “que não é possuído nem adquirido, mas exercido, difícil de ser representado, contudo decifrável, estando presente em toda produção que se apóia no espaço e no tempo”. Para Claval (1979, p.11):

Poder alguma coisa é estar em condições de realizá-la e, também, ser capaz de fazer com que sejam realizadas por outros. Nesse sentido o poder se traduz, nas relações pelo aparecimento de assimetrias e desequilíbrios. O espaço intervém de várias maneiras na vida social e, portanto, no jogo do poder: 1) é o apoio da vida e da atividade e intervém, então, pela extensão; 2) é obstáculo à vida de relação; 3) serve de base à atividade simbólica.

Outro elemento neste contexto importante de ser considerado, já apontado anteriormente, é que existindo outros centros de poder além do Estado, surge com força a

participação da sociedade civil, constituindo-se em um componente importante da reforma política do Estado. Rückert (2004b) aponta que a sociedade civil constitui-se no lugar onde surgem e se desenvolvem os conflitos das mais diversas ordens. Para ele, os atores desses conflitos são as classes sociais, os grupos, os movimentos, as organizações, grupos de interesse, associações de vários gêneros, etc.

Para Becker (1983, p.13):

A mudança da estrutura econômica mundial deu origem a regulações que incluem a redistribuição espacial das atividades, ultrapassando-se os limiares da organização política do espaço, tornada obsoleta. Nesse processo, aguçam-se e/ou geram-se novas contradições, que se expressam pela resistência das populações à manipulação dos seus territórios, gerando movimentos sociais organizados em base territorial contra a incapacidade do Estado em atender a seus interesses.

Para Bobbio (1986, p.26) “a vida de um Estado moderno, no qual a sociedade civil é constituída por grupos organizados cada vez mais fortes, está atravessada por conflitos grupais que se renovam, continuamente”.

Em nível local, a organização de comunidades define novos limites. O Estado, produzindo e usando o espaço, não está atendendo à necessidade de todos os setores da população. Restou à população integrar seu poder no seu espaço vivido, criando uma nova linguagem, do espaço social vivido.

4.5 O espaço dos movimentos sociais

Continuando nossas reflexões acerca da temática proposta, nos apoiamos em Gohn (2004), quando afirma que os movimentos sociais urbanos têm sido considerados, por vários analistas e consultores de organizações internacionais, como elementos e fontes de inovações e mudanças sociais. Para esta autora (2002) os movimentos sociais urbanos caracterizam-se basicamente por dois fatores: pela natureza da classe social que emergem e pelo seu caráter de luta – transformador (reformista, reacionário, revolucionário) ou conservador. Existe também um reconhecimento “de que os movimentos sociais detêm um saber, decorrentes de suas práticas cotidianas passíveis de serem apropriados e transformados em força produtiva”.

Gohn (2004) ainda apresenta que:

Os movimentos são elementos fundamentais na sociedade moderna, agentes construtores de uma nova ordem social e não agentes de perturbação da ordem, como antigas análises conservadoras escritas nos manuais antigos, ou como ainda são tratados na atualidade por políticos tradicionais.

A presença dos movimentos sociais é uma constante na história política do país, mas ela é cheia de ciclos, com fluxos ascendentes e refluxos, alguns estratégicos, de resistência ou rearticulação em face à nova conjuntura e as novas forças sociopolíticas em ação. A partir de 1990, os movimentos sociais deram origem a outras formas de organizações populares mais institucionalizadas. No caso dos resíduos sólidos, por exemplo, temos os fóruns Lixo e Cidadania que se caracterizam por serem um espaço aberto e permanente de diálogo entre os diferentes atores da comunidade, permitindo aprofundar o comprometimento e a co-responsabilidade entre a sociedade civil e poder público quanto à gestão dos resíduos sólidos. Existem ainda os fóruns estaduais e, ainda o fórum nacional. Todos se articulam buscando incorporar a Gestão dos Resíduos às diretrizes do Programa Nacional Lixo e Cidadania, entre as quais a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis e a erradicação do trabalho infantil no *lixo* (ROSADO; SILVA, 2006).

Nas relações internas aos movimentos, por vezes, ocorre a reprodução da mesma lógica autoritária do sistema. Baron (2004) aponta que todos os indivíduos internalizam os valores sociais do sistema, ressalta que enquanto as lideranças destes movimentos continuarem a avaliar que o autoritarismo *não-intencional* ou o individualismo competitivo são simplesmente *contradições ideológicas*, não vão deixar a militância entender e transformar suas próprias subjetividades. Para o autor,

Os movimentos começam então a perceber e reconhecer que uma revolução cultural é necessária. Enquanto a subjetividade for negada e até satirizada os militantes não irão conhecer-se e entender o quanto seus próprios processos internos inibem a construção de novas subjetividades e comunidades de cooperação.

Além das associações de reciclagem temos a presença da Federação das Associações dos Recicladores de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul (FARRGS), entidade que tem por finalidade promover ações que visem o crescimento, a qualificação, a capacitação dos catadores, congregando cerca de 50 associações do estado.

Com o crescimento da organização e articulação dos catadores, em 2002, realizou-se o I Congresso de Catadores em Brasília, onde uma de suas maiores conquistas foi o reconhecimento de sua atividade pelo Ministério do Trabalho, estabelecendo para a categoria os mesmos direitos e obrigações de um trabalhador autônomo. O II Congresso Latino Americano de Catadores de Materiais Recicláveis ocorreu entre os dias 23 e 25 de janeiro de 2005, no Ginásio Municipal de São Leopoldo, cidade gaúcha do Vale do Rio dos Sinos. Reuniu várias delegações do Brasil e ainda de países como Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia, México e Peru, além de grupos da Tanzânia, Moçambique e Cuba. Com o tema: *Não há fronteira para os que exploram não deverá haver fronteiras para os que lutam*, o congresso foi realizado nos dias que antecederam o V Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre, totalizando 1050 catadores. Outros movimentos sociais que apóiam o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), participaram do congresso, como: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Resistência Popular.

Após discussões, debates e trocas de experiências o MNCR finalizou o encontro com um documento, intitulado de *Carta Final*, que afirma:

O movimento saiu fortalecido, pois aprofundou a solidariedade entre as organizações de catadores da América Latina. Assim, poderemos lutar juntos por uma sociedade em que todas as pessoas vivam com dignidade, em que o trabalho coletivo construa uma economia solidária, que sirva de alternativa à economia capitalista, baseada na exploração dos trabalhadores e do meio ambiente.

Reafirma-se que a articulação a partir do MNCR ainda que recente é a alternativa mais consolidada de organização dos próprios catadores, propiciando a elevação de sua auto-estima e fortalecendo-o enquanto categoria de trabalhador.

4.6 O espaço dos dois circuitos

No contexto percebe-se de maneira clara a articulação e as diferenças entre as atividades dos dois circuitos da economia urbana, apresentados por Santos (1979). Este autor estabelece a existência de dois circuitos econômicos em termos de produção, distribuição e

consumo de bens e serviços, ao diagnosticar que a acumulação de força de trabalho, com atividades ocasionais (trabalho informal), ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão quantitativa e qualitativa no consumo. Isto é, há uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Cada circuito é definido pelo conjunto das atividades realizadas em certo contexto e também pelo setor da população que se liga a ele, principalmente pela atividade e pelo consumo.

Dentro do domínio da produção e do consumo, o fenômeno da modernização tecnológica gera diretamente um circuito que consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles e, como via indireta, os indivíduos que se beneficiam parcialmente ou não, dos progressos técnicos recentes e das atividades a ele ligadas. Assim, a diferença fundamental entre as atividades do circuito inferior e as do superior está baseada nas diferenças de tecnologia e organização.

Santos (1979, p.28) acreditava que o período em que escreveu a obra “O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos” diferenciava-se nitidamente dos precedentes por sua capacidade nova de revolucionarização.

Pela primeira vez na história dos países subdesenvolvidos, duas variáveis elaboradas no centro do sistema encontram uma difusão generalizada nos países periféricos. Trata-se da informação e do consumo – a primeira estando a serviço do segundo – cuja generalização constitui um fator fundamental de transformação da economia, da sociedade e da organização do espaço. Por intermédio das suas diferentes repercussões, elas são ao mesmo tempo geradoras de forças de concentração e de forças de dispersão, cuja atuação define as formas de organização do espaço. A difusão da informação tornou-se mais fácil que antes, graças à autonomia que ela adquiriu frente a outros meios de comunicação, dotando-se de veículos próprios. Sua ação se faz sentir em todos os níveis e constitui o principal sustentáculo da difusão de novos modelos de consumo inspirados nos países mais ricos.

No domínio da produção, enquanto de um lado “em amplos setores da economia, a escolha é estreita no que concerne aos processos que podem ser utilizados”, e “esses processos são relativamente de alto coeficiente de capital”, de outro lado, a diminuição do emprego, na agricultura e na indústria, provocada pela modernização tecnológica – e isso enquanto a força de trabalho não pára de aumentar – acarreta a criação de atividades de pequenas dimensões.

Um elemento importante, para esta pesquisa, abordado por Santos (1979, p.35) é o emprego, que no circuito inferior, raramente é permanente, e sua remuneração situa-se com frequência no limite ou abaixo do mínimo vital. O contrato freqüentemente assume a forma de um acordo pessoal entre patrão e empregado, ressaltando-se a importância do trabalho familiar e do trabalho autônomo. Tudo isso está ligado às condições tecnológicas e financeiras das atividades desse setor e as suas relações com o conjunto da economia urbana.

A noção de lucro, também, é diferente em cada um dos dois circuitos. No circuito superior, trata-se de acumular capitais indispensáveis à continuidade das atividades e à sua renovação em função dos progressos técnicos. No circuito inferior, a acumulação de capital não constitui a primeira preocupação ou simplesmente não há essa preocupação. Trata-se, antes de tudo, de sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família, bem como tomar parte, na medida do possível, de certas formas de consumo particulares à vida moderna.

Outro aspecto importante a considerar é que o circuito inferior encontra sua integração localmente, enquanto no superior, as atividades realizadas localmente vão se integrar numa outra cidade de nível superior, no país ou no exterior. O exame das características de cada um dos dois circuitos evidencia uma oposição entre ambos, no entanto, dialeticamente dinamizam relações sociais e produção, conjuntamente. O circuito inferior encontra os elementos de sua articulação na cidade e sua região, enquanto que o circuito superior vai ordinariamente buscar essa articulação fora da cidade e de sua região, tendendo a concentrar poder e controlar a economia por inteiro.

5 ASSOCIAÇÃO DE RECICLAGEM ECOLÓGICA DA VILA DOS PAPELEIROS (AREVIPA)

5.1 Conhecendo a Vila dos Papeleiros

5.1.1 Uma vila de papel

Através de uma reportagem escrita por Fraga (2000), podemos visualizar um pouco do contexto da Vila dos Papeleiros. Ele começa apresentando a importância da reciclagem de papel para esta Vila que vive do recolhimento deste e de outros materiais. A mesma localiza-se entre as avenidas Voluntários da Pátria e Castelo Branco, em Porto Alegre, onde residiam, aproximadamente, 250 famílias habitando casebres, muitos deles construídos com a própria sucata. Viviam em sub-habitações e condições muito precárias de higiene e saneamento básico. Não raro surgia uma outra questão delicada, a do trabalho infantil, quase que inevitável; pois muitas vezes a participação das crianças garantia os ganhos capazes de suprir as necessidades diárias de todos.

A matéria intitulada *Reciclagem na vida dos papeleiros* (2006) apresenta a Vila dos Papeleiros como detentora de muitos nomes, remanejada para muitos lugares, sofrendo com dois grandes incêndios. Aponta que desde 1999, quando iniciou o processo de constituição da Associação de Reciclagem Ecológica da Vila dos Papeleiros (AREVIPA), algumas lideranças se uniram em prol da habitação digna realizando reuniões, visitas a representantes do Poder Público e mobilização da comunidade. A consciência política foi sendo construída aos poucos. “Agora a gente sabe que o governante é um funcionário do povo, então, eles têm que governar pra gente”, comenta, na reportagem, o presidente da Associação, Antônio Carboneiro, mais conhecido como Antônio Papeleiro, adjetivo do qual se orgulha muito. “Foi como papeleiro que descobri a minha cidadania. Esta é minha profissão”. O líder comunitário viajou pelo Brasil indo inclusive até a França para contar a experiência de sua comunidade, que agora não convive mais com a reciclagem na porta da residência, atraindo ratos e baratas. O carrinho com papel é levado diretamente para o Galpão de Reciclagem, onde é feita a seleção dos materiais para venda. Desde o último incêndio, em 19/03/2004, que devastou a

Vila, as 213 famílias passaram a morar na Casa de Passagem, uma construção provisória feita pela prefeitura.

Em matéria publicada no site *celulose online* sobre a Vila dos Papeleiros, intitulada *Papeleiros de Porto Alegre conquistam espaço*, é apresentado que os catadores de papel da mesma conquistaram um espaço para a triagem e comercialização do material captado nas ruas da cidade. A Prefeitura de Porto Alegre e a Caixa Econômica Federal, através da organização não-governamental Moradia e Cidadania, assinaram no dia 20 de agosto de 2004, um protocolo de intenções permitindo a cedência de um imóvel de propriedade da Caixa na rua Voluntários da Pátria, 2.552, no Bairro Navegantes. A cedência do imóvel, com área total de 1.521 metros quadrados resultou da parceria da Prefeitura com a Caixa em benefício do Programa Integrado Entrada da Cidade (Piec). No local - onde foi feita a assinatura do protocolo de intenções - seriam desenvolvidas políticas de geração de trabalho e renda, articuladas com projetos de agregação de valor aos materiais recicláveis, formação de pessoal e preservação ambiental. Para o presidente da Arevipa, Antonio Carboneiro, a cedência deste local facilitou o trabalho dos catadores e carrinheiros e fortaleceu a organização da atividade destes trabalhadores. "Lutei por melhores dias e me sinto vitorioso", destacou ele. "O prefeito, na época, João Verle lembrou a palavra solidariedade para definir a ocasião". O Piec está inserido em um longo processo de combate à exclusão construído com a população e este espaço tem uma função social muito importante", disse. A área destinada à separação e triagem de resíduos sólidos terá 630 m² e a de armazenamento e comercialização, 375 m². O prédio abrigará também um espaço para formação de pessoal e oficina de produção de artesanato, uma sala para oficina e produção de corte e costura e um espaço para as atividades da ong Moradia e Cidadania. As famílias vivem com uma renda per capita de meio salário mínimo, em média, e em condições precárias de moradia. No entanto, esta realidade está com os dias contados, pois a Vila dos Papeleiros é uma das 22 comunidades incluídas no Piec. A construção de um condomínio com 213 novas moradias passou por um processo licitatório e foi antecipado em consequência do incêndio, sem danos pessoais, ocorrido em março de 2004. As casas novas foram sendo erguidas na rua Voluntários da Pátria, no mesmo local onde ocorreu o incêndio. Atualmente, já estão prontas e ocupadas.

Iniciado em 2002, o Programa Integrado Entrada da Cidade prevê um investimento de R\$ 160 milhões, com recursos municipais e de empréstimo no Fundo Financeiro para o Desenvolvimento dos Países da Bacia do Prata (Fonplata). O Piec promoverá a revitalização da região da entrada da cidade, beneficiando diretamente 3.775 famílias com projetos de habitação e urbanização.

5.1.2 Questionário aplicado pelo DMLU na AREVIPA

Em 2005 foi aplicado pelo DMLU na AREVIPA um questionário que permite traçar um perfil desta Unidade de Triagem. A seguir são apresentados alguns dos resultados relevantes para a presente pesquisa. Cabe enfatizar que o universo de entrevistados por ocasião da pesquisa correspondia a 24 pessoas. Hoje a AREVIPA apresenta 20 associados.

Extraímos da Figura 5 que os associados da AREVIPA constituem-se, em sua maioria de jovens, na faixa dos 18 aos 50 anos, aproximadamente. Concluimos, também que o percentual de idosos e adultos, menores de 18 anos, é muito baixo.

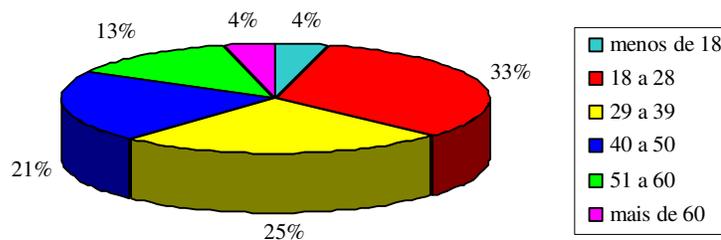


Figura 5 – Idade Média dos Associados (DMLU, 2005).

Como se pode observar os resultados apresentados na Figura 6, confirma a realidade da maioria das Associações de Catadores, onde há a predominância do sexo feminino, com 58% dos associados, pertencentes a essa categoria.

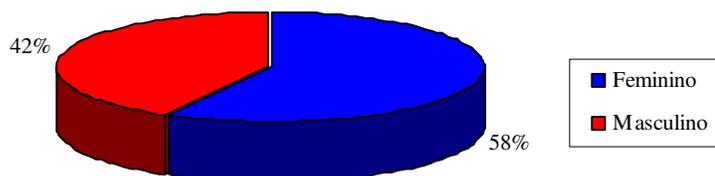


Figura 6 – Associados por Sexo (DMLU, 2005).

Constatamos pela Figura 7, a seguir, a baixa escolaridade de um número significativo, 33% dos associados da AREVIPA que cursaram até a 4ª série e quase 70% cursaram as séries finais do ensino fundamental.

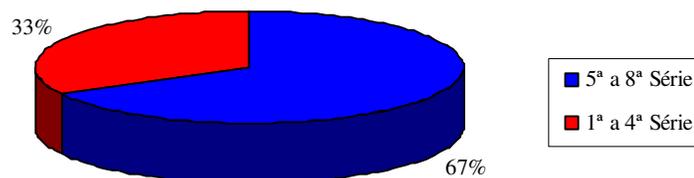


Figura 7 – Grau de Instrução (DMLU, 2005).

Na Figura 8 verifica-se que um número representativo de pessoas veio do interior do Estado do Rio Grande do Sul (42%). E um número igualmente significativo de pessoas são naturais da capital, Porto Alegre.

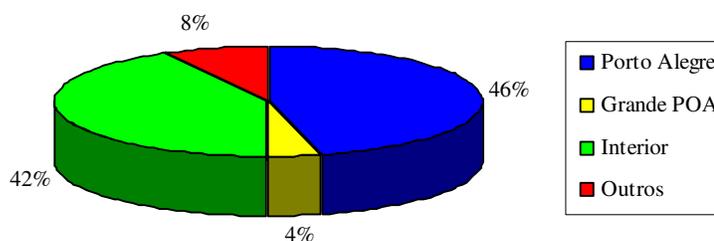


Figura 8 – Naturalidade (DMLU, 2005).

Da Figura 9 extrai-se que os associados, em sua grande maioria, apresentam de 1 a 3 pessoas que dependem da atividade da reciclagem.

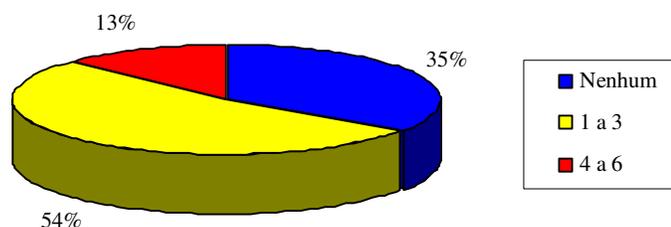


Figura 9 – Número de Dependentes (DMLU, 2005).

Das Figuras 10 e 11, a seguir, deduz-se que o trabalho com o resíduo sólido constitui-se em uma atividade econômica central de geração de renda da família. Observamos que varia o local, onde o membro da família desenvolve a atividade: um número representativo (em torno de 33%) trabalha de forma independente e um número também significativo fica na própria Unidade de Triagem.

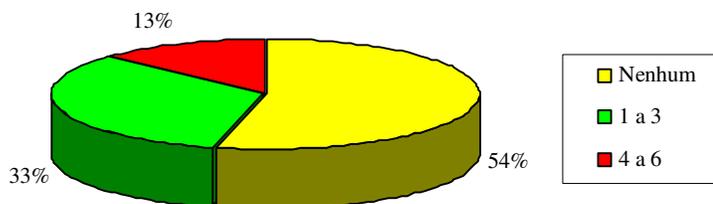


Figura 10 – Familiares trabalhando na UT (DMLU, 2005).

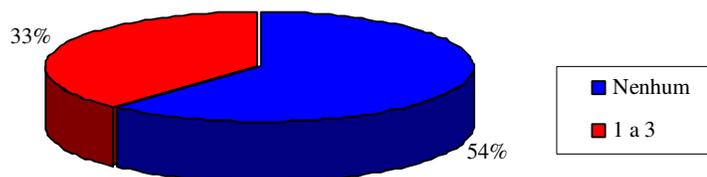


Figura 11 – Familiares trabalhando na Catação Informal (DMLU, 2005).

Observa-se pela Figura 12 que os rendimentos obtidos, de uma forma geral, são muito baixos, não se conseguindo nem atingir o salário mínimo da época (2005) que era de R\$ 300,00.

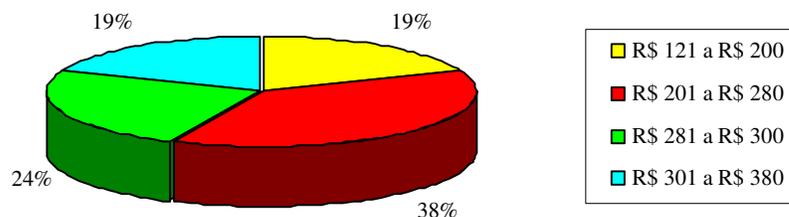


Figura 12 – Renda Média (DMLU, 2005).

5.1.3 A Vila dos Papeleiros através do *olhar* de um servidor do DMLU

Através da entrevista, registrada na íntegra, no ANEXO I, realizada com o servidor do DMLU, o qual passou a trabalhar no espaço da AREVIPA, a partir do incêndio ocorrido em março de 2004 (ilustrado na Figura 13), constatou-se que vários dos moradores da Vila, em torno de 213 famílias, eram carrinheiros. Muitas destas pessoas triavam o seu *lixo* dentro de casa, enquanto alguns eram detentores de seus próprios galpões, perdendo-os com o episódio do incêndio.



Figura 13 – Incêndio na Vila dos Papeleiros (PMPA, 2004).

No período do incêndio, como era uma situação emergencial, a administração municipal estava preocupada em resolver o problema que havia sido gerado com o mesmo, o mais rápido possível. Até porque seria um transtorno também para a cidade, se os catadores continuassem o trabalho deles triando nas ruas. O local possível, na ocasião, para garantir a continuidade do trabalho dos catadores, foi uma área pertencente ao INCRA, onde se realizou uma permuta com o município. As Figuras 14 e 15 retratam este local, situado na rua Paraíba.



Figura 14 – Entrada da AREVIPA (SILVA, Eliane. 2007)



Figura 15– Área externa da AREVIPA (SILVA, Eliane. 2007)

Outra questão pontuada pela entrevista é a resistência dos moradores do entorno a estas pessoas circulando, morando, trabalhando, neste local. Normalmente, se identifica um forte preconceito quando se trabalha com o *lixo*. Formalmente, a Associação dos Moradores da Cristóvão Colombo, manifestou o seu descontentamento, tentando impedir a permanência da Reciclagem, no local, alegando que a rua era histórica e havia sido tombada. Devido à pressão da Associação dos Moradores da Cristóvão Colombo os catadores quase saíram do local. No sentido de mediar os conflitos existentes entre a antiga administração municipal, que havia providenciado este local para os catadores, houve inclusive a interferência de vereadores, que no período em questão, conheciam a situação.

Cabe salientar que esta comunidade está inserida em um contexto, mais amplo, dentro das políticas estabelecidas pelo município que é o Projeto Entrada da Cidade, denominado simplesmente de Pic.

O acordo realizado pela administração municipal previa que os catadores permaneceriam, no local, por 20 anos; onde a AREVIPA usaria o espaço como Associação e como uma Unidade de Triagem, também abrigando os carrinheiros individuais da Vila dos Papeleiros. Neste espaço, por ocasião da entrevista, havia uma organização administrativa da AREVIPA, com um presidente, um vice-presidente e um coordenador. Os catadores individuais também possuíam um coordenador. Muitos conflitos foram observados, na relação com o pessoal “de fora” ou “do pátio”, como denomina o funcionário do DMLU. A figura do presidente da AREVIPA encontra-se enfraquecida. Este é responsável pelos contatos externos, possuindo uma agenda sempre cheia, com vistas a obter benefícios para a reciclagem e desta forma, possui pouco tempo para permanecer na associação.

Segundo o funcionário do DMLU, o pessoal da associação, apresenta características de uma empresa, cumprindo algumas regras: horário de trabalho, livro-ponto, trabalham de segunda a sexta, na falta ao trabalho devem apresentar uma justificativa. A AREVIPA também recebe a visita de muitos agentes externos. Embora, numa situação emergencial, este espaço é considerado público, de responsabilidade do DMLU. A proposta da presença dos funcionários do DMLU, no mesmo, era de aproximação com esse grupo que estava fragilizado, dando-lhes assistência, assessoria nas questões relacionadas à higiene e limpeza, recolhimento do rejeito encaminhado pelos catadores, recebimento das cargas. Esta atitude, em alguns momentos, gerava uma certa confusão, pois reforçava uma política pública assistencialista, onde se escutava por parte dos catadores frases do tipo “quem tem que fazer é o DMLU”. Não deveria existir nenhum tipo de interferência nas relações comerciais da AREVIPA, por exemplo.

Num primeiro momento, apesar das dificuldades, os moradores da Vila dos Papeleiros, de uma forma geral, demonstraram gratidão pela presença dos funcionários do DMLU, fornecendo o retorno esperado. Embora, algumas poucas pessoas questionassem a presença do poder público ali, ameaçando inclusive os funcionários. O comportamento receptivo à presença do poder público foi demonstrado pelos catadores da AREVIPA. O comportamento mais resistente foi percebido, em alguns dos catadores individuais, que disseminavam este tipo de atitude, neste grupo. Segundo o funcionário do DMLU, estas pessoas necessitavam de motivação, de um atendimento diferenciado e especializado, considerando inclusive a baixa escolaridade das mesmas e a necessidade de redução dos conflitos com o entorno, bem como a sua inserção no Pic.

Num segundo momento, com a mudança da administração municipal, houve um distanciamento do poder público, representado por vários cortes realizados, como, por exemplo, a retirada da guarda municipal, do telefone, a redução do número de funcionários do DMLU envolvidos neste espaço, a morosidade na execução das obras para a construção das novas casas que serviriam de moradia, pois as pessoas estavam precariamente instaladas em uma Casa de Passagem. De qualquer forma, o DMLU seguiu pagando a água e a luz por eles utilizadas.

Um projeto apresentado pela administração municipal que previa a colocação dos catadores individuais em cooperativas estava sendo discutido, porém apresentava muitas resistências. Na percepção do funcionário a atividade da catação é considerada uma atividade passageira. Devido à baixa escolaridade optam pela catação, porém se tivessem a oportunidade de terem uma carteira assinada abririam mão deste ofício.

Neste galpão o material é apenas triado, prensado e comercializado, não passando por nenhum beneficiamento. Quanto ao item segurança, uma das dificuldades apontadas é no uso das luvas para triar o material. As mulheres que representam a maioria dentro da Associação, relatam que não encontraram uma luva adequada para a triagem, perdendo, muitas vezes, o tato. Apesar disso, comenta o funcionário que elas tem muita habilidade, sendo quase inexistente o histórico de acidentes, tanto dentro, quanto fora do galpão.

A presença de roedores também é observada, em especial, no horário noturno, quando cai o movimento.

Outra questão a pontuar refere-se à presença de crianças, as quais observamos que se encontravam, no pátio. Segundo o funcionário do DMLU existia um regulamento, feito pela Associação e o DMLU, onde se proibia a presença de crianças com menos de 14 anos, no pátio. Embora, elas estivessem apenas brincando, a presença delas se justificava pela

inexistência de um local adequado para as mães deixarem as crianças. As mães aguardam pela conclusão das obras, que fazem parte do Pic, onde está prevista a construção de 2 creches. Foi relatado, também, que houve o registro de atropelamento de crianças, no local.

O produto de maior comercialização é o papel, apesar de vários outros materiais também serem comercializados. Muitos dos catadores trabalham, nesse ramo, há treze anos, tendo sua freguesia estabelecida, não necessitando utilizar os roteiros previamente estabelecidos pela Coleta Seletiva. As rotas utilizadas pelos catadores, também, são bem diversificadas, não se restringindo apenas à região central, apesar da proximidade geográfica.

Os materiais recebidos pela AREVIPA são provenientes do DMLU e de outros agentes externos, como supermercados, por exemplo.

Segundo o funcionário do DMLU, o número de carrinheiros, em Porto Alegre, é muito superior ao que está sendo anunciado. No caso, da Vila dos Papeleiros, refletindo essa realidade, existe um excesso de carrinheiros. Aqueles que não conseguem entrar, neste espaço, estão trabalhando em outros galpões no entorno, ou estão triando na rua, porque não tem onde triar, ampliando assim os problemas originados desta ação, pois acabam deixando, nas ruas, uma boa parte do material que não utilizam. Cabe salientar que, ao contrário do que ocorre nos Galpões de Reciclagem, os carrinheiros são na maioria homens.

5.1.4 A Vila dos Papeleiros através do *olhar* dos catadores

Apenas gostaríamos de deixar registrada uma certa resistência a nossa presença, observada ao nos aproximarmos de um dos atravessadores da Vila dos Papeleiros. Fato este que desmotivou-nos a realizar, também, com este catador a entrevista.

Através da entrevista realizada com o catador, presidente da AREVIPA, na íntegra no ANEXO J, pode-se constatar a importância representada para esse grupo de pessoas da conquista da moradia. A construção do loteamento Santa Terezinha (Figura 16), dentro do Pic, com a sua infra-estrutura: calçamento, água, luz, creche, representou muito para essa comunidade. Embora, o próprio catador afirme que o nome carinhoso será sempre Vila dos Papeleiros, pois esse nome deve ficar na história.



Figura 16 – Loteamento Santa Terezinha (SILVA, Eliane. 2007)

O catador ao lembrar da Vila, no passado, traz o convívio permanente das pessoas com o lixo “a gente misturava lixo com moradia; morava e na frente da casa tinha um *lixão*”. Segundo ele, 95% dos moradores são papeleiros, em torno de 180 famílias, por isso define a Vila Santa Terezinha, como Vila Ecológica. Está muito incorporado no seu discurso a relação do trabalho do catador com a questão ambiental: o trabalho com material reciclável, a economia de energia, as árvores que se deixa de cortar, o “cuidado com a mãe Natureza”. Para ele “os papeleiros, inicialmente, não sabiam da importância do trabalho deles, pois na verdade trabalham pela nossa mãe Natureza que já está desgastada”.

O catador diferencia duas formas de trabalho, dentro da AREVIPA. Um dos trabalhos é realizado no que ele denomina de Reciclagem Seletiva, onde os catadores, em torno de 20, trabalham associados. Eles fazem parte do sistema público de coleta, recebendo as cargas do DMLU e de outros locais, vendendo juntos o material e dividindo o lucro, em partes iguais.

O outro grupo, constituído de carrinheiros, carroceiros ou catadores independentes, como ele denomina, ocupam o espaço, na rua Paraíba, inicialmente, reservado pelo poder público e trabalhando de forma individual: eles buscam o material (em carrinhos, carroças, kombi), triam e vendem e o dinheiro é individualizado.

O catador comentou que ao realizar uma pesquisa na Vila constatou que muitos moradores são provenientes do interior do Estado. Fez uma reflexão, problematizando a falta

de oportunidade, no interior, e a imagem de *paraíso* vendida pela cidade grande. Como ele próprio comentou “Eles botam a enxadinha nas costas e vem aqui pra Porto Alegre. Eles vão capiná, no asfalto?” Conforme o catador, as pessoas acabavam caindo na rua e nesse sentido ele denominava a Vila dos Papeleiros como Vila Albergue de Porto Alegre, pois ele próprio, muitas vezes, abrigou várias dessas pessoas.

Outra questão a ser pontuada refere-se ao que ele denominou de *Revolução do lixo*. Traz que no passado sobrava mais material reciclável para o papeleiro, apesar do preço ser menor. Hoje o preço é melhor, mas não favorece o catador, porque é muita demanda. Era possível, carregar-se até 400 kg de material, em um carrinho. Essa realidade faz mais parte do passado. Hoje, já não se consegue carregar tanto material assim, pela disputa do *lixo*. O interesse pelo mesmo cresceu assustadoramente, a divulgação é muito grande. Segundo ele “hoje, com a divulgação que o material reciclável tem, todo mundo *cresceu* o olho. Até mesmo os grandes empresários que antigamente, largavam o lixo fora”. A própria Coleta Seletiva realizada pela municipalidade sente os efeitos desta mudança: “quando o DMLU busca o material reciclável, já passou carrinheiro, carrinho de supermercado, gente de saco nas costas, devido à falta de emprego. Então quando chega na Reciclagem mesmo, o material tá muito pobre. O *filé* mesmo já saiu”. Além deste público, já conhecido e interessado pelo *lixo*, surgem no cenário atual, as grandes empresas.

O catador pontua que apesar de existirem as Associações de Reciclagem, elas trabalham com atravessadores, pois não têm a capacidade de fornecer o que ele denominou de carga fechada (em torno de 12 toneladas) para a indústria. Na gestão da administração pública anterior à atual, estava se organizando uma central única de material, a qual segundo o catador representaria a possibilidade concreta das Associações de eliminarem os atravessadores, aumentando os seus ganhos. Apesar disso, o mesmo declarou que esta ação estava sendo dificultada pelos demais catadores das Associações de Reciclagem que receavam entregar seu material e não receber o retorno esperado.

Ao ser questionado sobre os ganhos dos catadores, comentou que aqueles individuais, que tinham bons pontos, ganhavam mais do que aqueles pertencentes às Associações de Reciclagem, apesar delas conseguirem um melhor preço pelo material devido a maior quantidade arrecadada. Enfatizando, novamente, a grande concorrência, atual, onde existe uma procura acentuada pelos materiais de maior valor.

O catador argumentou que os catadores independentes ou individuais eram pessoas que optavam por trabalhar dessa forma, porque não se adaptavam a cumprir horário, prezando uma “maior liberdade. Ele é acostumado a trabalhar sem patrão”.

Quanto a remoção dos catadores da Reciclagem Seletiva da rua Paraíba, para a avenida Voluntários da Pátria (Figuras 17 e 18) comentou que este fato ocorreu devido a problemas políticos. Constatou-se a inadequação desta área para o exercício da atividade: sem ventilação, a única abertura existente é a porta de entrada da Reciclagem, barulhenta, em cima temos a freeway. A Associação de Moradores da Cristóvão Colombo desejava a saída dos catadores do bairro e na eleição municipal, aliou-se ao grupo que encaminharia esta demanda. Segundo ele a Associação considerava que o poder público, representado pela gestão anterior, havia empregado mal o recurso financeiro, reservando esta área para os catadores. Na verdade, a Associação de Moradores esperava para esse local, um shopping, um parque, uma praça para o bairro Floresta. A Associação discriminava os catadores pelo seu trabalho, considerando-os marginais, no sentido pejorativo, ladrões. Conforme o catador, para a sociedade “geralmente a pessoa pobre é ligada a marginais. Onde tem pobre, tem ladrão”.

Assim, de fato quem saiu da rua Paraíba foram os catadores da Reciclagem Seletiva, pois os catadores individuais, permaneceram, no local. Segundo o relato de um dos carrinheiros, o DMLU encostou no galpão, com vários caminhões, para fazer o transporte, para a sua remoção, mas eles não aceitaram. Alguns catadores da Reciclagem Seletiva declararam que não foram avisados previamente deste ato. Em uma sexta-feira, à noite, o diretor do DMLU, ligou para os responsáveis pela Reciclagem, comunicando que na segunda-feira, seguinte, o DMLU estaria lá, para realizar a remoção.



Figura 17 – AREVIPA, espaço novo, na Voluntários da Pátria (SILVA, Eliane. 2007)



Figura 18 – AREVIPA, espaço novo, com vista da freeway (SILVA, Eliane. 2007)

Segundo o presidente da AREVIPA, neste momento, ele avaliou como positiva a separação dos dois grupos: o da Seletiva e os individuais. A relação entre eles era bastante conflituosa, quanto ao uso do espaço para o trabalho e à utilização dos equipamentos. Para o presidente da AREVIPA, apesar de todos fazerem parte da mesma, existiam alguns acordos que não eram cumpridos. Por exemplo, os equipamentos como: o elevador de carga, a balança, o carrinho, não poderiam ser utilizados pelos carrinheiros. Assim, como eles deveriam trabalhar, no galpão coberto, mas aberto e não dentro do espaço destinado à Reciclagem. Os catadores da Reciclagem tinham prejuízo, pois os equipamentos eram danificados e não eram consertados, os pneus do carrinho eram roubados, o próprio material reciclável desaparecia. Apesar disso, alguns catadores da Reciclagem apontam que talvez, não tivesse sido prudente, eles terem saído do local. A idéia é futuramente eles retornarem.

Outro ponto a enfatizar refere-se ao aumento da auto-estima dos papeleiros pela construção do loteamento. Hoje, eles se orgulham por ter um endereço, diferente do passado, quando pela precariedade da Vila, não tinham condições de apontar nem aonde residiam. Inclusive, com o loteamento, estavam conseguindo exercer outras atividades, além da catação, conseguindo até assinar a carteira de trabalho.

O presidente da AREVIPA cita que com relação à atividade do carrinheiro, acredita que ela deva desaparecer. Diz que a cidade de Porto Alegre, não comporta mais carrinho e

nem carroça. Lembra das várias restrições que vem sendo implementadas aos carroceiros como definição de locais e horários previamente estabelecidos para a sua circulação. Como o carrinho e a carroça são lentos, acabam também por interferir no trânsito. A tendência é que sejam substituídos por veículos automotores. Isso também gera um problema, pelo custo deste meio de transporte, bem superior ao carrinho e à carroça.

Ainda com relação à catação individual comenta que os catadores que trabalham dessa forma estão cometendo um delito. Ele mesmo afirma “tem uma lei ambiental aí que diz que o nosso trabalho é proibido. Que a gente comete um crime ambiental, porque quem tem que fazê esse trabalho é a prefeitura e trazê prá Reciclagem”. Para ele, o poder público não interfere muito, nessa questão, porque ela é de difícil solução. Segundo ele, existe cerca de 8.000 carroceiros e carrinheiros. A maioria deles trabalha em conjunto com os seus familiares. Daí a dificuldade, também, de retirar esse trabalho das pessoas, que segundo o catador acabaria aumentando os índices de violência da cidade. Para ele, “se o carrinheiro e o carroceiro enxergarem a família passando fome, necessidade, eles vão começar a assaltar lá no centro. A violência vai aumentar a mil”.

Quanto à relação da AREVIPA com o Movimento Nacional dos Catadores relata que está representada, porque, normalmente, ele participa das reuniões e assembléias que são realizadas.

O presidente da AREVIPA comenta, ao refletir sobre sua capacidade de exercer o poder, que exerceu diversas atividades antes de ser catador, estudando até a primeira série do admissão ao ginásio e acabou assumindo a presidência da Associação, por acaso. Segundo ele a AREVIPA, praticamente iniciou com ele, surgindo a necessidade da mesma em função das reuniões do Orçamento Participativo. Um grupo de religiosas que trabalhava na Vila dos Papeleiros é que o incitou a assumir essa função. Como ele diz: “Uma das irmãs disse que eu era um escolhido por Deus prá conduzi esse povo. Daí quando ela me deu esse baita padrinho, eu aceitei. E graças a Deus, os meus objetivos foram alcançados. Hoje eu já nem sou mais presidente, eu sou um ditador, porque não saí mais”. Comenta ainda que até existem pessoas interessadas e capacitadas para a presidência da Associação, porém características para ele muito importantes são comprometimento e persistência, já não tão fáceis de serem encontradas.

Diz ainda que sempre teve muito apoio da família e que procurou resolver da melhor forma os problemas trazidos pelos catadores da Vila dos Papeleiros. Comenta que sempre teve muitos apoios e que não costuma criticar governos. Assim diz que “eu até hoje, nunca

critiquei governo. Eu não faço críticas a governo. Eu não tenho partido político. Eu sou um líder comunitário. O meu partido é aquele que faz por nós”.

Identifica-se como catador individual e comenta que em alguns momentos esta atitude lhe gerou problemas na Reciclagem Seletiva. Afirma ainda que, para o catador ter credibilidade deve buscar a confiança de quem lhe entrega o material. Desta forma, consegue-se manter pontos de entrega de material por muitos anos. Vários catadores tem pontos com 13 anos de existência da relação entre fornecedor e catador. Em compensação se a atitude for inadequada, facilmente se perdem estes pontos. Inclusive existe uma cobrança dos próprios catadores, em relação à conduta de cada um. Alguns acabam por prejudicar a imagem de todo o grupo, dependendo do seu comportamento.

A imagem que a sociedade tem dos catadores, vem se modificando. Hoje, com a inclusão da preocupação com as questões ambientais, ela está passando a enxergar o catador e ele mesmo está tomando consciência do seu papel como agente ambiental, como ajudando a preservar a Natureza.

Ao provocá-lo para que fizesse uma previsão para o futuro dos catadores, este comenta que ao conhecer a França e ter contato com aquela realidade, pôde visualizar que a tendência para nós é o desaparecimento deste tipo de atividade. Lá, segundo ele, como não há problemas com desemprego, a prefeitura é responsável por esse trabalho, inclusive mecanizando-o. Restará para os catadores, desenvolverem outras atividades, pois segundo ele apesar de “ eu ter orgulho de ser catador, de ser papeleiro, eu não tenho orgulho que o meu filho venha ser um catador ou venha a ser papeleiro”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse trabalho, buscou-se focar o universo do sujeito-catador, pontuando algumas questões, que possibilitaram a *leitura* desse universo, com vistas a explicitá-lo e compreendê-lo. Percebe-se que a temática é bastante complexa, permitindo uma série de abordagens acerca da mesma. Cabe enfatizar que os recortes apresentados em toda a construção dessa pesquisa, resultam das leituras, inquietações, percepções, vivências pessoais e profissionais, oriundas do desejo de compreender, um pouco mais, o universo do sujeito-catador, a vontade de responder perguntas tais como: Quais são as suas reais necessidades? Como podemos *escutá-los* e dar-lhes a palavra, sem sermos sempre os seus porta-vozes? Porque os Programas de Coleta Seletiva, apesar das avaliações favoráveis que apresentam, parecem não conseguir inseri-los, na sociedade? A presença do poder público é, realmente, necessária ao tratarmos com essa questão? Apesar da centralidade do catador ao falarmos da reciclagem, o porquê de sua invisibilidade? Como se podem minimizar os conflitos existentes entre os catadores, destes com o poder público, destes com os atravessadores, na perspectiva da construção da sociedade sustentável? O que seria do catador sem o consumo? Em que medida se pode ou se deve controlá-lo?

Assim, a síntese elaborada a seguir, constitui-se, em algumas reflexões ou sugestões a serem consideradas, quando da elaboração de políticas públicas voltadas para este segmento fundamental no gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos, que é o catador, evitando-se agir de forma intuitiva, cometendo erros originados na falta de diálogo e no desconhecimento do *outro*.

Apesar do universo de pesquisa ser limitado, envolvendo um espaço geográfico bem definido, a Vila dos Papeleiros, devido às vivências e experiências anteriores junto aos catadores, nos atrevemos a tecer algumas considerações. Cabe enfatizar, assim, que além das *vozes* da Vila dos Papeleiros, outros catadores se fazem muito presentes, neste momento, como por exemplo, àqueles pertencentes aos Galpões de Reciclagem que faziam parte do projeto de escolarização, já mencionado.

Ao refletir sobre o sujeito-catador, percebemos o quanto o mesmo vem *geografando*, deixando marcas, criando e transformando espaços, apesar do movimento de resistência, realizado pelos demais sujeitos a ele relacionados (poder público, atravessadores, indústria, a própria sociedade), controlando, disfarçando e ignorando a sua existência.

Os catadores ao longo da história interagiram de formas diferenciadas nos espaços da cidade. Cataram e catam no *lixão*, nas ruas, nos Galpões de Reciclagem. Ampliaram a ocupação dos espaços da cidade, extrapolando os seus espaços de sobrevivência. Hoje, estão definindo políticas que contemplem a sua atividade e demais necessidades, seja em comitês, fóruns, no

MNCR, etc. Cada espaço destes carrega as histórias destes sujeitos, apresentando suas especificidades e revelando, também, as relações estabelecidas na sociedade.

Referindo-nos aos espaços de trabalho, os *lixões*, embora não façam parte da realidade de Porto Alegre, demonstram o descaso da sociedade, através do resíduo consumido e gerado, com o ambiente, compreendido este na sua totalidade, englobando os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, etc. São áreas extremamente degradadas, insalubres, tristes, que retratam o quanto a pobreza e a degradação ambiental andam juntas. Nestes locais, os catadores vivem em condições sub-humanas, catando além dos materiais para vender, comida, roupas, calçados, etc. Nestas condições, muitas vezes, os catadores são comparados a abutres, pois vivem daquilo que os outros rejeitam. O catador que aí trabalha, assim como aquele, que trabalha na rua não é formalmente contabilizado, pois não faz parte de um ordenado sistema de gerenciamento *integrado* dos resíduos sólidos urbanos.

As ruas parecem representar uma situação de transgressão pelos catadores. Talvez, por isso, o próprio MNCR reivindique a liberdade de poder transitar, usufruir, trabalhar na mesma. Quem têm direito à rua? Não parece uma contradição, quando o poder público estabelece regras ou normatiza a circulação daqueles que justamente, necessitam deste espaço, para atuarem de forma plena, como agentes ambientais? É sabido que eles, também, utilizam a estrutura do poder público, estabelecida através da Coleta Seletiva, no sentido de definir os seus horários e dias de coleta. De qualquer forma, realizando a atividade da catação, eles esquadrinham a cidade. Em alguns momentos, são invisíveis, em outros perceptíveis, pois interferem na dinâmica cotidiana da cidade, por exemplo, quando temos uma carroça ou carrinho, modificando a velocidade do trânsito; ou quando encontramos *lixo*, na rua, constituindo-se em foco de vetores, ou interrompendo a via pública. E aqui, também, é importante refletirmos de como seria a cidade de Porto Alegre, sem a presença dos catadores? Se por um lado, a mobilidade na cidade, parece prejudicar/ ser prejudicada (por eles); como seriam as ruas, se eles não recolhessem o resíduo gerado pela população? Sabe-se que o resíduo coletado pelos catadores informais, corresponde, aproximadamente, a três vezes o total coletado pelo DMLU. Então, se considerarmos que, hoje, o DMLU coleta, diariamente, aproximadamente, 60 t de lixo reciclável, através da Coleta Seletiva, os catadores informais coletariam aproximadamente 180 t. Como ficaria a tão estimada mobilidade urbana, nesse contexto?

Os *galpões* não são totalmente autônomos e fechados em relação ao restante da cidade, abrigando grupos heterogêneos do ponto de vista de origem étnica, idade, procedência, etc. Assim, estes espaços de *resistência* são constituidores de uma identidade de catador. Esta resistência apresenta um duplo caráter, a partir dos catadores enquanto grupo de pessoas oprimidas e também, como elementos motivadores de uma força na luta pelos direitos cidadãos.

Estes catadores carregam, além das suas próprias histórias, as histórias presentes nos resíduos gerados pela sociedade, através de representações, poder e identidades e, ao mesmo tempo, tornando visível a luta cotidiana deste grupo que vive do que, em algum momento, foi considerado *descartável*. Potencializando a compreensão da complexidade espacial estabelecida pelos mesmos, se pode estar contribuindo para a construção de políticas públicas contemporâneas que contemplem esta realidade.

Os *galpões* sinalizam a preocupação e a presença de políticas públicas de inclusão, constituindo-se em estratégias de gestão, na perspectiva de promover um *desenvolvimento sustentável*. Apesar disso, eles também são alvos de críticas, na medida em que retiram a mobilidade do catador na cidade, confinando-o, ou quem sabe até o escondendo. Assim, esse sujeito que no discurso é um agente ambiental, na prática acaba sendo invisível, depondo contra a nossa incapacidade de resolver os problemas que ele carrega consigo, tais como: a sua necessidade de trabalhar de forma digna, comer, morar, vestir, freqüentar uma escola, etc...

Uma característica, também, importante, nesse universo do catador, refere-se à divisão sexual do trabalho. Se aceita que o trabalho de separação, marcado pela repetição e meticulosidade, dos materiais seja realizado pelas mulheres, porque elas são mais cuidadosas, e que as atividades de carregamento e prensagem, por exigirem maior força física, sejam realizadas pelos homens. Apesar das mulheres estarem representadas, em maior número, nestes espaços, se observa comportamentos de submissão e obediência das mesmas, em relação ao ritmo, à carga horária, ao repouso, entre outras condições.

Constatamos que os interesses e as motivações que levam os catadores a agir coletivamente, ao invés de individualmente, parecem ser múltiplos e variados. O interesse econômico não é a única dimensão que influi nas escolhas destes atores sociais e, mesmo presente, esta dimensão não aparece isolada e preponderante sobre as outras dimensões. Se, por um lado, trabalhar em um galpão parece garantir melhores condições de trabalho do que o trabalho realizado individualmente, por outro lado, o montante das quotas individuais é em média inferior aos rendimentos registrados por quem trabalha sozinho. Conforme foi apontado no estudo realizado, os rendimentos médios dos carrinheiros e carroceiros apresentam variações, tendendo a oscilar entre valores médios maiores do que aqueles percebidos por quem trabalha no galpão.

Tendo em vista a riqueza de elementos constituidores do espaço urbano, não podemos deixar de mencionar, o campo das relações, onde brotam os conflitos, inerentes aos seres humanos, motivados pelas mais variadas disputas: econômicas, pelo poder e território, etc. A presença simultânea da fragmentação e articulação dos elementos constituidores do espaço, refletem os processos pelos quais passam os catadores. Observamos em um dado momento, eles invisíveis, isolados, solitários, no seu fazer cotidiano; em outros momentos percebemos as suas

diferentes articulações constituindo as mais variadas redes, dentro e fora da cidade, seja com o poder público, com os atravessadores, com a comunidade, com os agentes externos, entre os próprios catadores. O conceito de rede aparece com força, pois nele se verifica a reprodução das condições de existência, considerando a produção, a circulação, o consumo e as relações sociais. O seu entendimento nos encaminha para a compreensão da sociedade em um sentido mais amplo, demonstrando nossa relação local-global com o mundo.

Os diferentes agentes que interagem nessa dinâmica apresentam suas especificidades, motivações e interesses particulares. O poder público constitui-se em agente fundamental, nesse processo, tanto pela sua competência relativa ao assunto como pela sua capacidade de propor políticas de inclusão que atendam a esse público. Assim, por exemplo, na cidade de Porto Alegre, observamos as mudanças de orientações, quanto à condução de políticas públicas para os catadores. No período correspondente à chamada Administração Popular, encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores, com todas as críticas que pudessem ser feitas àquele modelo de gestão, pelos próprios relatos apresentados, havia uma preocupação quanto à inserção dos catadores na vida da cidade. Esta situação apresentou uma outra conformação, quando da eleição municipal, onde a administração municipal do período 2005-2008 conduziu ao desmonte do DMLU, à privatização do *lixo* e o abandono do diálogo, para a construção de políticas públicas voltadas para os catadores. Inclusive cabe, nesse momento, recuperar que o *discurso* dessa administração trazia a necessidade de “tirar os catadores da rua”, o que de fato foi buscado por meio de um projeto de lei, criado por vereadores da base governista, relativo à proibição das carroças.

Os movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil surgem como possibilidades de participação popular de grande importância. A organização dos catadores, embora ainda frágil e incipiente, deu passos no sentido de sua estruturação e fortalecendo sua identidade coletiva enquanto categoria de trabalhadores.

A cidade, sendo detentora de uma diversidade socioespacial e acolhendo a estas pessoas que por algum motivo foram expulsas do campo, pode contribuir para que os mesmos consigam subsistir. Estes pobres parecem ter um grande poder de produzir a resposta para as adversidades. As privações, o tempo com uma velocidade menor, a mobilidade menor parecem se constituir em catalisadores e alternativas para a vida destas pessoas. Essa velocidade menor possibilita uma vida mais verdadeira, mais autêntica, menos artificial e produzida.

Aqui cabe uma reflexão relativa à exclusão pela qual, normalmente, identificamos o grupo de catadores, inferindo-se que os mesmos não podem ser considerados excluídos, tendo em vista que eles fazem parte de um mercado, altamente promissor, que é o da reciclagem de materiais pós-consumo, desempenhando um trabalho, que se constitui a base deste. Ressalta-se, também, que essa condição não pode ser resolvida com a aplicação de políticas públicas assistencialistas.

A reciclagem, atualmente, representa a recuperação lucrativa dos resíduos sólidos urbanos para o ciclo produtivo das mercadorias. Entretanto, o fato de ser uma atividade econômica lucrativa não exclui o benefício ambiental gerado com a atividade. Esta não pode ser entendida fora da lógica do sistema econômico capitalista que revela a sua face perversa ao realizar-se fora das regras formais das relações de trabalho. Grande parte da separação dos materiais para a reciclagem é resultado do trabalho de catadores que coletam nos *lixões* e nas ruas, o que revela o alto grau de marginalização social dessa população, obrigada a trabalhar por um prolongado período diário, em condições insalubres e sem direitos trabalhistas. Apesar dos Galpões de Reciclagem serem apoiados ou organizados pelo poder público, pelo menos em determinadas gestões da prefeitura, a questão da informalidade não é diferente. A indústria recicladora se beneficia desse mercado da economia informal. A reciclagem, desta forma, viabiliza o enriquecimento de alguns e a pauperização de muitos.

O desemprego, a falta de investimentos em políticas públicas, a segregação da população nas grandes cidades, o êxodo rural, a baixa escolaridade, a ausência de preparo técnico estimularam a que parcelas da população se localizassem nas margens da cidade. Elas vão migrando em busca de emprego e aceitando trabalho na informalidade, uma vez que não apresentam a qualificação necessária para a sua inserção no mercado formal. Conforme se constatou nesse estudo, a maioria afirma que gostaria de ter uma carteira assinada, de pertencer ao mercado formal de trabalho, pelo aspecto da segurança. As vantagens apresentadas, por exemplo, pelos catadores dos galpões foram: horário flexível, não ter patrão, poder trabalhar com a família e estar fazendo o que gosta. Os catadores acreditam que apenas no mercado formal existe a possibilidade de inserção na sociedade e a garantia de acesso aos benefícios sociais e dos direitos como cidadãos.

Assim, entendemos que a reciclagem dos materiais não pode e não deve representar a única alternativa ao lidarmos com a questão dos resíduos sólidos urbanos. Porém, ela não deve ser ignorada no âmbito da elaboração de políticas públicas, pois parece constituir-se como um elemento agregador e dinamizador da economia, evidenciando, também, que as políticas públicas sociais são controladas pelas políticas econômicas.

A reciclagem evidencia os fortes apelos sociais, ambientais e econômicos, orientando o poder público municipal para uma gestão ambiental dos resíduos sólidos urbanos, emergindo como articulador dos agentes urbanos envolvidos: o próprio poder público, os catadores, o setor privado, a sociedade como um todo. Nesse sentido, deve se pautar o debate sobre o papel de cada um desses agentes na tarefa de construirmos a tão almejada sociedade sustentável.

Cabe, nesse momento, trazer para a reflexão que, do ponto de vista da sustentabilidade do planeta Terra, num primeiro momento parece que a reciclagem deveria ser incentivada,

considerando os ganhos ambientais, amplamente disseminados. Porém, essa atitude omite uma outra discussão referente ao nosso modelo de sociedade individualista, consumista, onde não se incentiva a redução da geração dos resíduos sólidos e a mudança nos hábitos de consumo. Neste contexto, se justifica uma maior preocupação com a coleta, o tratamento e a destinação final do *lixo*, possibilitando a criação de espaços de geração de renda para os setores mais pobres da população urbana, *excluídos* do mercado formal de trabalho. De qualquer forma, enfatizamos que a reciclagem por si só não reverte o quadro da degradação ambiental e da desigualdade social que temos visualizado, atualmente.

Concluindo, fica a imagem abaixo (Figura 19), capaz de sintetizar, brilhantemente, uma mensagem direcionada para a sociedade e para aqueles, responsáveis pelas políticas públicas, ao se reportarem aos catadores de nosso país: “ Não me trate como lixo. Sou trabalhador. Faça Coleta Seletiva”.



Figura 19 – Catador e seu ofício (Autoria desconhecida)

7 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

As seguintes sugestões para trabalhos futuros são propostas:

1. Elaboração de um banco de dados confiável, considerando os problemas apontados nessa pesquisa, relativos à temática em questão;
2. Realização de um estudo das rotas realizadas pelos catadores informais;
3. Recuperação/preservação da memória do Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre, tendo em vista a sua desestruturação.

REFERÊNCIAS

BARON, Dan. **Alfabetização Cultural: a luta íntima por uma nova humanidade**. São Paulo: Alfarrábio, 2004.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade do consumo**. Lisboa; Edições 70, 1981.

BECKER, Berta. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Bertha K., COSTA, Rogério H. SILVEIRA, Carmem B. (orgs.) **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

_____. Modernidade e gestão do território no Brasil; da integração nacional à integração competitiva. In: **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 31, p.47-56, 1991.

BERBER, Juliane. **A Rota de Contaminação da Coleta Informal de Resíduos Sólidos no Sistema de Saneamento Ambiental: a Interferência da Pobreza no Ambiente. Estudo de Caso: Brasília-DF**. Monografia apresentada ao Ministério das Cidades, Brasília, 2007.

BOBBIO, Norberto. A grande dicotomia:público/privado. In: **Estado, governo e sociedade. Para uma teoria geral da política**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Dicionário de política**. Brasília: UNB, 1995.

BRAGA, Hilda Maria de Carvalho. **Producción e desperdício: um estudio sobre la basura en la ciudad de Salvador, Bahia**. Tesis doctoral defendida en el departamento de geografia de la Universidad de Barcelona, 2003.

_____. **O Re-ciclo dos Resíduos Urbanos em Cidades Médias: Um Estudo de Caso no Sudoeste Baiano**. In: IX Colóquio Internacional de Geocrítica. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2007.

BRASIL. **Conselho Nacional do Meio-Ambiente**. Resolução nº 313/2002. Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais. Brasília, 2002.

_____. **Constituição Federal**. Brasília, 1988.

_____. **Legislação Federal nº 9.974/2000.** Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Brasília, 2000.

_____. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. *Dados do Brasil para a 1ª Avaliação Regional 2002 dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos Municipais nos Países da América Latina e Caribe.* Disponível em <http://www.cidades.gov.br/1AvaliacaoResiduosSolidos/informe.doc>. Acesso em 09 de maio de 2007.

CANDAU, Vera Maria et al. **Escola e Violência.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE. **Câmara aprofunda discussões sobre a retirada das carroças.** Disponível em <<http://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/>>. Acesso em 17 de julho de 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O sentido da cidade: as possibilidades da análise geográfica. In: Sposito, Maria Encarnação. **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas.** Presidente Prudente, SP: UNESP, 2001.p. 421-431.

CEMPRE. **Pesquisa Ciclosoft.** Disponível em www.cempre.org.br/ciclosoft_2006php. Acesso em abril de 2007.

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

COLETTI, Diego; ROSADO, Rosa Maris. **Por uma Cartografia da Reciclagem de Porto Alegre, Brasil: Economia Informal, Dimensão Socioambiental e Cultural.** In: IX Colóquio Internacional de Geocrítica. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2007.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21 Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1992.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Editora Ática S.A., 1995.

_____. A rede urbana brasileira e a sua dinâmica: algumas reflexões e questões. In: Sposito, Maria Encarnação. **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas.** Presidente Prudente, SP: UNESP, 2001.p. 359-367.

COSTA., Ana da; SATTLER, Miguel. Catadores Informais: Elo do Processo de Coleta dos Materiais Recicláveis Presentes no Lixo Urbano da Cidade de Porto Alegre. In: **Gerenciamento de resíduos e certificação ambiental; seleção de artigos técnicos apresentados no II Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental**. Porto Alegre: PUC/RS, 2000.

COSTA, Telmo Cardoso Costa. **Pequena História da Limpeza Pública na cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: Departamento Municipal de Limpeza Urbana, 1983.

DAGNINO, Ricardo de Sampaio. **Um Olhar sobre a Questão dos Materiais Recicláveis em Porto Alegre: Sistemas de Fluxos e a (In)Formalidade, da Coleta à Comercialização**. 2004. 131 f. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

DMLU. Departamento Municipal de Limpeza Urbana. **Tabulação Questionário UT's**. Porto Alegre, 2005. (cópia em meio digital).

FRAGA, César. É lixo só...**Extra Classe**: Movimento, Porto Alegre, ano 5, nº 46, outubro de 2000. Disponível em: <http://www.sinpro-rs.org.br>. Acesso em 02 de abril de 2007.

GEORGE, Pierre. **Dictionnaire de la Géographie**. Paris: Preiss Universitaires de France, 1970.

GOHN, M.G. **A força da periferia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais**. 3a Ed. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **Movimentos Sociais: espaços de educação não-formal da sociedade civil**. www.universiabrasil.net/materia. Publicado em 02/04/2004.

GONÇALVES, Pólita. **A Reciclagem Integradora dos Aspectos Ambientais, Sociais e Econômicos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GRIMBERG, Elisabeth. **A política Nacional de Resíduos Sólidos: A responsabilidade das Empresas e a Inclusão social**. Instituto Polis, disponível em www.polis.org.br/publicacoes/artigos/pnrslc.html. Agosto de 2002.

GROSSI, G. **Os badameiros: o luxo do lixo**. Dissertação apresentada ao mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Bahia, 1998.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HERÉDIA, Vânia Beatriz M.; SANTOS, Sandro Rogério dos. **Uma Face da Informalidade: O Mercado do Lixo**. In: IX Colóquio Internacional de Geocrítica. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico-PNSB2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

LEFEBVRE, Henry. **La Production de l'Espace**. Paris: Anthropos, 1974.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MC DOUGALL, F.; White, P.; Franke, M; Hindle, P. **Integrated solid waste management: a life cycle inventory**. Oxford: Blackwell Science, 2001.

MNCR. Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. **Classificação Brasileira de Ocupações e o Catador de Materiais Recicláveis**. Disponível em <http://www.movimentodoscataadores.org.br/artigos>. Acesso em Março de 2007.

MNCR. Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. **Carta de Brasília**. Mimeo, 2001.

MENDONÇA, Francisco. Geografia Socioambiental. Terra Livre, São Paulo, n. 16, p. 139-158, 1^o semestre/2001.

PAPELEIROS de Porto Alegre conquistam espaço. **Celuloseonline**: Notícias. Disponível em: <http://www.celuloseonline.com.br/pagina/pagina.asp?iditem=4752>. Acesso em 25/05/2007.

PEREIRA, Sândhya Alves. **Coleta Seletiva em Porto Alegre**. PMPA/DMLU. Mimeo, [1999?].

PMPA. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Coordenação de Comunicação Social. **DMLU remove hoje resíduos do incêndio da Vila dos Papeiros**. Disponível em http://www.portoalegre.rs.gov.br/noticias/ver_imprimir.asp?m1=27774>. Acesso em 17 de julho de 2007.

PORTILHO, Fátima. **Consumo Sustentável: Limites e Possibilidades de Ambientalização e Politização das Práticas de Consumo.** In: I Congresso Acadêmico sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: UFF, 2004.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Programa de Governo da Frente Popular – Eleições, 2000.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Lixo não é lixo.** Publicação lançada no II Fórum Social Mundial. Porto Alegre, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RECICLAGEM na vida dos papeleiros. **Região Centro**, Porto Alegre, nº 1, maio de 2006. Disponível em http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smgl/usu_doc/jornal_ok_centro.pdf. Acesso em 02 de abril de 2007.

REICHERT, Geraldo Antônio. Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos: uma proposta inovadora. In: **Ciência & Ambiente.** Santa Maria, janeiro/junho, p.53-68, 1999.

REICHERT, Geraldo Antônio; DUTRA, Arnaldo Luiz. **Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos: A Coleta Seletiva e Seus Desafios – reflexões a partir de uma experiência local.** In: 4^o Seminário e Exposição sobre os Desafios Técnicos e Econômicos para a Reciclagem, São Paulo, 2003.

REIS, Mariza. **Estudos Preliminares para caracterização dos Resíduos Sólidos Domiciliares do Município de Porto Alegre.** ABES – Anais. VI Seminário Nacional de Resíduos Sólidos, Gramado, 2002. (Trabalhos Técnicos)

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana.** São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. Produção do espaço e ambiente urbano. In: Sposito, Maria Encarnação. **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas.** Presidente Prudente, SP: UNESP, 2001. p.211-230.

ROMANI, Andréa de. **O poder público municipal e as organizações de catadores.** Rio de Janeiro: IBAM/DUMA/CAIXA, 2004.

ROSADO, Rosa Maris; SILVA, Eliane Simões da. **Catadores de “lixo”: complexidade e educação ambiental.** In: Seminário por uma nova educação e gestão complexa do ambiente. Canoas, RS: ULBRA, 2006.

ROSADO, Rosa Maris. **Por uma Cartografia do Lixo Seco de Porto Alegre: o Território do Galpão.** In: I Seminário do Programa de Pós-graduação em Geografia. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2007.

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. **Multidimensionalidade do Poder e Gestão.** Mimeo, 2004a.

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. **Reforma do Estado, Atores e a Escala Regional Local.** Mimeo, 2004b.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SOJA, Edward. **Geografias Pós-Modernas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

SUERTEGARAY, Dirce. Espaço geográfico uno e múltiplo. In: SUERTEGARAY, Dirce; VERDUM, Roberto; BASSO, Luís Alberto(Orgs). **Ambiente e Lugar no Urbano: a Grande Porto Alegre.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p.13-34.

_____. **A Poética do Espaço Geográfico.** In: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. Goiânia, GO: UFG, 2004.

TEIXEIRA, Tereza Cristina M. R.(Org). **Nivelando as Informações para Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.** Vitória: Oficina Editora, 2006.

TOURAINÉ, Alain. **O que é Democracia?** Petrópolis: Vozes, 1996.

TRYSTRAM, F. **Terre! Terre! De l'Olimpe à la Nasa, une histoire des géographes et de la géographie.** Paris: JCLattès, 1994.

VERDUM, Roberto. O ciclo do papel, da coleta ao processamento: personagens e estrutura. In: SUERTEGARAY, Dirce; VERDUM, Roberto; BASSO, Luís Alberto(Orgs). **Ambiente e Lugar no Urbano: a Grande Porto Alegre.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p.187-203.

ANEXOS

ANEXO A – CARTA DE BRASÍLIA

Os participantes do 1º CONGRESSO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, realizado em Brasília nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2001, que contou com a participação de 1.600 congressistas, entre catadores, técnicos e agentes sociais de dezessete estados brasileiros, e os 3.000 participantes da 1ª MARCHA NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA, no dia 7 de junho do mesmo ano, apresentam a toda a sociedade e às autoridades responsáveis pela implantação e efetivação das políticas públicas, as reivindicações e propostas que seguem. E o fazem contando com a força nascida de um longo processo de articulação, apoiado pelo Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, que teve seu ponto alto no 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, realizado em Belo Horizonte, MG, em novembro de 1999, onde se decidiu pela organização do presente Congresso.

Conscientes da nossa cidadania e da importância do trabalho que desenvolvemos e das tecnologias por nós elaboradas, já qualificadas em mais de cinco décadas de atuação cotidiana, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um anteprojeto de lei que regulamenta a profissão catador de materiais recicláveis e determina que o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis.

Em relação ao Poder executivo, propomos:

1.1 – Garantia de que, através de convênios e outras formas de repasse, haja destinação de recursos da assistência social para o fomento e subsídios dos empreendimentos de Catadores de Materiais Recicláveis que visem sua inclusão social por meio do trabalho.

1.2 - Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis no Plano Nacional de Qualificação Profissional, priorizando sua preparação técnica nas áreas de gestão de empreendimentos sociais, educação ambiental, coleta seletiva e recursos tecnológicos de destinação final.

1.3 - Adoção de políticas de subsídios que permitam aos Catadores de Materiais Recicláveis avançar no processo de reciclagem de resíduos sólidos, possibilitando o

aperfeiçoamento tecnológico dos empreendimentos com a compra de máquinas e equipamentos, como balança, prensas etc.

1.4 - Definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, colocando os mesmos sob a gestão dos empreendimentos dos Catadores de Materiais Recicláveis.

1.5 - Garantia de que a política de saneamento tenha, em todo o país, o caráter de política pública, assegurando sua dimensão de bem público. Para isso, sua gestão deve ser responsabilidade do Estado, em seus diversos níveis de governo, em parceria com a sociedade civil.

1.6 - Priorização da erradicação dos lixões em todo o país, assegurando recursos públicos para a transferência das famílias que vivem neles e financiamento para que possam ser implantados projetos de geração de renda a partir da coleta seletiva. E que haja destinação de recursos do programa de Combate à Pobreza para as ações emergenciais.

2 - Em relação à cadeia produtiva:

2.1 – Garantir nas políticas de financiamentos e subsídios, que os recursos públicos sejam aplicados, prioritariamente, na implantação de uma política de industrialização dos materiais recicláveis que priorizem os projetos apresentados por empresas sociais de Catadores de Materiais Recicláveis, garantindo-lhes acesso e domínio sobre a cadeia da reciclagem, como estratégia de inclusão social e geração de trabalho e renda.

3 – Em vista da cidadania dos(as) Moradores(as) de Rua

3.1 – Reconhecimento, por parte dos governos, em todos os níveis e instâncias, da existência da População de Rua, incluindo-a no Censo do IBGE e garantindo em lei a criação de políticas específicas de atendimento às pessoas que vivem e trabalham nas ruas, rompendo com todos os tipos de discriminação.

3.2 – Integração plena da População de Rua na política habitacional que garanta e subsidie a construção de casas em áreas urbanizadas, e que parta da recuperação e desapropriação dos espaços ociosos nos centros das cidades, garantindo-lhes o direito à cidade.

3.3 - Priorização da geração de oportunidades de trabalho, com garantia de acesso a todos os direitos trabalhistas, aos Moradores de Rua, superando especialmente as discriminações originadas na falta de domicílio e ou na indicação de endereços de albergues.

3.4 – Promoção de políticas públicas de incentivo às associações e cooperativas de produção e serviços para e com os Moradores de Rua.

3.5 – Garantia de acesso à educação de todos os Moradores de Rua, especialmente das crianças, em creches e escolas, independente de comprovante de residência, possibilitando também a inclusão das famílias que moram nas ruas no programa Bolsa-Escola.

3.6 – Inclusão dos Moradores de Rua no Plano Nacional de Qualificação Profissional, como um segmento em situação de vulnerabilidade social, garantindo seu encaminhamento a formas de trabalho que geram renda.

3.7 - Garantia de atendimento no Sistema Único de Saúde - SUS aos Moradores de Rua, abrindo também sua inclusão nos programas especiais, como "saúde da família" e similares, "saúde mental", DST/AIDS/HIV e outros, instituindo "casas-abrigo" para apoio dos que estão em tratamento.

Frente à significativa representação destes eventos, não temos mais dúvidas quanto à força e importância de nosso movimento, e acreditamos que a transformação da realidade atual será progressiva e crescente.

Acreditamos que a partir deste momento o Estado e a sociedade brasileira não terão condições de negar o valor do nosso trabalho. Lutaremos para alcançar maior autonomia e condições adequadas para exercer nossa profissão, comprometendo Estado e sociedade na construção de parcerias com nossas associações e ou cooperativas de trabalho.

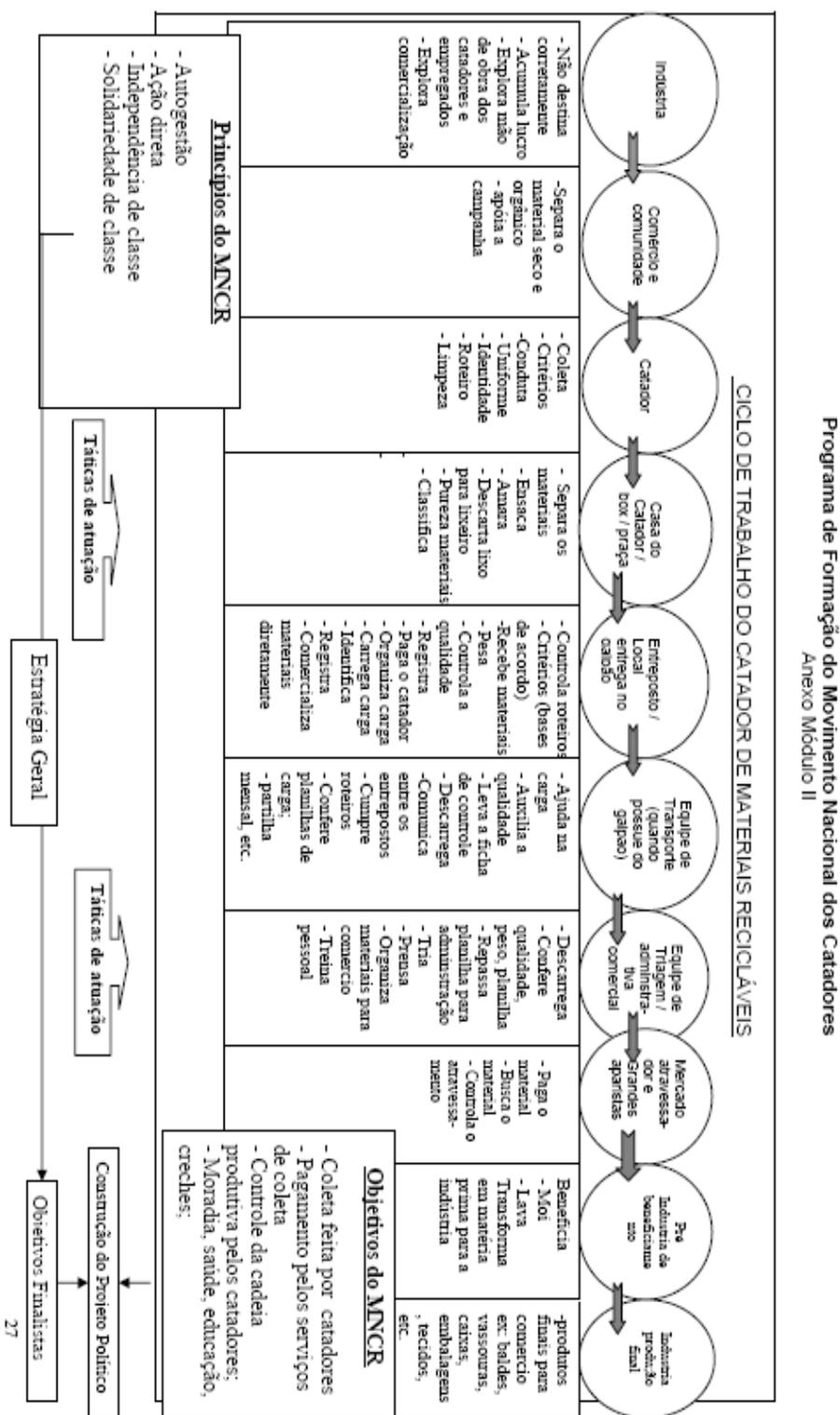
Trabalharemos cotidianamente pela erradicação do trabalho infantil e do trabalho nos lixões, colocando nossa força e nossas tecnologias a serviço da preservação ambiental e da construção de uma sociedade mais justa.

Pelo fim dos lixões!

Reciclagem feita pelos catadores, já!

Brasília, junho de 2001.

ANEXO B – PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO MNCR



ANEXO C – ALGUMAS DEFINIÇÕES

Catador de material reciclável - Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa), Separador de sucata (cooperativa), Triador de sucata (cooperativa)

Catadores de material reciclável

Descrição sumária

Catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis.

Formação e experiência

O acesso ao trabalho é livre, sem exigência de escolaridade ou formação profissional. As cooperativas de trabalhadores ministram vários tipos de treinamento a seus cooperados, tais como cursos de segurança no trabalho, meio ambiente, dentre outros.

Condições gerais de exercício

O trabalho é exercido por profissionais que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas. Trabalham para venda de materiais a empresas ou cooperativas de reciclagem. O trabalho é exercido a céu aberto, em horários variados. O trabalhador é exposto a variações climáticas, a riscos de acidente na manipulação do material, a acidentes de trânsito e, muitas vezes, à violência urbana. Nas cooperativas surgem especializações do trabalho que tendem a aumentar o número de postos, como os de separador, triador e enfardador de sucatas.

Código internacional CIUO 88:

9161 - *Recolectores de basura*

ANEXO D – ATIVIDADES REALIZADAS PELOS CATADORES

Coletar material reciclável e reaproveitável

- Puxar carroça, carrinho
- Conduzir carroça de tração animal
- Conduzir veículo (perua, caminhão)
- Estabelecer roteiro de coleta
- Pedir material nas residências
- Procurar material nas caçambas de rua
- Verificar pontos de coleta
- Coletar material nas residências
- Coletar material junto às comunidades
- Coletar material nos pontos de coleta
- Coletar material nos estabelecimentos comerciais
- Coletar material nos condomínios
- Coletar material em empresas (indústrias)
- Carregar carrinho, carroça, caminhão, perua
- Percorrer os pontos de coleta
- Procurar novos pontos de coleta

Dar entrada no material

- Conferir a balança
- Descarregar caminhão, perua, carrinho, carroça
- Conferir material
- Pesar material reciclável separado
- Contar vasilhames retornáveis
- Colocar material na caçamba
- Pesar caminhão
- Pesar o lixo não reciclável

Separar material coletado

- Triar material reciclável e não reciclável
- Triar material reciclável por tipo (papel, vidro, ferroso, não-ferroso, plástico)

- Triar material por qualidade (papel branco, papel arquivo, plástico mole, material fino não ferroso)
- Colocar material não reciclável em contêineres, latões, sacos etc
- Anotar material separado
- Separar doações
- Encaminhar o lixo para o transbordo

Preparar o material para expedição

- Prensar o alumínio
- Prensar o plástico
- Amarrar os fardos
- Tirar grampos de papel
- Tirar espiral de caderno
- Tirar rótulos das embalagens plásticas
- Ensacar material (alumínio, plásticos)

Realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho

- Fabricar carrinhos, carroça
- Pintar carrinho, carroça
- Fazer manutenção do carrinho, carroça
- Varrer o chão das instalações da cooperativa
- Lavar banheiros das instalações da cooperativa
- Lavar quintal da cooperativa
- Trocar pneu de carrinho
- Limpar o carrinho, carroça
- Arrumar material nas caçambas
- Recolher material do chão
- Limpar pátio da cooperativa (galpão)
- Limpar a prensa
- Limpar a balança
- Retirar água de recipientes
- Tratar animais
- Realizar manutenção de veículos

Divulgar o trabalho de reciclagem

- Conversar com a população de porta em porta
- Prestar informações sobre coleta seletiva e materiais recicláveis
- Divulgar o trabalho da cooperativa
- Entregar folhetos
- Divulgar eventos
- Orientar sobre preservação do meio ambiente

Administrar o trabalho

- Vender material
- Comprar material
- Negociar preços
- Coordenar o trabalho dos cooperados
- Controlar gastos
- Prestar contas
- Definir escalas
- Fazer lista de material
- Participar de reuniões administrativas
- Participar de reuniões para tomada de decisões (assembléias geral, ordinária e extraordinárias)
- Participar de comissões, comitês
- Organizar assembléias gerais com cooperados
- Organizar cursos de capacitação para cooperados e familiares
- Promover ajuda aos cooperados mais necessitados
- Organizar eventos sociais da cooperativa
- Estabelecer parcerias com empresas, órgãos governamentais, Ong
- Organizar campanhas de esclarecimento
- Contratar serviços de calibração de balanças

Trabalhar com segurança

- Vestir equipamento de proteção individual
- Vacinar-se
- Realizar exames de saúde periódicos
- Desinfetar ferimentos
- Vestir faixa de sinalização cintilante (Colete)
- Vestir proteção contra chuva, sol (Capas, bonés, sapatos, etc)
- Vestir uniforme da cooperativa

Demonstrar competências pessoais

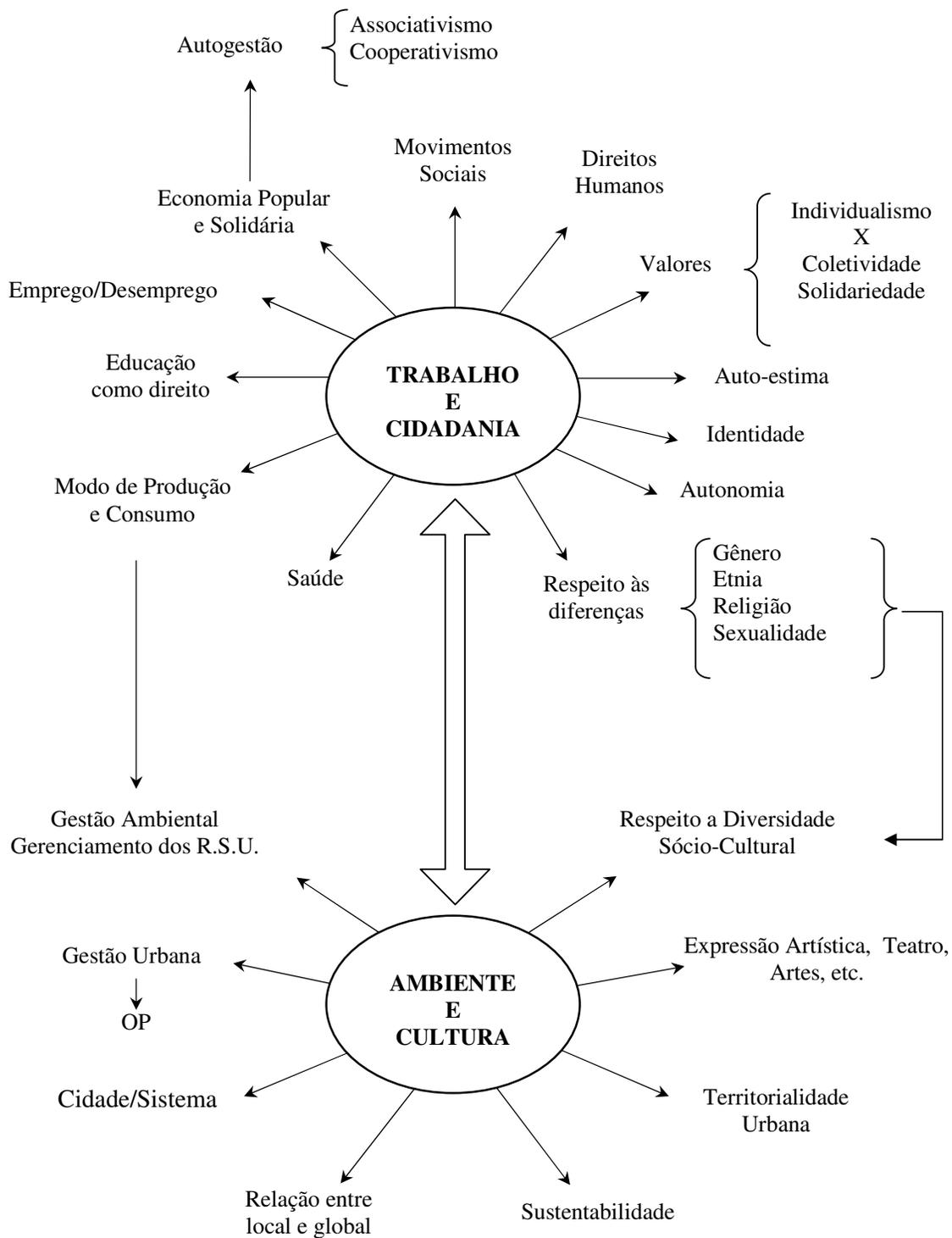
- Demonstrar prudência
- Demonstrar paciência
- Organizar-se (associações, cooperativas)
- Valorizar-se como profissional
- Demonstrar espírito de prosperidade
- Demonstrar educação
- Demonstrar eficiência
- Demonstrar agilidade (esperteza)
- Demonstrar sinceridade
- Demonstrar honestidade
- Auto-organizar-se
- Demonstrar criatividade
- Demonstrar perseverança
- Demonstrar jogo de cintura
- Demonstrar capacidade de atenção constante
- Demonstrar habilidade de puxar carroça
- Proteger-se contra a violência na rua

Recursos de Trabalho

- Alicates*
- Martelo*
- Serrote
- Entalhadeira
- Arco da serra
- Chave de fenda
- Pregos
- Capa de chuva
- Capacete
- Uniforme
- Bota
- Carrinho/carroça*
- Óculos
- Jogo de chave
- Caixa de primeiros socorros
- Arame
- Colete*
- Corda*
- Faca/facão*
- Lona*
- Luva*
- Machado*
- Marreta*

(*) Ferramentas mais importantes

ANEXO E – PROJETO GALPÃO - TEMAS ENVOLVIDOS



ANEXO F – MANIFESTO ENTREGUE À POPULAÇÃO PORTO-ALEGRENSE

Porto Alegre limpa e bonita!

Nosso trabalho, nossa vida e nosso compromisso.

- Um século de história

Há mais de 100 anos instalado na Azenha, o serviço de limpeza urbana de porto Alegre fez história por seu compromisso com a qualidade e modernização dos serviços. Com o tempo evoluiu para uma autarquia, transformando-se em 1975, no Departamento Municipal de Limpeza Urbana, o DMLU. Graças ao trabalho e dedicação do seu quadro de funcionários, o DMLU foi pioneiro em todo Brasil numa série de iniciativas, como a mecanização da capina, a implantação da coleta seletiva, na apresentação de um projeto de containerização da coleta domiciliar e na transformação de lixões em aterros sanitários.

- Referência no país e no mundo

As tecnologias e projetos desenvolvidos pelos funcionários do DMLU em todos estes anos passaram a ser modelo para várias cidades do país e do exterior. Foram várias as visitas de delegações para conhecer a coleta seletiva, os projetos de compostagem, de suinocultura, de aterro sanitário, de educação ambiental, entre outros.

- Reconhecimento público

Para quem trabalha no DMLU, nada é mais importante que a opinião pública. O reconhecimento dos turistas que visitam Porto Alegre, em especial dos que participaram das edições do Fórum Social Mundial, a opinião dos moradores e moradoras, que sempre colocaram a limpeza urbana entre os melhores serviços da cidade, os prêmios recebidos pela gestão ambiental, os elogios recebidos na imprensa, são motivo de orgulho para todos e todas nós.

- Afinal, o que mudou?

Por todo esse trabalho realizado, é inaceitável, para quem trabalha no DMLU, o anúncio de sua morte pela atual administração. Sempre enfrentamos dificuldades operacionais e financeiras ao longo de nossa história, mas isso nunca inviabilizou o nosso trabalho. Sempre tivemos consciência que os administradores passam, o DMLU e os funcionários ficam, que trabalhamos para a população, e não para os partidos.

- Uma ameaça no ar

O diagnóstico da atual administração que aponta a inviabilidade do DMLU, pode ser o fim de todo um trabalho construído arduamente por milhares de trabalhadores. Com o discurso de modernização, se propõe o descarte dos funcionários, com sua realocação em outras secretarias. Quem tem a experiência e o conhecimento pode ser trocado por uma empresa privada, aumentando ainda mais os custos para os cofres públicos.

- Seremos os únicos?

O ataque ao funcionalismo público que ocorre em todo o país através das privatizações, reforma da previdência e das parcerias público privadas (PPPs), começou em Porto Alegre no DMLU mas ele não será o único. DMAE, DEP, PROCEMPA, CARRIS e Saúde já estão na mira. Hoje quem administra o DMLU são os mesmos que no Governo Britto, venderam o Estado. Nós lutaremos para que o mesmo não aconteça em Porto Alegre.

- Modernização sim

O DMLU foi vanguarda em várias iniciativas no país, mostrando que é possível um serviço público de qualidade. A modernização é importante e bem-vinda, mas para dar mais qualidade ao nosso trabalho e não para transferir lucros para a iniciativa privada. Afinal, alguém tem dúvida que uma empresa assumiria esses serviços se não fosse para ter altos lucros?

- Compromisso com a cidade

O Poder Público não tem a obrigação de ter lucro. Ele não é uma empresa. Seu compromisso é com a cidadania, que paga imposto e deve ser bem atendida. Foi com esse compromisso maior que nós funcionários nos dedicamos na implantação da coleta domiciliar em vilas, da coleta seletiva que já gerou trabalho e renda para 700 famílias em Porto Alegre, entre outros projetos. Que empresa privada vai coletar material reciclável para entregar para associações de trabalhadores vender? Que empresa abriria mão desses recursos?

O DMLU gasta historicamente 5% do orçamento da Prefeitura para prestar um serviço de qualidade. As cidades apontadas como modelo de gestão (Fortaleza, Curitiba, Salvador) gastam em média 10% dos seus respectivos orçamentos municipais, com uma qualidade mais do que questionável.

**QUEM VAI PAGAR UM AUMENTO DE 100% NOS CUSTOS DA
LIMPEZA URBANA?**

Até ontem, o DMLU era visto assim:

“O show do DMLU – Porto Alegre amanheceu praticamente limpa do lixo eleitoral. Tão logo foi encerrado o pleito, o Departamento Municipal de Limpeza urbana começou a recolher quase 20 toneladas do material de campanha que ficou espalhado pelas ruas e praças da Capital. Fez um trabalho competente: nas primeiras horas da manhã, carros e transeuntes já podiam transitar pela cidade sem maiores riscos. **Eis aí um serviço que o novo prefeito deve incluir entre as coisas boas a serem preservadas.**”

Zero Hora, Opinião ZH, 02/11/2004, pg. 03

“Recebi dezenas de manifestações por telefonema, e-mail, pessoalmente. As pessoas me disseram: sabes, tem razão, esse pessoal fica aí limpando a rua, fazendo um serviço importante e a gente esquece de dar um bom dia, de cumprimentar.”

Vianeí Carlet – ZH, 19/05/2003, pg. 23

“Mesmo tendo passado o dia em Barra do Ribeiro, num local meio incomunicável, recebi manifestações. O pessoal da fazenda disse que eu estava irreconhecível. A experiência foi muito legal e para mostrar o trabalho de quem mantém a cidade limpa.”

Renato Borghetti – Gaiteiro e artista – ZH, 19/05/2003, pg. 23

NOSSO TRABALHO NÃO SERÁ ENTERRADO!

Quem faz a História

Quem construiu Tebas das sete portas?

Nos livros constam os nomes dos reis.

Os reis arrastaram os blocos de pedra?

E a Babilônia tantas vezes destruída

Quem ergueu outras tantas?

Em que casas da Lima radiante de ouro

Moravam os construtores? Para onde foram os pedreiros

Na noite em que ficou pronta a Muralha da China?

A grande Roma está cheia de arcos do triunfo.

Quem os levantou? Sobre quem triunfaram os Césares?

A decantada Bizâncio só tinha palácios
Para seus habitantes?

Mesmo na legendária Atlântida, Na noite em que o mar engoliu,

Os que se afogavam gritaram por seus escravos.

O jovem Alexandre conquistou a Índia. Ele sozinho?

César bateu os gauleses, Não tinha pelo menos um cozinheiro consigo?

Felipe de Espanha chorou quando sua armada naufragou. Ninguém mais chorou?

Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos. Quem venceu além dele?

Uma vitória a cada página. Quem cozinhava os banquetes da vitória?

Um grande homem a cada dez anos. Quem pagava as despesas?

Tantos relatos. Tantas perguntas.

Bertold Brecht (1898-1956)

**FUNCIONÁRIOS E FUNCIONÁRIAS DO DMLU
NOVEMBRO DE 2005**

ANEXO G – PROJETO DE LEI Nº 043/05**PROJETO DE LEI Nº 043/05 – (Proc. Nº 976/05 - Substitutivo)**

Institui o "Programa para Redução Gradativa do Número de Veículos de Tração Animal (VTAs)" e dá outras providências.

Art. 1º - Fica instituído o "Programa para Redução Gradativa do Número de Veículos de Tração Animal (VTAs)", cujas finalidades são:

- I – Dar melhores condições de trabalho a pessoas envolvidas com a coleta de resíduos sólidos,
- II – Minimizar os maus-tratos em cavalos utilizados nos VTAs, e
- III – Melhorar as condições de segurança e circulação no trânsito.

Art. 2º - O programa estabelecerá:

- I - Ações que possibilitem que os condutores de VTAs ingressem em mercados de trabalhos, como o da reciclagem de resíduos sólidos, e
- II – Projetos para utilização e financiamento de veículos movidos por combustíveis não poluentes.

Art. 3º - Fica estabelecido o prazo máximo de 8 anos para que seja proibida a circulação no trânsito de Veículos de Tração Animal (VTAs) no Município de Porto Alegre.

§ 1º. Excetua-se a utilização de VTAs para passeios turísticos cujas rotas e baias serão autorizadas pelo Município.

§ 2º. A partir da publicação desta lei não será permitido:

- I - A condução de VTAs por menores de 18 anos.
- II – O trânsito de VTAs não registrados conforme legislação vigente.
- III – A condução de VTAs por condutor não habilitado conforme legislação vigente.

Art. 4º - O Executivo Municipal estabelecerá no orçamento verbas específicas para a execução e manutenção do programa.

Art. 5º - O Executivo Municipal regulamentará esta Lei a partir da data de sua publicação.

Art. 6º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ver. Sebastião Melo
Câmara Municipal de Porto Alegre/RS

ANEXO H – AUDIÊNCIA PÚBLICA

09/11/2006

Câmara aprofunda discussões sobre retirada das carroças

A Câmara Municipal de Porto Alegre realizou na quinta-feira (09/11) audiência pública solicitada por representantes das entidades ligadas aos carroceiros e catadores da Capital para debater o projeto de autoria do vereador Sebastião Melo (PMDB) que prevê a retirada gradativa das carroças das ruas da Capital num prazo de até oito anos. Foram apresentados encaminhamentos no sentido de que haja uma nova reunião para tratar dos maus-tratos aos animais, com a presença de representantes da Prefeitura. Os participantes sugeriram também a elaboração de um projeto pelo Executivo para os carroceiros e catadores, que reivindicam o reconhecimento da categoria, a valorização do trabalho por eles realizado, creches para filhos de papeiros, além de subsídios para a capacitação da categoria, livre circulação e veterinário para acompanhamento dos cavalos.

O presidente do Legislativo, Dr. Goulart (PDT), informou que uma comissão está sendo formada para aprofundar as discussões sobre o projeto em tramitação na Câmara. Também assegurou que foi solicitada uma audiência com o prefeito José Fogaça para conhecer as políticas públicas do Executivo para o setor.

O autor do projeto disse que muita gente desconhece o conteúdo da proposta e sua trajetória de luta, tendo trabalhado como carregador de frutas e legumes na Ceasa, como chapista em lanchonete e como advogado que sempre atuou nas causas populares. “Procurei, nos sete anos do meu mandato aqui na Câmara, buscar soluções para o dia-a-dia do cidadão. É preciso ampliar a coleta seletiva, separar melhor o lixo, ampliar os galpões de reciclagem e fazer um cadastro social dos carroceiros e suas famílias. Pelo projeto apresentado, a prefeitura terá oito anos para criar políticas públicas para o setor.” Melo garantiu que ninguém vai retirar as carroças sem uma solução e que aceita sugestões para o seu projeto, que está na Câmara desde 2005

Carroceiros & ONGs

Alexandro Cardoso, representante da Associação dos Moradores, Papeiros e Carroceiros da Ilha dos Marinheiros (Amapag), destacou que os catadores são as pessoas que tiram do lixo a sua sobrevivência, com dignidade, resgatando o meio ambiente. Disse que 60 mil pessoas dependem do lixo e que o projeto foi feito de cima para baixo, sem ouvir as bases. Lembrou que são coletadas diariamente 150 toneladas de lixo na Capital. “Se querem retirar as carroças, primeiro temos que acabar com a exclusão social”, concluiu.

Maria de Lourdes Sprenger, delegada do Fórum Planejamento e representando os apoiadores da causa animal, afirmou que as ONGs vêem o projeto como uma questão de bem-estar animal e humano. Observou que o trânsito das carroças e os maus-tratos aos animais são constantes na cidade. “Os cavalos têm sido submetidos à crueldade, carregando peso acima das suas capacidades e conduzidos em desobediência às leis de trânsito, muitas vezes por crianças.” Isabel Abreu da Rosa, do Projeto Bicho Cidadão, entregou ao presidente da Casa um abaixo-assinado contendo 5 mil assinaturas a favor da proposta de Melo.

O representante da Associação Brasileira de Catadores e Reclicadores (Abrac), Bruno Lima, lembrou que 80% do lixo de Porto Alegre é reciclado pelos catadores. O representante do

Movimento dos Catadores, Venâncio Francisco de Castro, disse que a categoria tem um projeto desde 1997 que nunca recebeu apoio de órgãos públicos ou ONGs de defesa dos animais. Representantes do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea) e do Grupo Porta Voz Animal também se manifestaram.

Posição dos vereadores

O vereador Cláudio Sebenelo (PSDB) se posicionou a favor do projeto de Melo. Sofia Cavedon (PT) disse que não há contraditório e defendeu que o governo municipal deve participar do processo, não havendo a necessidade de uma lei. Haroldo de Souza (PMDB) disse que qualquer animal deve ser bem tratado e o carroceiro precisa trabalhar e que, por isso, é preciso encontrar uma solução. Elias Vidal (PPS) observou que é preciso uma ampla discussão para que todas as partes cheguem a um ponto comum. Maristela Maffei (PSB) disse que a dor de ver um animal maltratado não é pior do que ver uma mãe com o filho passando fome.

João Dib (PP) afirmou que já existem leis que não permitem a circulação de carroças nas ruas do perímetro central e informou que vai apresentar o modelo que é utilizado em São Paulo, sem a necessidade de carroças. Mônica Leal (PP) disse que nenhum vereador da Casa tem o objetivo de desempregar ou prejudicar famílias e que o projeto de Melo é inclusivo. Luiz Braz (PSDB) ressaltou que apresentou um substitutivo que é uma alternativa ao projeto de Melo e pelo qual as carroças não poderiam entrar em determinados horários no perímetro urbano nem serem conduzidas por menores de 18 anos.

Ervino Besson (PDT) disse que Melo é um dos vereadores que mais defende os menos favorecidos e que o projeto não foi feito para prejudicar os carroceiros. Adeli Sell (PT) falou da emenda de sua autoria ao projeto que reduz o tempo de adaptação para quatro anos, afirmou que não é mais possível a circulação de carroças nas principais ruas de Porto Alegre e garantiu que não vai se curvar diante de ameaças. Carlos Todeschini (PT) classificou o projeto de preconceituoso e afirmou que será a favor da substituição das carroças no dia em que o poder público der condições para isto. Carlos Comasseto (PT) disse que é preciso que o Executivo apresente um projeto global com ações práticas, pois é o responsável pela gestão da cidade.

Vítor Bley de Moraes (reg. prof. 5495)

Extraída do link Notícias da página da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre, em 17 de julho de 2007.

ANEXO I – ENTREVISTA COM O SERVIDOR DO DMLU

Parte 1

Questões para a entrevista com o funcionário do DMLU que trabalha na AREVIPA

- 1) Como e quando começou o seu envolvimento com a Vila dos Papeleiros?
- 2) Qual a sua atividade “hoje” com os catadores?
- 3) Qual a perspectiva de futuro do seu trabalho com este grupo?
- 4) Qual a sua relação com os catadores informais? O que você poderia falar sobre eles?
- 5) Seria possível traçar um quadro comparativo (semelhanças e diferenças) entre os catadores da AREVIPA e os de rua? Como seria?
- 6) Na sua avaliação, quais as dificuldades encontradas ao se trabalhar com os catadores de rua?
- 7) Em termos de ganhos (R\$), quem ganha mais? O catador associado ou o de rua?
- 8) Quais as dificuldades enfrentadas pelo catador associado e o individual? Por que se opta por uma ou outra forma?
- 9) Aquele velho “discurso que o catador é um agente ambiental”, tu achas que ele é absorvido pelos catadores? Esse discurso é compreendido de forma diferenciada, se o catador é associado ou individual?
- 10) Existe alguma interferência/orientação tua na relação comercial (preço/produto)?
- 11) Quais os pontos/locais importantes de serem visitados para se compreender esse espaço (casa de passagem, AREVIPA, ponto de coleta...)?
- 12) Quais as pessoas?
- 13) Como os catadores percebem o poder público? É diferenciado se é individual ou da associação?
- 14) A atividade da catação é vista como passageira?
- 15) Alguma questão importante de ser mencionada e que não constou nas perguntas anteriores?

Parte 2

Transcrição de entrevista com o funcionário do DMLU

Obs: Considerando que a identificação do servidor não se constitui em um elemento significativo para a presente pesquisa, optamos por omitir o nome do mesmo.

Entrevista: funcionário DMLU

Local da entrevista: Galpão de Reciclagem situado na rua Paraíba

Data da entrevista: 29/12/2005

Eliane: Função

Darci: Trabalho no DMLU há treze anos. Entrei como gari. Trabalhei na varrição. Tenho três anos e meio de Coleta Seletiva. Tenho dois anos de coleta especial. Tive um convite da outra administração para trabalhar na DCR, setor responsável pelos galpões de Porto Alegre. Depois eu vim para a assessoria comunitária.

Eliane: Como e quando começou o seu envolvimento com a Vila dos Papeleiros?

Servidor: Aqui na vila, trabalho há dois anos. O trabalho aqui é muito interessante. É uma faculdade da vida. Por exemplo, se hoje eu estivesse estudando, e se fosse me formar em alguma coisa, eu tinha interesse em me formar na parte da área social. Porque aqui tu tens todos os ingredientes pra desenvolver um trabalho futuramente. Aqui eu me sinto bem. No dia 19/03/2004, houve um incêndio, na madrugada, na Vila dos Papeleiros. Aonde foi destruída a metade das moradias. São 213 famílias e foi destruída a metade. A Vila dos Papeleiros é na Voluntários, 1800. Então, um dia antes, eu e a minha colega do DMLU fizemos uma vistoria em função de uma reclamação que tinha de umas madeiras que o pessoal da PRT não poderia carregar no caminhão. Então conversamos com o pessoal da comunidade. Foi aí que conhecemos o seu Antônio, a dona Paraguaia. Naquele dia mesmo, foi deslocada uma equipe grande do DMLU. Foi um sufoco. Não tinha onde abrigar o pessoal. Então, naquele momento, a prefeitura em caráter emergencial cadastrou o pessoal e começou a alugar casas. Pagava o aluguel pras pessoas não ficarem na rua, enquanto fosse construída as casas de passagem que foram construídas na Frederico Mentz, onde eles moram até hoje, na espera das casas definitivas. Na emergência, esse galpão aqui ele foi uma negociação junto com o INCRA. Esse prédio na verdade pertence ao INCRA. Aqui era uma garagem do INCRA e o DMLU na negociação construiu uma garagem pro INCRA leva os seus veículos para outro local. Aqui foi abrigado o pessoal da Vila, a maioria eram carrinheiros. Tinha muita gente, também, dentro da Vila que já tinha um galpão. Então, essas pessoas que tinham galpão perderam tudo.

Eliane: E qual a origem do incêndio?

Servidor: Segundo os relatos levantados parece que foi um acidente. Uma moça estava fazendo uma janta. Sei que parece que começou com uma spiriteira. Naquela noite parece que tava ventando e ela saiu pra rua e ao passar pela spiriteira ela bateu e não viu. Ali tinha

problema de drogas. Provavelmente não estava no seu estado normal. O incêndio começou na casa dela. Naquela época o pessoal reciclava o seu lixo dentro de casa. Então aquilo ali foi um abraço. A maioria também era casa de madeira. Graças a Deus não teve vítima nenhuma. Então formamos uma equipe, em torno de 8 pessoas e viemos pra cá. Então todo esse pessoal estava envolvido e qual era o nosso trabalho? No início dava pra tirar assim, como as pessoas que estavam esquecidas pela sociedade. Pessoas mal vistas pela sociedade. Tanto é que até hoje existe esse preconceito contra os papeleiros. Por exemplo, o entorno aqui da Cristóvão Colombo, do bairro Floresta, eles são totalmente contra, eram contra a construção das casas para os papeleiros. Também são super contra a permanência da reciclagem aqui. Eles alegam que essa rua aqui é uma rua histórica, tombada. Então por esses motivos eles alegam que trabalha com lixo aqui, que a reciclagem é um incômodo.

Eliane: Dentro do plano diretor essa área poderia ter uma atividade como esta, de reciclagem?

Servidor: Olha como foi uma emergência, nem se pensou nisso. Na verdade se queria resolver o problema deles o mais rápido possível. Até porque eles não poderiam continuar o trabalho deles reciclando na rua. Por exemplo, a Voluntários, essa região aqui ia vira num inferno. E também foi tentado vários galpões aqui, pra tenta abriga eles, mas não foi possível. Quando o pessoal vê que é órgão público, que é prefeitura atira o preço lá em cima. Então naquela época não foi possível fazer em outro lugar. Então o único jeito foi aqui a negociação. Foi feito um acordo, parece que uma permuta de 20 anos.

Eliane: Então quando se veio pra cá, esse espaço não era pra ser temporário, era pra ser mesmo a AREVIPA?

Servidor: É. Tanto é que foi feito um acordo com a outra administração, que eles permaneceriam aqui por 20 anos. A AREVIPA iria usar este espaço como associação e como uma unidade de reciclagem. E também abrigaria os carrinheiros individuais da Vila dos Papeleiros. Isso foi feito no passado. A idéia era dar autonomia pra eles permanecerem aqui. Então devido à pressão dos moradores da Cristóvão Colombo eles quase saíram daqui. Só que houve um impasse, com o pessoal da antiga administração, alguns vereadores daquela época, que estavam envolvidos no processo, entenderam que não e desta forma eles continuaram aqui. Então aqui eles estão tentando tocar a vida deles do jeito que eles podem.

Eliane: A prefeitura chegou a fazer algum trabalho com essa Associação de Moradores no sentido de aproximação com os catadores? Mostrando o trabalho que eles realizam aqui dentro, por exemplo?

Servidor: Olha pelo que eu vi a administração anterior tinha um trabalho com as associações, tinha uma equipe que visitava os galpões, quase que diariamente, tinha um trabalho de integração com esse pessoal. Só que a Vila dos Papeleiros esse contato foi aprofundado com eles em função do incêndio. Tanto é que foi deslocado um grupo de funcionários pra trabalhar aqui. Só que o projeto era pros funcionários, aos poucos começaram a sair. Não digo todos. O contato com essa Associação era com o diretor de divisão.

Eliane: E o trabalho de vocês qual era, quando vieram pra cá?

Servidor: Olha desde babá, porque as mães trabalhavam aqui dentro junto com as crianças. Eu lembro que a gente, naquela época, ficava embaixo de uma marquise cuidando das crianças pras mães trabalharem. Então esse pessoal da Vila dos Papeleiros tem um amor, tem um carinho por nós funcionários que trabalhamos juntos com eles, porque a gente deu toda a atenção pra eles. A parte emocional, psicológica era muito terrível; então muitas vezes a gente foi ameaçado porque tinha pessoas que não entendiam o porque nós estávamos aqui. Demorou um pouco pra cair a ficha deles. Mas a gente conseguiu contornar. Conseguiu começar a trazer eles pra nós. Pra eles entenderem que a gente tava ali pra fazer o bem e não o mal. Que até então pra eles a gente era bicho papão. Então aquilo ali demorou de 4 a 5 meses pra cair a ficha deles. Hoje, o pessoal aqui tem um bom conceito do DMLU, dos funcionários do DMLU. Eu vejo que a gente teve um grande retorno.

Eliane: Além de babá, o que mais vocês faziam?

Servidor: Cuidava do entorno, da limpeza. O pessoal aqui gosta muito de nós. Lógico que não é o mesmo andar da carruagem de antes...Até porque a nova administração que está aí, nos coloca as suas dificuldades de, por exemplo, tentar qualificar melhor o pessoal do DMLU. Com a troca de governo, muito do trabalho de base que era pra ter continuado, foi cortado. Por exemplo, precisamos muito aqui de pessoas qualificadas para assessorar melhor esse pessoal. Eu dou o meu melhor, mas tenho os meus limites. Eles precisam de mais atenção. No passado, a gente tinha tudo aqui. Sentia-se necessidade de alguma coisa e ela era logo providenciada. Por exemplo, nós tínhamos uma linha telefônica aqui, onde quando se precisava de qualquer coisinha se resolvia por aqui mesmo. Hoje, o trabalho está centrado só em cima do diretor da Divisão. Por exemplo, o caminhão atrasava, imediatamente eu resolvia. A varrição, por exemplo, essa rua aqui, hoje fica 4 ou 5 dias sem ser varrida. Antes eu contatava com as equipes responsáveis e isso era logo resolvido. Pois se não se resolve logo, gera um desconforto na volta, pois se vê a sujeira. Os moradores comentam: “Já começaram eles de novo”. A gente não deixava essa situação se criar. Eu vejo também que o seu Antônio, presidente da AREVIPA, está com dificuldade. Ele é esforçado, pegador, porém da parte do crédito pessoal, da relação, está precisando ser esquentada. Ele chegou até um ponto de quere renunciar. Às vezes, ele se sente chocado. Às vezes, ele não tem o retorno necessário da própria comunidade dele. Ele teve um desgaste. Então, a gente tá aconselhando ele a chamar uma assembléia, renovar o quadro dele.

Eliane: Por que do desgaste?

Servidor: Tem ele e a dona Paraguaia que é a vice dele. São só os dois. É muita coisa pra se tocar. Ele se enfraqueceu. Lá fora ele tem bastante prestígio, ninguém nega. Ganhou prêmio. Só que a diretoria dele precisa ser renovada. O seu Antônio, hoje, não tem perna pra muita coisa. A agenda dele está sempre cheia. E do DMLU eu sinto que também precisamos dar mais apoio.

Eliane: E tu já pediste?

Servidor: Olha, eu não tive tempo ainda pra conversar com o diretor da divisão, porque eles tão muito tumultuados.

Eliane: O teu papel hoje aqui, qual é?

Servidor: Sou responsável pelas cargas do DMLU. Nós temos 2 cargas aqui: uma da PRT e outra de uma outra empresa que entrou agora. E também ajudo na coordenação da limpeza do pátio. Aí é que eu digo que precisava pelo menos mais umas duas pessoas do DMLU, pra fortalecer o nosso quadro. Até pra dar uma injeção de ânimo. O pessoal aqui tá meio descrente.

Eliane: Como são organizadas as tarefas aqui dentro?

Servidor: Nós temos um coordenador, no pátio. Segundo o DMLU, ele é um atravessador. Mas, eu prefiro não me envolver com isso aí. Como tem muito individualista ali, o catador de rua. A gente tenta conversa, mas é difícil. Ele foi escolhido pelo próprio seu Antônio como coordenador. Mas até ele já perdeu o controle. Por isso, acho que precisamos de um reforço do DMLU.

Eliane: Eu coloquei uma pergunta aqui, qual a perspectiva de futuro do teu trabalho com este grupo? Como fica esse projeto novo, onde estão querendo colocar os catadores individuais em cooperativas? Muda alguma coisa pra ti?

Servidor: Olha esse projeto que tá em andamento é uma tentativa. Pelo que eu conheço esse projeto que tá aí, é um projeto da administração anterior. Mas a administração anterior já tinha chegado à conclusão que não é favorável tocarem uma coisa que vai criar muito problema. A gente conversando aí, com os carrinheiros da volta eles não vão aceitar. Não aceitaram, no ano passado. Não vai ser este ano que vão aceitar. Eu até entendo o esforço da administração em cima desse projeto. Só que o seguinte, quem decide mesmo é os carrinheiros. E eles são um número grande. Eu fiquei espantado em ouvir dizer que eles são quatro/cinco mil. Nós temos aí em torno de 8 mil carrinheiros, sem contar os carroceiros.

Eliane: E os carrinheiros tem alguma proposta?

Servidor: Olha a proposta que a gente sabe que eles tem, vai sair no dia da Assembléia que eles tem marcada no Araújo Viana.

Eliane: Mas tu já ouviste alguma coisa, com relação ao trabalho na cidade? Esse pessoal, anda na cidade, dum canto ao outro. Agora, querem tirar eles do centro da cidade. Eles tem alguma proposta que tu conheces, relativa à reciclagem?

Servidor: Eu acho, por experiência própria, que a gente só vai saber, quando o DMLU, como órgão responsável pela limpeza, pela coleta, pela reciclagem for ao encontro deles. O DMLU tinha que chamar eles, via associação. Tinha que convocar eles pra saber dos anseios deles.

Eliane: Mas me diz, como se faria esse contato se o pessoal cata na rua? Eles não estão em uma associação. Como tu falaste, ele é individual, está sozinho. Tem o seu carrinho. Tem alguém que representa esse pessoal de rua?

Servidor: Por exemplo, os carrinheiros que pertencem a Vila dos Papeleiros, recebem alguma orientação da dona Paraguaia. Ela sugeriu que eles fizessem uma assembléia no Araújo Viana. Ela ía convocar os carrinheiros que pertencem a Vila dos Papeleiros e procurar avisar o maior número possível de carrinheiros.

Eliane: Aqui na verdade é um pouco diferente, pois o pessoal cata na rua, mas vem triar aqui dentro. Muitos desses de rua, não tem um local como esse. Eles podem levar pra casa... Como isso está organizado?

Servidor: Como o número de carrinheiros em Porto Alegre é muito superior ao que está sendo dito. Eu calculo uns 8 mil. Por exemplo, aqui nós estamos com excesso de carrinheiros. E os que não podem entrar aqui dentro, estão trabalhando em outros galpões no entorno. Estão trabalhando nos galpões de patrões. Aqui na Voluntários temos o galpão do Chico. Onde tem bastante gente daqui trabalhando lá. E muitos carrinheiros estão reciclando na rua, porque não tem onde reciclar.

Eliane: E aí quando o pessoal recicla na rua, pega o que interessa e deixa o restante ali?

Servidor: Deixa ali. Vai fazer o que? Transforma-se num problema grave.

Eliane: Tu convives tanto com os catadores da Associação e com os catadores de rua. Tens como traçar um perfil ou fazer um comparativo entre esses dois grupos? Tu chegaste a comentar que parece que na associação os problemas eram menores, enquanto que com os catadores individuais as coisas são mais difíceis...

Servidor: Vou dar um exemplo, o Paulo, ajudante do seu Antônio, trabalhava com carrinho em outro local, porém o trabalho dele, hoje, se concentra aqui na Reciclagem. A esposa dele, trabalha no galpão do Chico da Voluntários. Ele é um carrinheiro como qualquer outro. O seu Antônio o trouxe pra cá, pelo conhecimento que ele tinha da Reciclagem. Ele que chegou aqui e colocou a casa em ordem. O pessoal da Associação cumpre horário, assina ponto. Trabalham de segunda a sexta, se necessário se convoca para trabalhar no sábado. Funciona como uma empresa. Se alguém faltar ao trabalho tem que apresentar uma justificativa. É tudo dentro dos conformes.

Eliane: E o pessoal que trabalha ali fora, pode-se dizer que a maioria é mulher?

Servidor: Sim, a maioria é mulher.

Eliane: E o pessoal que trabalha na rua, dá para afirmar que a maioria é homem?

Servidor: Sim, a maioria é homem. Tem algumas mulheres que puxam, mas são poucas. Voltando a tua questão sobre a diferença entre os dois grupos é que na Associação o pessoal já tinha consciência sobre a reciclagem e o Paulo veio acrescentar mais. O pessoal da

Associação é super responsável. A tendência é eles subirem cada vez mais, apesar de precisarem de alguns apoios. O representante aqui é o seu Antônio, que vai fazer os contatos lá fora, pra trazer benefícios para a Reciclagem. E o lado de fora, precisa colocar a casa em ordem, porisso a necessidade do reforço do DMLU. Eu tento convencer ele da necessidade da limpeza, da organização do pátio, deles fazerem parte do programa da entrada da cidade. Quando vem as pessoas de fora, pra conhecer a Reciclagem, a primeira unidade a ser citada pras pessoas de fora vir visitar é este galpão. Ele é a menina dos olhos de Porto Alegre. Também se eles trabalharem melhor o próprio entorno aqui que é contrário a presença deles, vai se portar diferente. Em alguns momentos vejo que cai a ficha.

Eliane: Vem muita gente de fora?

Servidor: Agora parou. Um pouco. Vinha pessoal da Itália, da França...

Eliane: O material que chega aqui vem apenas do DMLU?

Servidor: Não, ontem, por exemplo, chegou material do Carrefour. De 3 em 3 meses o Carrefour larga uma carga aqui.

Eliane: E o material que chega aqui é suficiente? Ou falta material?

Servidor: Tivemos, na semana retrasada, um problema com as cargas do DMLU que estavam poucas, mas foi contornado. Hoje, o galpão está cheio, pois os outros galpões estavam lotados, vindo o material pra cá. Pode acontecer de faltar carga, mas o problema é solucionado rapidamente.

Eliane: Outra questão que gostaria de perguntar é que da outra vez que estive aqui, observei que tinham muitas crianças, no pátio. Como funciona isso?

Servidor: Temos um regulamento, feito pela Associação e o DMLU, onde é proibida a presença de crianças com menos de 14 anos.

Eliane: Percebi, que muitas das crianças, não estavam trabalhando e sim brincando.

Servidor: O problema é que as casas que estão sendo construídas pra eles, já tem 2 creches e escola. As mães, hoje, que trabalham aqui, não tem onde deixar seus filhos.

Eliane: Já aconteceu algum acidente com as crianças, no contato com o lixo?

Servidor: Já aconteceu até atropelamento aqui.

Eliane: Uma dúvida que surgiu é se o catador lá de fora, pode passar para a Associação? Pelo que tu me disseste aqui já está meio definido. O pessoal daqui tem um salário definido?

Servidor: O pessoal ganha de acordo com o que for vendido.

Eliane: Existe alguma interferência/orientação tua na relação comercial (preço/produto)?

Servidor: Não há nenhum tipo de interferência. Tem uma tabela de preços lá no DMLU. Aqui não faço questão nem de saber. Se o Paulinho ou dona Paraguaia precisa de alguma informação eu estou aqui para auxiliar.

Eliane: Aqui se chama Vila dos Papeleiros porque o material central a ser comercializado é o papel?

Servidor: O produto de maior comercialização é o papel, apesar de se comercializar os outros materiais. Que bom que eles pudessem trabalhar só com o papel branco, por exemplo!

Eliane: Quais os pontos/locais importantes de serem visitados para se compreender essa comunidade? (casa de passagem, AREVIPA, ponto de coleta...)

Servidor: O pessoal da AREVIPA mora na casa de passagem. Ninguém foi para as casas novas, inclusive a obra está parada.

Eliane: Tens conhecimento dos roteiros estabelecidos pelos carrinheiros daqui? Eles se concentram na área central?

Servidor: Tem um rapaz aí que puxa do DMLU, lá da Azenha até aqui, por exemplo. Passou pela Ipiranga, 24 de Outubro, depois veio pra cá.

Eliane: Tens conhecimento se as rotas estabelecidas por eles, tem relação com as da Coleta Seletiva?

Servidor: Antes de ser implantada a Coleta Seletiva em POA, o pessoal daqui já tinha a sua freguesia. Aproveita também a Seletiva, mas a maioria começa a sair 14h30min, 15h-16h. O pessoal trabalha aqui há mais ou menos 13 anos, já tem seus pontos.

Eliane: E quais as pessoas que sugeririas para uma conversa sobre o meu trabalho?

Servidor: O seu Antônio, presidente da AREVIPA; a dona Paraguaia, a vice; o Paulo que está coordenando a Associação; o Viana, que coordena o trabalho lá fora. O catador, as informações que tu que ele não vai te coloca. O pessoal aqui vive com temor de alguma coisa.

Eles se policiam muito. O Viana tem uma história bonita pra contar. Ele quando veio pra Vila, morou debaixo da ponte, chegou de carroça. É natural de Montenegro. São histórias bacanas...

Eliane: Gostaria que tu retomasse como os catadores percebem o poder público? É diferenciado se é individual ou da Associação? Tu representas o poder público aqui. Disseste que a tua relação com o pessoal da Associação é mais tranqüila, enquanto que com o catador da rua essa relação é mais difícil; tanto que apontou a necessidade de um apoio por parte do DMLU.

Servidor: Aqui é um espaço público, mesmo tendo esse acordo, num caso emergencial, não deixa de ser um espaço público, de responsabilidade do DMLU. Quanto à relação do lado de fora, eu procuro manter a melhor relação. Só que algumas cabeça funcionam outras não. É meio complicado. A não ser o seguinte: com uma injeção de ânimo, de uma pessoa mais qualificada do que eu, pra poder reverter essa situação. Na verdade, seria um trabalho de conscientização.

Eliane: Tu achas que eles enxergam o órgão público como um parceiro? Ou eles enxergam o órgão como alguém que se intromete?

Servidor: Alguns enxergam o DMLU como um parceiro, como aquela figura que dá uma mão, pra ajudar. Outros acham: “esse cara ta se metendo aqui. Na verdade, ele não tinha que estar aqui”. De uns tempos pra cá, a maioria pensa assim. Quando eu digo que deveríamos reformular aquele espaço ali, trazer a responsabilidade mais para o poder público e fazer um trabalho de conscientização com eles, porque algumas pessoas têm dificuldade de entender o certo e o errado. Não vou dizer que sejam todos. Mas eles têm essa deficiência. Então o que isso gera? Gera um desconforto, porque, na medida que o tempo vai passando, eles vão contaminando os outros. Aí fica aquele negócio assim, se o fulano não faz porque eu vou fazer? Ah, se o fulano não que fazer, eu também não vou fazer. Ah, já escutei gente dizendo ali dentro: “quem tem que fazer é o DMLU”. Aí eu conversei com essa pessoa e disse: “olha nós não estamos aqui pra fazer limpeza pra vocês. Nós estamos aqui pra dar um assessoramento pra vocês, sobre a questão da higiene, da limpeza, principalmente no espaço aqui. Vocês estão completamente enganados. Não é assim que funciona o troço. O que a gente faz aqui, a gente recolhe o rejeito de vocês. A gente dá a melhor assistência possível pra vocês. Vocês tão levando pra um lado que não é.”

Eliane: Com relação a questão da escolaridade, como é?

Servidor: É um nível muito baixo. Tanto do pessoal da AREVIPA, quanto do pessoal lá de fora.

Eliane: Isso talvez dificulte também essa relação?

Servidor: Isso cria um impasse, por isso eu gostaria que o DMLU apoiasse um pouco mais, porque tem gente que tem condições de desenvolver. Gostaria que o DMLU voltasse a fazer aqueles trabalhos que eram feitos antes, de conscientização, pra eles não sentirem que estão abandonados, por exemplo, a retirada da guarda nossa, foi um péssimo exemplo.

Eliane: E tu achas que mudou muito essa forma das pessoas encararem o DMLU antes (tinha telefone, tinha a guarda, tinha mais pessoas do DMLU trabalhando neste espaço) e agora (não tem mais guarda, telefone...). E isso mudou a relação das pessoas contigo?

Servidor: Diretamente não. Mas eles pressentiram que da parte do DMLU houve um pouco de descaso com eles. Na mentalidade deles fica: “tão nos largando, tão nos abandonando”.

Eliane: Quem paga a luz, a água é o DMLU?

Servidor: Por enquanto é, mas futuramente existe um projeto de tudo isso aqui passa pro nome deles. Só que lamentavelmente aqui eles estão engatinhando. Eles precisam do apoio do poder público ainda. Precisam de uma assistência. Pra levantar a auto-estima deles. Só que o pessoal do DMLU acha que não.

Eliane: Na tua percepção para as pessoas daqui a atividade da catação é considerada uma atividade passageira? Qual a relação deles com o trabalho?

Servidor: Eu já fiz essa pergunta pra alguns deles e a colocação deles é a seguinte: “Olha, eu não vou rouba, eu não vou mata. Eu não tive oportunidade no mercado de trabalho, porque o meu nível de escolaridade é baixo. Então pra ter uma vida digna e honesta, eu preferi, puxa o carrinho. Tô satisfeito, no momento. É o que tem no momento”. Claro que se tiver outra atividade que substitua o que eles ganham, com certeza eles trocam. Especialmente, se tiver estabilidade, uma carteira assinada. Por exemplo, tem um rapaz aqui que é filho do Viana, que ta na guarda da AREVIPA, que está esperando abrir vaga para a retomada da construção das casinhas novas para a Vila. Ele vai trabalha na obra. Perante a sociedade esse serviço que eles fazem é escravo. Pra eles não é. Por isso acho que o poder público tinha que inventar um projeto pra dá uma injeção de ânimo: arrumar uns computadores, botar uma sala de aula, bota um oficiozinho (marceneiro, eletricista). Aí, cria alguma coisa, cria oportunidades, pra que essas pessoas tenham um avanço.

Eliane: O material aqui tem algum beneficiamento? Ou é apenas triado, prensado e comercializado? Como ficou a Usina de Plástico da Restinga?

Servidor: É isso mesmo. A Usina parece que não vingou.

Eliane: O pessoal aqui tem alguma preocupação com a segurança: usa luva, algum calçado. Existiu alguma orientação do DMLU, nesse sentido?

Servidor: Sim, no ano passado, o DMLU trabalhou com isso. Mas, por exemplo, luva, as gurias não conseguem trabalha com ela. Elas perdem o tato. Elas têm dificuldade pra recicla. Elas já tiveram luva, botina. O maior problema é as luvas, mas tinha que ser umas luvas adequadas, que não se descobriu ainda. Um tipo de luva que não prejudique o trabalho delas.

Eliane: Chegou a ocorrer algum acidente de trabalho aqui?

Servidor: Graças a Deus teve dois que eu me lembro: caco de vidro ali fora e aqui dentro, mas foi pouca coisa. O pessoal tem certa habilidade.

Eliane: E com relação a roedores?

Servidor: Têm, mas tu enxerga mais na parte da noite, quando cai o movimento. Isso é difícil evitar, a não ser que venha o pessoal da zoonose que larga aquele veneno nos bueiros.

Eliane: Alguma questão importante de ser mencionada e que não constou nas perguntas anteriores?

Servidor: Eu gostaria que o teu trabalho aqui pudesse dar sustentação na Casa de Passagem.

Eliane: Como assim?

Servidor: A maioria do pessoal tá lá na Vila. O que eles tem, o que não tem. Qual a dificuldade que eles estão tendo. Se eles estão sendo assessorados por alguma entidade. Como eles estão vendo a relação com a prefeitura...

Eliane: Na Casa de Passagem tu não vais?

Servidor: Não. Meu trabalho é só aqui. Só quando tem alguma coisa que o diretor da divisão pede pra dar eu uma passada.

ANEXO J – ENTREVISTA COM O CATADOR

Parte 1

Questões para a entrevista com o catador da AREVIPA

1. Dados Gerais

Nome do entrevistado:

Endereço residencial:

Bairro/rota de coleta (mapear):

2. Dados de Identificação

Origem (cidade/estado):

Idade:

Sexo:

Estado Civil:

Escolaridade:

Quando iniciou com a atividade da catação(mês/ano):

Fez algum treinamento específico sobre a atividade de separação de resíduos? Se positivo, qual?

Que tipos de tarefa são executadas?

O trabalho executado é em equipe ou individual? Existe divisão de tarefas entre homens e mulheres?

Funções/atividades exercidas anteriormente e qual a renda obtida com elas?

Contribui para o INSS?

Tem outra atividade remunerada, além da catação?

Quantas horas trabalha/dia? Trabalha todos os dias?

3. Informações Quali/Quantitativas

Quais os tipos de materiais coletados? Qual o critério adotado para esta escolha? Todos são vendidos?

Quantidades?

Como coleta? (meios próprios ou não?)

Os pontos de coleta são fixos ou variam? Quais são eles? Se variam com que frequência variam?

Seleciona o material coletado? Onde?

Utiliza algum equipamento de segurança (luvas, calçado, óculos...)?

Já sofreu algum acidente relacionado a esta atividade?

Depois de selecionados, para onde são levados estes materiais?

Quem são seus principais compradores?

Qual o destino do rejeito?

4. Informações Sócio-econômicas

Quanta ganha?

Quais os valores praticados na venda dos materiais? Como são estabelecidos estes valores?

Quantas pessoas dependem dessa renda?

Recebe o pagamento da venda em espécie?

Frequência do pagamento

5. Organização

Participa de alguma forma de organização?

Associação? Qual?

Gostaria de trabalhar de forma associativa?

Tem conhecimento sobre a coleta seletiva? Qual a relação do seu trabalho com a coleta seletiva?

Como percebe o poder público?

Como é a forma de entrada e inserção de novos trabalhadores nesse meio?

6. Identidade

Você considera o trabalho com o lixo: () muito importante () importante

() pouco importante () sem importância () não pensou a respeito

Como crê que o seu trabalho é visto pelos “outros” (comunidade, poder público, associações de reciclagem)

O que significa para você trabalhar como catador?

Em casa, tu separas o teu lixo?

Quais os aspectos positivos e negativos desta atividade?

Quais as expectativas com relação a trajetória profissional?

7. Pergunta aberta

Alguma questão faltou na construção do perfil do catador informal? Qual?

Parte 2**Transcrição de entrevista com catador da AREVIPA**

Entrevista: catador da AREVIPA

Local da entrevista: casa do catador, Vila dos Papeleiros

Data da entrevista: 05/06/2007

Eliane: Nome

Antônio: Meu nome é Antônio Viana Carboneiro. Sou presidente da Associação de Reciclagem Ecológica da Vila dos Papeleiros.

Eliane: E esse lugar aqui, como chama agora?

Antônio: Aqui é loteamento Santa Terezinha. Com o tempo vai ser Vila Santa Terezinha, mas o nome carinhoso é Vila dos Papeleiros. Esse nome é um nome que vai ficar na história. Era uma Vila num estado bem precário. Agora, ta com toda a infra-estrutura. E o meu povo que era um povo sofrido, hoje, ta um povo feliz. Antigamente, a gente misturava lixo com moradia. Até tenho fotos aí. A gente morava e na frente tinha um lixão. Pras pessoas é lixo, pra nós é material reciclável. Os papeleiros não sabiam quando a gente começou esse processo, o próprio catador não sabia, da importância do trabalho dele. Porque a gente trabalha pela nossa mãe Natureza que já está desgastada. Então, tudo o que a gente recicla é economia de energia, é o nosso pulmão vegetal. Por exemplo, um carro de papelão que vem aí, quantas árvores que se deixa de cortar? O papel que a gente recicla também. É que tudo isso aí, ta melhorando o nosso meio ambiente.

Eliane: E o pessoal aqui da Vila, a maioria é papeleiro?

Antônio: 95% somos papeleiros. Aqui eu posso dizer que a Vila dos Papeleiros, hoje, Vila Santa Terezinha é uma Vila Ecológica, porque quase toda a população trabalha com material reciclável.

Eliane: E quantas famílias moram aqui seu Antônio?

Antônio: São 217 famílias que moram aqui dentro da Vila. E dessas 217, eu acho que umas 180 famílias trabalham com material reciclável.

Eliane: E os galpões que elas trabalham ficam aqui no entorno?

Antônio: Tem o galpão da Paraíba que trabalham os carrinheiros. Tem a Reciclagem Seletiva, em baixo da freeway, onde o DMLU traz o material. É em torno de 20 pessoas que trabalham ali. Eles vendem o material juntos e fazem a partilha em partes iguais. Os carrinheiros, por

exemplo, da rua Paraíba, são os carrinheiros que eu chamo de independente. Eles buscam, eles mesmos triam, eles mesmos vendem. E o dinheiro é individual. Não é que nem na Seletiva, que é uma partilha, onde eles vendem em conjunto.

Eliane: O senhor tá chamando de Reciclagem Seletiva, mas é a AREVIPA ali, não?

Antônio: Tudo é a AREVIPA. Tanto a Paraíba, como aqui. Quer dizer que a AREVIPA é uma Associação, por exemplo, aqui é uma Vila Ecológica. Então a AREVIPA abrange tanto a Reciclagem Seletiva, quanto a Paraíba. Tudo é uma Associação.

Eliane: Na verdade, vocês são um conjunto só?

Antônio: É como eu te disse. É só o funcionamento que é diferente, mas é tudo uma Associação só.

Eliane: Qual a sua cidade de origem?

Antônio: Nasci e me criei em Porto Alegre.

Eliane: Tem bastante gente de fora aqui, não?

Antônio: Tem. Eu andei fazendo uma pesquisa, por exemplo, se eles dessem mais oportunidade pro pessoal do interior, a cidade não estaria tanto, nesse estado de pobreza que ela está, né? Tem muita gente do interior aqui. Vai uma pessoa daqui pra lá. Eles não sabem que lá no interior, eles moram num paraíso. Então, as pessoas iludem elas dizendo que Porto Alegre tem serviço, tem isso, tem aquilo... Então o que acontece? Eles botam a enxadinha nas costa e vem aqui pra Porto Alegre. Daí o que? Eles vão capina, no asfalto? Daí eles vem, geralmente, pra casa de um parente, mas a vida tá muito cara. Então quando eles chegam na casa do parente, eles ficam uma semana, um mês. O que acontece? Os parentes já ficam: “ô meu vai dá um jeito na vida”. Então, eles começam a procura serviço. São gente trabalhadora e não conseguem. Acaba eles caindo na rua. Por exemplo, antigamente, eu dizia que essa Vila aqui era um albergue de Porto Alegre. Porque quando eu passava ali debaixo do viaduto tinha uma família que eu dizia pra eles: “ Quem sabe vocês não vão ali pra Vila dos Papeleiros? Tu consegue um carrinho, uma casa pra mora. E tu já sai trabalhando”. Tem muitas pessoas que eu já trouxe pra cá, nessa situação. Tem umas que vieram pra cá, melhoraram de vida, trabalhando, já arrumaram outro serviço. Hoje, não dá pra dizer que é uma Vila Albergue de Porto Alegre. Mudou a situação dela, porque, agora, eu não posso ter uma pessoa estranha dentro da minha casa. Tá tudo regrado, agora. Não tem mais essa oportunidade das pessoas vim pra cá. Até os dias de hoje, eu acho que houve uma revolução nesse material reciclável. Houve uma revolução no lixo. Por exemplo, antigamente, não tinha tanta propaganda do lixo, propaganda da latinha, do papel branco. Sobrava mais pro papeleiro. Hoje, com a divulgação que o material reciclável tem, todo mundo cresceu o olho. Até mesmo os grandes empresários que antigamente eles largavam o lixo fora. Eles não sabiam que o lixo era uma fonte de renda. Por exemplo, as grandes empresas o que elas fazem? Elas não botam o material reciclável delas pra rua. Eles negociam lá dentro da própria empresa. Tem umas que vão guardando esse dinheiro pra fazer uma festa no fim do ano. Por exemplo, o papeleiro vivia bem melhor, mas o

preço era muito menos. Mas ele arrecadava muito mais material. Hoje o preço até ta um pouco melhor, mas não favorece o catador, porque é muita demanda. Por exemplo, até na coleta seletiva que o DMLU faz, pra trazer pras Reciclagem. Às vezes, as Reciclagem quando o DMLU busca o material reciclável, já passou carrinheiro, carrinho de supermercado, gente de saco nas costas, devido a falta de emprego, né? Então quando chega na Reciclagem mesmo, o material ta muito pobre. O filé mesmo já saiu. Outra coisa, mesmo sendo uma Reciclagem a gente trabalha com atravessadores, porque a gente não tem aquela capacidade de junta uma carga fechada pra manda pra indústria. Uma carga fechada é 12 toneladas. Mesmo juntando os galpões, a gente não tem essa capacidade. Agora, se tivesse uma central única de material... Agora, as própria Reciclagem não tavam apoiando porque eles pensam assim: “eu vou manda meu material pra lá, não vai retorna o dinheiro, gente vai bota a mão”. Teria que fazer uma associação de galpões. Muitos não aderiram a isso aí. Talvez com medo de menos dinheiro, de alguém passa a mão. Eu acho que seria bem melhor pra nós, se tivesse uma Associação de associações e uma Central Única de material, que todas as associações depositassem o seu material ali e vendessem direto. Daí terminava com o atravessador e a gente passaria até a ganha mais.

Eliane: Quanto o pessoal recebe em média, seu Antônio?

Antônio: Olha tem papeleiros aí que ganham bem. Eles tem uns bons pontos. Tem outros que ganham razoável. Tem muitos aí que não tem pontos bom. Até na própria empresa que a gente tirava o material, às vezes, os funcionários mesmo já reciclam lá dentro. Só sai mesmo o que não tem muito valor. Por exemplo, o que tem valor é o cobre, a latinha, o papel branco. Geralmente eles já desviam o papel branco, já desviam o cobre, já desviam o alumínio. A renda cai, né? É muito difícil tu chega, como eles largavam antes, uns monte de fio, de alumínio... Tudo nos favorecia. Hoje, o pessoal já abriu o olho. Os grandes empresários também. Eles já não olham o lixo como lixo. Eles olham o lixo como moeda de valor, dinheiro.

Eliane: O senhor comentou que o pessoal que é catador individual ganha mais, por exemplo, do que o pessoal que está na Associação?

Antônio: Às vezes, é como eu te disse, tem uns que tem um ponto melhor. Tem uns que ganham muito menos, se tivessem trabalhando lá na Seletiva, mas eles preferem trabalhar ali com o carrinho. Porque tem mais liberdade, não precisam cumprir horário. Ele tem horário de coleta que é da parte da tarde. Ele é acostumado a trabalhar sem patrão. Ele não se adapta a ter horário para trabalhar, para pegar, para soltar. Ter horário para almoço, para o café. Ele não se adapta a ficar nessa política de trabalho assim.

Eliane: Na última vez que eu estive aqui, o seu pessoal estava na rua Paraíba. Porque vocês saíram dali, e estão embaixo da freeway, se vocês vão retornar?

Antônio: Ali houve um problema político. Essa história da Paraíba é mais político que social. É uma coisa assim: o entorno que envolve a Associação Cristóvão Colombo fazia uma política contra nós, até aqui da Vila. Eles diziam que o governo empregou mal esse dinheiro. Que aqui era pra se um shopping, cabide de emprego pra mais de 800 pessoas. Por exemplo, que lá no parque Moinhos de Vento, tem o Parcão. E essa área eles queriam pra uma praça,

um parque pro bairro Floresta. Eles nos discriminavam pelo nosso tipo de trabalho. E ainda nos discriminam, porque antigamente as meretriz que se viravam, que trabalhavam ali e os roubos que davam aqui, pela Vila fantasmagórica. Tu conheceu isso aqui antes? O quadro que a gente via aqui, não era nada agradável. Eles diziam assim, que só morava marginais aqui. Mas não. Aqui mora gente de bem, de família. Geralmente a pobreza, a pessoa pobre é ligada a marginais. Onde tem pobre, tem ladrão. Isso aí, lá no governo tem ladrão, mas eles não falam. É outra categoria, outro patamar. Sempre nos enxergaram com maus olhos. Quando a gente conquistou aquele prédio da Paraíba, tudo bem, foi na gestão anterior, e eles começaram quando foi época de campanha. Eles fizeram campanha contra nós. Eles tem uma promessa de tira nós dali. E essa promessa não está sendo cumprida. Eles não conseguiram tira nós dali. Agora, a Seletiva foi lá pra Voluntários. Foi porque eu achei que nós tínhamos espaço pra trabalhar. Ia separa carrinheiro da Seletiva.

Eliane: E o senhor acha melhor separar?

Antônio: Eu acho. Por exemplo, a gente tem prensa, tem elevador de carga. Então porque ta ali, todo mundo tinha o direito de usa. Usavam o nosso elevador de carga, usavam as nossas carretinha, as nossas balança. Porque todo esse equipamento era da Reciclagem Seletiva e não dos carrinheiros. Mas como era uma Associação, eles tinham o direito de usa. E a gente nunca se negava deles usarem. Estragavam o material, roubavam os nossos pneus, porque ficava tudo num bolo só. Quando a gente via a carretinha tava sem pneu. A gente tinha muito prejuízo. Material nosso sumia dali, que era tudo misturado. Não dava pra te um guarda, cuidando ali, o material. Então, quando houve essa troca eu achei vantagem separa o catador de rua da Reciclagem Seletiva. Porque a gente trabalha, num ambiente como tu viu lá. É só o pessoal que trabalha tipo cooperativado, não misturado com carrinheiro. A nossa vida lá melhorou, nesse sentido.

Eliane: E o restante do grupo da Seletiva, pensa assim também?

Antônio: Acha melhor sim. Às vezes, volta e meia, dá umas guerrinha que não devíamos ter saído dali, mas...

Eliane: Eu lembro da outra vez que eu estive, na Paraíba, que o senhor estava mostrando a cozinha que tinham reformado. Era um espaço muito bom.

Antônio: Ali ia ser uma cozinha comunitária. Um dia ainda vai ser. Eu tenho certeza.

Eliane: Mas então, quando o senhor pensa em voltar pra lá, o senhor acha que os carrinheiros vão ter que sair dali?

Antônio: Não. Porque é separado. Ali tem um portão. Os carrinheiros vão ficar no espaço coberto.

Eliane: Mas será que não vai acontecer o que o senhor disse que estava acontecendo antes?

Antônio: Não, porque agora a gente tem mais experiência de vida. A gente tem como separa. Por exemplo, tem aquele portão ali, quando a Reciclagem era ali, era fechado o portão, mas como havia carrinheiros trabalhando, lá dentro juntos, a gente não podia fecha o portão. Tinha muitos carrinheiros que trabalhavam lá dentro. Uma base duns 20 carrinheiros que trabalhavam misturados ali. Não dava certo. Por exemplo, se a Reciclagem Seletiva volta pra ali de novo, vai ser só a Reciclagem Seletiva. Daí não vai te carrinheiro no meio.

Eliane: O pessoal é todo daqui, seu Antônio? Eles se estranham na hora do trabalho, mas é todo mundo morador do mesmo lugar?

Antônio: Sim, aqui é uma grande família. Eu posso até briga com carrinheiro aí, me gruda de soco com ele, mas seu venho vindo de lá pra cá, e o meu carrinho ta com pneu furado, ele vem e me ajuda. Se o carrinho, que nem antigamente, a gente atolava muito os carrinhos, porque isso aqui era um barro desgraçado, mesmo o cara de mau comigo, me ajudava a empurra o carrinho. Nem conversava comigo, mas me ajudava. E mesma coisa a gente fazia. O papeleiro é um povo que passa as mesma dificuldades, comemos das mesmas comidas. É uma grande família. Eu sempre digo que a Vila dos Papeleiros é uma grande família. Por que na hora do pega, da necessidade, um ajuda o outro.

Eliane: E como está a relação do DMLU com vocês?

Antônio: Olha, nós viemos para cá dia 20 de dezembro. Não tinha ninguém aqui. As meretriz se viravam ali, os roubos continuavam e não era gente nossa. Não era nada conosco. Basta dize que se tu entra na vila, que tem umas menina se virando ali e tu pergunta pra elas, onde elas moram? Elas já não dizem que moram na Vila dos Papeleiros, mas antigamente elas diziam. Por que elas se infiltravam aqui no meio. Hoje, não. Por que ela vai dize que mora aqui na Vila? Qual é a tua casa? Quando bate a polícia elas não dizem que moram aqui, mas antigamente elas diziam e não era gente daqui. Por exemplo, o nosso quadro aqui melhorou, no sentido de que tem muitos carrinheiros aqui que com essa mudança de vila precária pra uma vila melhor, já tem muita gente arrumando serviço fora. Por exemplo, se tu faz uma ficha pra emprego e tu tem um endereço certinho, um CEP, número, uma conta de luz...Por exemplo, antigamente, quando perguntavam pra gente, onde é que tu mora? Lá na Vila dos Papeleiros. Diziam tudo bem passa semana que vem aqui... A fichinha dele ia lá pra baixo ou pro cesto do lixo. Hoje não. As pessoa já tem um endereço, a qualidade de vida mudou. E por exemplo, Porto Alegre é uma cidade que a gente sabe que ela não comporta mais carrinho na rua. Isso o próprio carrinheiro tem consciência disso. O tráfego é muito pesado e já pensou um carrinho no meio dum tráfego? A gente tá sabendo que um dia vai termina o carrinheiro do Centro, tanto o carrinheiro quanto o carroceiro. Porque o carroceiro que faz um trabalho de catador também ele já tem um horário específico pra entra no Centro. Depois das 8h, né? Depois das 8h é que ele tem a liberdade de entra no Centro. Antes desse horário a carroça dele é apreendida. Tem ruas que ele não pode passa, como a Castelo. Na Borges parece que ele também não pode trafega. Já tem uma série de regras. O que vai acontecer? Eles tão espremendo, espremendo ele, que um dia ele vai dá um jeito de compra uma kombi, uma camionete velha. Então ele vai faze esse trabalho de carro, não de carroça. E mesma coisa o carrinheiro, a cidade não comporta mais...

Eliane: O senhor tem idéia de qual o custo pra se ter uma carroça ou um carrinho?

Antônio: Uma carroça e um cavalo bom aí, se compra por R\$ 1000,00, R\$ 1500,00. O custo do carrinho sai por R\$ 200,00, R\$ 250,00. É bem menos. Não tem o custo do cavalo. O cavalo é o cara, né? E eu prefiro se o cavalo porque eu gosto muito de animais. Por exemplo, a minha casa ta sempre cheia de cachorro e os cachorro nem são meu. Tem 3 cachorro aqui que nem é meu, mas ele tão sempre aqui em casa. Eu por exemplo, quando to puxando carrinho e me dá uma dor nessa perna, eu paro um pouquinho e quando passa a dor eu vou adiante. E o coitado do cavalo que não sabe dize? E o carroceiro dá-lhe pau nele ainda. Já pensou ele com a perna doendo e caminhando, na base do relho? Eu prefiro se o cavalo, porque eu sei o que ta acontecendo. Quando eu to com dor de cabeça eu tomo um comprimido. E o cavalo quando ta com dor de cabeça e não sabe dize? E tem que ta puxando a carroça...Ele fica lerdo e o cara meta pau no cavalo. A única diferença é que nós somos mais animais que o próprio animal. O leão só te ataca quando ta com fome.

Eliane: O senhor puxa carrinho?

Antônio: Puxo, mas agora o meu guri tem puxado por mim. Mas eu sempre puxo carrinho.

Eliane: E o senhor leva o material para onde?

Antônio: Eu levo aqui pra Paraíba e sou considerado individual. Por exemplo, a minha vida já é cara, já é precária. Eu já trabalho pouco. Se eu não puxa carrinho...Porque devido esse trabalho voluntário que a gente faz, por exemplo, com a Associação eu tive muito prejuízo. Por exemplo, eu tinha 5 carrinhos, um depósito, pra monta um depósito de papel. O meu depósito de papel se transformou num celular. E os meus carrinho me roubaram dois, perdi um no incêndio. Eu dei um. No fim, fiquei só com um carrinho. No fim eu tive só prejuízo. Tive lucro nessa minha casa aqui. Casa maravilhosa, esse foi meu lucro.

Eliane: O senhor aqui e o pessoal da Vila, de uma forma geral, tem relação com o Movimento Nacional dos Catadores?

Antônio: Temos, eu participo das reuniões. Quando tem assembléia, eu to nas assembléias. Sempre aonde tive um movimento de catador, a gente ta sempre junto. Pra vê se a gente busca algum benefício em conjunto. Por exemplo, tem uma lei aí que diz que nós não pudemo fazer esse trabalho de cata. Tem uma lei ambiental aí que diz que o nosso trabalho é proibido. Que a gente comete um crime ambiental, porque quem tem que fazer esse trabalho aí é a prefeitura e traz pras reciclagem. Agora, nessa coleta que a gente faz, nós tamo cometendo um delito.

Eliane: O senhor diz quem cata individualmente?

Antônio: Isso o catador, a kombi, quem tem que fazer esse trabalho aí é a prefeitura. Eles não fazem cumpra a lei, porque se eles fize cumpra essa lei vai dá muita gente sem trabalho. Agora, no momento, que entra um prefeito meio carniceiro... Ele não que sabe se vai aumenta a violência na cidade. Ele proíbe e deu. O cara sai com o carrinho na rua e ele recolhe o carrinho. Nós tamo cometendo um delito, tem uma lei. A gente sabe que a gente comete um

crime ambiental, a nosso benefício, né? Agora, tu imagina assim, parece que tem 8000 carinheiro e carroceiro, multiplica isso por três, porque geralmente trabalha a família. Por exemplo, aqui trabalha eu e o meu sogro. Eu trago e o meu sogro recicla e o meu guri puxa. Por exemplo, somos três componente aqui que fizemo esse trabalho. E quando o meu sogro não vem ela vai lá recicla. Envolve todos da família. Por exemplo, seu não tive possibilidade de puxa o carrinho, por lei. Ah eu já tenho a cabeça no lugar eu vou tenta procura uma outra coisa pra faze. E aqueles que tem a cabeça mais fraca? Que não acham serviço? Vêm a família passando fome, necessidade. Ele vai começa a assaltar lá no centro. A violência vai aumentar a mil.

Eliane: Qual a sua escolaridade?

Antônio: Eu fiz todo o primário, depois eu fiz o admisão para o ginásio. Passei para a primeira série, quando ia passa para a segunda eu parei. Nem sei qual o grau de estudo que eu tenho hoje, a vista de antigamente.

Eliane: O seu trabalho sempre foi como catador?

Antônio: Não. Meu primeiro trabalho foi no Zivi Hércules. Depois do Varig, fui pra Gaúcha. Depois da Gaúcha, comecei a ganha muito pouco. Aí comecei a trabalha sem carteira assinada, no informal. Daí comecei a trabalha com algodão doce.

Eliane: E como catador então, quando o senhor começou? Quando começou a trabalhar com o lixo?

Antônio: Bem, depois do algodão doce eu comecei a trabalha com churros. Depois do churros, perdi meu ponto aqui na faculdade, comecei a trabalha em banca de fruta e verdura. Depois fui pra banca de flor. Depois começou a cair muito o dinheiro. Daí caí aqui na Vila dos Papeleiros. Foi lá por 1999. Faz oito anos que eu trabalho como catador. Faz oito anos que eu entrei nesse processo de melhores condições de vida. A AREVIPA bem dize começou comigo. Tinha a Doutora Edith que fazia um trabalho assim de tira documento. Aí ela me convidou pra ir numa reunião, daí eu comecei. E o presidente aqui nem ia se eu. Era outra pessoa bem diferente. Eu tava procurando aqui pra Vila, uma pessoa com mais tempo de comunidade. Eu era novo, eu tinha só seis meses de papeleiro. Como é que eu ia assumi uma presidência duma vila?

Eliane: E porque surgiu a necessidade da presidência?

Antônio: Porque a gente caiu lá no Orçamento Participativo, onde a gente consegue os recurso. E pra nós te credibilidade tinha que te a associação. Daí eu e a Edith começamo a mobiliza o pessoal, né? Mas eu fora, eu era o cicerone dela. Daí a irmã Udila, que hoje é falecida e naquela época também trabalhava na Vila disse pra mim que era pra mim assumi, né? Que eu era um escolhido por Deus pra conduzi esse povo. Daí quando ela me deu esse baita padrinho, eu aceitei. E graças a Deus os meus objetivo foram alcançado. Hoje eu já nem sou mais presidente, eu sou um ditador, porque não saí mais.

Eliane: E não tem pessoas interessadas em assumir a presidência?

Antônio: Não é pessoas interessadas, é pessoas que assumam um compromisso. Tem muitas pessoas aí capacitadas pra se um presidente ou uma presidente de Vila. A questão é te a persistência que eu tive.

Eliane: O senhor é um líder nato, então?

Antônio: O líder nato tem que ter o apoio da família. Se ele não tiver o apoio da família ele não é um líder, porque a família que muitas vezes quando ele tá caído é que levanta ele. Porque numa associação como essa aí, às vezes, as pessoas fazem muita injustiça com aquele que ta buscando melhoria pra ela. Tem muita injustiça. Às vezes o povo é meio ingrato. Na hora que aperta o sapato dele, ele vem aqui no seu Antônio. Quando ele tá com o sapato frouxo ele não se lembra do seu Antônio. Ah, quando aperta é o seu Antônio que resolve. Graças a Deus, não teve um problema aqui dentro da comunidade que eu não resolvi. Eu encaminho as pessoas a resolve seus problema. Porque eu era um míssel teleguiado. A hora que me falta alcance em alguma coisa, eu busco os apoio que eu tenho. Eles me encaminham. Eu até hoje, nunca critiquei governo. Eu não faço críticas a governo. Eu não tenho partido político. Eu sou um líder comunitário. O meu partido é aquele que faz por nós.

Eliane: Deixa eu lhe perguntar uma coisa, o senhor disse que puxa carrinho. O pessoal da Reciclagem não cobra o senhor por isso? Afinal, o senhor é o presidente da Associação?

Antônio: Já tive muitas cobrança. Eu paro muito pouco na Reciclagem lá. Mas eu busco muita coisa pra li. E eu trabalho muito mais na Reciclagem Seletiva, busco mais apoio pra li que pra Vila aqui. O meu trabalho é em tudo, mas eu sou mais direcionado pra lá, porque eu quero a melhoria daquele povo lá. Aqui, agora, o que eu tenho pra fazer aqui? Só ir nas reuniões, por exemplo, a nossa energia ta muito cara, e eu to buscando menos energia...

Eliane: Aqui cada um paga a sua conta de água, de luz?

Antônio: Cada um paga a sua conta de água e luz, mas com o dinheiro que o pessoal ganha aqui eles não tão conseguindo paga suas contas. Antigamente, o pessoal não pagava nada. Hoje, não. Tem conta de água, luz, conta de casa.

Eliane: Vocês pagam aluguel?

Antônio: Nós pagamos R\$ 17,00 por mês, é uma taxa. É um dinheiro assim que se tu vai ali no Centro, paga 17 pila um aluguel...Nós moremo numa área nobre, né? É um dinheiro simbólico, mas esse dinheiro simbólico pra quem ganha pouco falta, né? Para quem é bem empregado, 17 pila não é nada, mas pra gente que a nossa renda é mínima, é muito dinheiro.

Eliane: O seu ponto de coleta, como catador individual é no Centro?

Antônio: É no Centro. Eu tenho ponto com 8 anos. Por exemplo, o SEBRAE, há dez anos eu pego material. Eu tenho pontos bem antigos. Por exemplo, o papeleiro, quando ele chega fazendo um ponto pela primeira vez, o pessoal fica meio assim com ele. Geralmente, ele é uma pessoa que não tem nem documento. Não tem nada, né? Mas depois o papeleiro vai fazendo a sua credibilidade, com o trabalho dele, como ele trata as pessoas. Então no SEBRAE eu pegava o papel lá na rua e com o tempo eu fui indo, fui indo, fui indo... Por exemplo, tem certos lugar aí que pra entra tu tem que bota um crachá. Eu não. Eu entro com essa cara deslavada que eu tenho, subo em todos os andares. A gente vai fazendo, mesmo sem documento, sem nada, as pessoas vão pegando confiança naquela pessoa, porque sabem que é um trabalhador que ta ali. E que ele não vai rouba, não vai faze nada de errado. Porque não é vantagem o cara te um ponto de papel e faze algum delito. Todos os papeleiros são assim e quando a gente vê algum papeleiro, que já aconteceu né, de um papeleiro pega papel num ponto, tinha livre acesso. Tinha um aí que trazia tênis pra vende aí na vila. A gente mesmo perguntou pra ele, o pessoal lá te dá confiança, tu chega e bota os tênis no meio do teu lixo e vem vende aí na vila? Isso não é certo. Tu ta cuspendo no prato que tu ta comendo. Vai, vai que um dia o cara é descoberto. Como de fato aconteceu. Ele perdeu um ponto bom, por causa duns trocado. Por exemplo, eu já achei coisa de valor no lixo. Já tentei entrega, não achei. Por exemplo, na quarta semana, que eu trabalhei aqui, eu achei R\$ 400,00, no lixo. Eu fiquei duas semana com aquele dinheiro queimando no bolso, perguntando se alguém tinha perdido algo de valor. Eu não ia dize que era 400 pila. Eu já tava a fim de desisti, por que pra mim o serviço era muito brabo, pra quem não tava acostumado a puxa carrinho, né?

Eliane: Quantos quilos se carregam num carrinho?

Antônio: Antigamente, eu carregava bastante, uns 80, 100 sacos, num carrinho. Puxava bastante.

Eliane: Em peso quanto corresponde?

Antônio: Antigamente, eu puxava de 300 a 400 Kg. Eu trazia mais quantidade de papel. A gente tinha mais ponto. Rendia mais. Hoje, já não. Se carrega na base duns 40-50 saco. Mudou muito. E outra, com essa história de eu manda o meu guri, ele pega só dos ponto. E eu não. Eu saía além dos ponto, eu saía a procura.

Eliane: O senhor é quem negocia a venda do material da Associação? O senhor é quem faz os contatos?

Antônio: Quem faz os contato pra vende o material é a Paraguaia. É a Paraguaia e o seu Jorge. Eu vou lá e confiro. Às vez, nem confiro, porque eles já tão careca de saber.

Eliane: O material que o senhor cata individualmente, então, não é vendido nos mesmos lugares da Associação?

Antônio: Não, inclusive o preço do material da Reciclagem, é bem mais pago que o meu que eu vendo aqui no galpão. Eu não misturo o meu material, com o de lá. Porque daí sim que vai dá atrito.

Eliane: Porque tem diferença no preço? Pela quantidade?

Antônio: Não eu digo assim, por exemplo, se eu leva o meu material pra vende na Reciclagem, lá é cooperativado. Daí eles vão dizer, como é que o seu Antônio vai vende o material aqui e não reparte com nós. Daí por isso eu não vendo lá. Vendo pra outro galpão, outro depósito. O meu preço é menor pela quantidade.

Eliane: O senhor acredita que a sociedade ainda vê o trabalho de vocês catadores, com preconceito?

Antônio: Eu acho que hoje a sociedade está nos enxergando com outros olhos. A princípio o carrinheiro por ele ser muito discriminado, chamavam ele de maloqueiro, vagabundo, marginal. E ele andava sujo, barbudo. Eu acho que o pessoal por chamar ele assim, ele perdeu a auto-estima. Para que toma banho, pra que anda de roupa limpa, se me chamam de vagabundo, de marginal? Agora, que a gente começo a passa pro catador que ele é importante pra nossa mãe natureza, que ele faz um trabalho ambiental. Mas o catador nunca se fragou que ele fazia um trabalho importante, nem mesmo eu quando vim para cá. Eu fui sabe depois. Eu achava que eu pegava aquele dinheiro ali, pra vende, pra transforma em comida. Hoje não. Eu pego aquele material e sei que aquilo que eu faço ta melhorando o mundo. Porque o nosso mundo ta bem...Agora, até ta melhor, porque o pessoal ta se conscientizando. Porque tem muitas pessoas que ainda não. Por exemplo, não é só se conscientiza do lixo, conscientiza as pessoa que por lixo num valão aí, por um gato no valão, por um sofá no valão, ta estragando a nossa água. A mesma água podre que vai pra essas casa de bomba. Ela volta pro rio, a água que nós bebemos se os nosso córregos não tivessem tanto lixo, a nossa água seria bem melhor.

Eliane: Seu Antônio, terminando, o que significa para o senhor trabalhar como catador?

Antônio: Tantas coisas. Significa que eu to ajudando a preservar a natureza. Ajudando o meio ambiente. Ajudando a minha vida financeira também. E é como eu te disse a gente faz um trabalho ambiental.

Eliane: Apesar de o senhor haver comentado que o catador de rua, iria terminar, como o senhor enxerga o futuro da Reciclagem?

Antônio: Eu tenho a impressão assim, que no momento que os catadores de rua termina, por exemplo, eu estive na França...

Eliane: O senhor ganhou um prêmio, né?

Antônio: Sim, eu ganhei o prêmio de Líderes Vencedores. Lá na França o trabalho da prefeitura é só uma reciclagem que trabalha, por exemplo, na cidade de Paris é só uma reciclagem. É tudo maquinário, porque o pessoal não precisa cata nada. Lá o nível do desemprego é muito pouco. As pessoas não precisam fazer esse trabalho que eu faço aqui. Então, a prefeitura faz. Quando chega esse ponto da gente não precisa sair pra rua cata, daí a prefeitura vai fazer esse trabalho.

Eliane: E o que o senhor acha que estes catadores vão fazer?

Antônio: Daí vai ter outras opções de trabalho. Por exemplo, aqui na vila já tá mudando. Tem muitos aqui da vila que eram carrinheiro e hoje já são empregados, porque a qualidade de vida mudou. Por exemplo, morando numa vila como essa nossa aqui...

Eliane: Então de qualquer forma o senhor acha que o pessoal vai deixar de ser papeleiro?

Antônio: Vai deixar de ser papeleiro. Por exemplo, a prefeitura dá muitos cursos aí. Tem uns que fazem os cursos aí e já vão aproveitar aquele curso que a prefeitura deu. Provavelmente isso aí não será de uma hora pra outra.

Eliane: O senhor acha então que a catação não é uma profissão. O senhor acha então que para o futuro isso vai desaparecer? Mas a gente não continua gerando lixo?

Antônio: Por exemplo, lá na França, nesse galpão de reciclagem que tem lá, quantas pessoas tu acha que trabalham, dia e noite lá? Aqui são 213 famílias que trabalham com a reciclagem. Só são 50 pessoas, 25 de dia e 25 à noite. Não para nunca. E são pessoas que ficaram com essa profissão de recicladora, mas é um número bem reduzido. Em Porto Alegre, vai chegar um tempo que vai acontecer isso também. Por exemplo, tem uma máquina lá que vem o trator bota o material na esteira, vai levando pra cima. A máquina mesmo vai separando garrafa, vai separando garrafa verde, garrafa branca, vai separando o ferro, vai separando a latinha, vai separando o papelão. Vai chegar um tempo e vai acontecer isso aí, o catador vai ser um grupo muito pequeno. Isso eu tenho certeza. Talvez eu não vá ver isso aí, porque eu já tô com 60 anos. Isso deve demorar pelo menos mais uns 20 anos, ou mais anos.

Eliane: O senhor tem alguma expectativa com relação à prefeitura, nesse cenário novo, alguma demanda da Reciclagem?

Antônio: A minha expectativa é meio negativa, porque por exemplo o DMLU eu não posso falar do DMLU, porque ele tenta nos ajudar como pode. Eu fico meio com um pé na frente e outro atrás, porque tem essa nova lei aí que as empresas do Estado vão ceder seu material pra nós. A minha expectativa é que melhore bastante porque o próprio Estado vende seu lixo também. Agora, eles não vão poder fazer isso aí. Mas a gente tem carências, por exemplo, a gente não tem um carro pra busca, precisamos conseguir.

Eliane: Tem alguma coisa mais sobre os catadores que o senhor gostaria de deixar registrado?

Antônio: Eu acho que o catador é uma pessoa que deveria ser bem mais valorizado do que é, pelo trabalho que ele faz. Tanto monetariamente, quanto por exemplo, mais assistência à família, porque eu tenho orgulho de ser catador, mas eu não tenho orgulho que o meu filho venha ser um catador. Por exemplo, eu tenho orgulho de ser papeleiro, mas eu não tenho orgulho que o meu filho venha a ser papeleiro. Hoje a nossa prioridade aqui na região Centro é educação, por que a habitação já ta tudo encaminhado.

Eliane: A creche que ia ter para o pessoal do galpão já está funcionando? Me chamou a atenção que diferente da outra vez que eu vim, eu não observei crianças na Reciclagem?

Antônio: Pois é, já está tudo funcionando.